



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**CLASSES COMPORTAMENTAIS PARA ADMINISTRAR  
CONDIÇÕES QUE AFETAM A VIDA DE CRIANÇAS E  
JOVENS QUE VIVEM EM UNIDADES DE ABRIGO**

**DOUTORADO**

**Jeisa Benevenuti**

**Florianópolis, SC  
2012**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Jeisa Benevenuti

**CLASSES COMPORTAMENTAIS PARA ADMINISTRAR  
CONDIÇÕES QUE AFETAM A VIDA DE CRIANÇAS E  
JOVENS QUE VIVEM EM UNIDADES DE ABRIGO**

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Psicologia,

Orientador: Prof. Dr. Silvio Paulo Botomé.

Área de Concentração: Aprendizagem, Processos Organizacionais e Trabalho.

Linha de Pesquisa: Análise do Comportamento em Organizações, Trabalho e Aprendizagem.

Florianópolis, SC  
2012



**INSERIR FOLHA DE APROVAÇÃO**



Dedico à minha filha querida,  
Luíza, por ter melhor do que eu,  
aceitado minhas “ausências” e  
transformado os “encontros” em  
algo que para mim, é muito mais  
do que gratificante.





## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Sílvio e à Professora Olga, que me mostraram uma “nova Psicologia” e me ensinaram que confiança, respeito, responsabilidade e paixão podem fazer a diferença. Eu os admiro! Muito obrigada! Vocês são para mim, exemplo de dedicação, sucesso, delicadeza. Cada encontro me entusiasma e me ajuda a transformar em critérios mais finos a compreensão dos processos de ensinar e aprender.

Aos meus queridos Pais, obrigada por tudo. Eu os amo! Sem vocês meus desafios teriam sido mais difíceis! Obrigada pela ternura, zelo e por me admirarem.

William, obrigada pelo incentivo, pelo amor, pela troca de idéias e sonhos! Você me ajuda a transformar os dias difíceis em mais fáceis para continuar.



Nem tudo o que se enfrenta pode ser modificado, mas nada pode ser modificado até que se enfrente.

(JamesBaldwin).



## RESUMO

BENEVENUTI, Jeisa. *Classes comportamentais para administrar condições que afetam a vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*. 191 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

A sociedade precisa conhecer como são realizados os cuidados de crianças e adolescentes que vivem em unidades de abrigo. Quando inseridas nessas instituições, crianças e jovens passam a ter por elas norteadas suas relações. Sendo assim, é fundamental que todos os recursos utilizados pela instituição sejam concebidos, realizados e administrados, em função das necessidades da população, produzindo os benefícios para os quais a instituição foi criada. Do ponto de vista da organização, nesse caso unidades de abrigo, os investimentos realizados na estrutura e processos organizacionais que permeiam os procedimentos de atendimento de crianças e jovens, refletem diretamente nas condições de trabalho dos colaboradores e nas condições de vida dessa população. O que o agente que trabalha em unidade de abrigo precisa estar capacitado a fazer para atender crianças e jovens que ali vivem? Quais as decorrências de descobrir as classes de comportamentos componentes de sua função? Talvez o que possa fazer com que as unidades de abrigo cumpram seu papel social seja elas se tornarem mais que um aglomerado de pessoas ou de instituições, um sistema integrado de atividades capaz de atender em muitas dimensões as necessidades dos que ali moram. A construção de um sistema integrado de atividades pode ser beneficiada pelas descobertas de classes de comportamentos que podem substituir procedimentos incompletos, reprodutivistas de rotinas que interferem diretamente nas condições de vida das crianças e jovens. Ter clareza e precisão em relação ao que significa administrar uma unidade de abrigo é essencial para que seus objetivos sirvam como norteadores das ações profissionais ali desenvolvidas. Para isso, foram derivadas classes de comportamentos a partir da caracterização das condições de vida de crianças e jovens e dos processos de gestão dessas condições pelos que cuidam da instituição como forma de identificar necessidades de intervenção exigidas no desempenho de suas funções. O estudo de Sartorelli (2004) produziu conhecimento sobre variáveis que interferem

no atendimento de crianças e demonstrou amostras de resultados em termos de contingências a que ficaram expostos crianças e adolescentes, familiares, educadores e administradores que constituem as condições que caracterizam a unidade de abrigo como uma organização destinada ao atendimento de crianças e jovens. Desse documento, foram identificadas e derivadas classes de comportamentos para a atuação profissional de agentes de unidade de abrigo que caracterizam a classe geral “administrar condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”.

Com base na noção de comportamento como um complexo conjunto de relações entre classes de respostas do sujeito e as classes de estímulos antecedentes e consequentes a essas classes de respostas, foi possível identificar as classes de comportamentos que precisam ser aprendidas por agentes de unidades de abrigo. Isso é possível a partir da consideração das relações entre o sujeito da ação (agente da unidade de abrigo), o verbo como a classe de resposta que o agente deve apresentar (ações), e o complemento como aspecto do meio em relação ao qual o agente executará algo para que ocorram alterações significativas a partir de sua ação. Esse procedimento possibilitou a descoberta de classes comportamentais componentes da função de planejador ou administrador da unidade de abrigo, podendo ser utilizado em qualquer contexto onde é necessário descobrir o que alguém precisa ser capaz de fazer em determinada situação.

A análise comportamental iniciada aumentou a visibilidade sobre os aspectos relevantes do ambiente que devem ser alterados na unidade de abrigo criada para atender necessidades sociais. Ações profissionais baseadas em um serviço suficientemente caracterizado e planejado para intervir em relação ao atendimento de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo podem ter como decorrência maior amplitude na possibilidade de mudança nas variáveis que configuram a instituição e que estão em constante processo de transformação. A derivação e decomposição de comportamentos são possibilidades para a descoberta de classes de comportamentos que compõem profissões ou funções sociais quaisquer relevantes para a sociedade.

**Palavras-chave:** unidade de abrigo; comportamento de agentes institucionais, derivação de classes comportamentais.

## ABSTRACT

Society needs to know the way the care of children and teenagers who live in shelter units are carried out. Once inserted in those institutions, children and youngsters start to have their relationships guided by them. Therefore, it is essential that all the resources spent by the institution to be conceived, accomplished and managed towards the populations' needs in order to produce the benefits which the institution was created for. From the organizations' point of view, in this case shelter units, the investments made in the structure and organizational process that reach out the attendance procedures of children and youngsters, reflect directly in the work and in the life conditions of the staff team. What does the agent who works in a shelter unit need to be able to do to take care of children and youngsters who live there? What are the consequences of discovering the classes of behaviors present in its function? Perhaps what can be made for that the shelter units fulfill its social role is to make it more than an agglomerated of people or institutions, an integrated system of activities capable to accomplish in many ways the needs of those who live there. The construction of an integrated system of activities can be increased by the discoveries of classes of behaviors that can replace incomplete procedures, reproductive routine that directly intervene with the life conditions of the children and youngsters. It's essential to have clarity and precision in relation to what managing a shelter unit means, so that its objectives serve as guidelines for the professional actions developed there. For this, classes of behaviors had been derived from the characterization of the conditions of life of children and youngsters and of the management process of these conditions by those who take care of the institution as form to identify demanded necessities of intervention in the performance of its functions. Sartorelli study (2004) produced knowledge on variables which interfere with the attendance of children. It has showed samples of results in terms of contingencies that children and teenagers, relatives, educators and administrators had been exposed to, which constitute the conditions that characterize the shelter unit as an organization designated to the attendance of children and youngsters. From this document, classes of behaviors had been derived and identified for the professional performance of the shelter unit agents which characterized the general class "to manage conditions of life of children and young that lives in units of shelter". Based on the notion of

behavior as a complex set of relations among classes of response of the subject and the antecedent and consequent classes of stimulus to this class of response, it has been possible to identify the classes of behaviors that are necessary to be learned by the the shelter unit agents. This is possible considering the relations between the subject of the action (agent of the unit of shelter), the verb as the class of response which the agent must present (actions), and the complement as an aspect of the environment in relation to what the agent will have to carry something out so that significant changes from his action occur. This procedure made possible the discovery of 167 of classes of behavior which are part of the shelter unit planner or administrator functions; they might be used in any context where is necessary to discover what somebody needs to be able to accomplish in a determined situation. The initiated behavior analysis increased the visibility over the relevant aspects of the environment that must be modified in the shelter unit to attend the social necessities. Professional actions based on a sufficiently-characterized-planned service to intervene in way that the attendance of children and youngsters who live in shelter units can have as result larger amplitude in the possibility of change in the variable which made part of the institution and are in constant transformation process. To derive and decompose behaviors are possibilities for the discovery of classes of behaviors that compose any social or professions functions relevant for the society.

**Key-words:** shelter unit; behavior of institutional agents, to derive classes of behaviors.



## RÉSUMÉ

Il faut que la société sache comment se réalisent les soins aux enfants et aux adolescents qui habitent dans des unités d'hébergement. Une fois introduits dans ces institutions, toutes leurs relations y seront orientées. Donc, il est important que toutes les ressources utilisées pour l'institution soient conçues, réalisées et gérées, en fonction des besoins de la population, en produisant les bienfaits pour lesquels l'institution a été créée. Du point de vue de l'organisation, dans le cas des unités d'hébergement, les investissements faits dans la structure et les méthodes organisationnelles pour l'assistance aux enfants et aux jeunes, répercutent directement dans des conditions de travail des collaborateurs et dans les conditions de vie de cette population. Quelles sont les compétences nécessaires à un agent travaillant dans une unité d'hébergement pour bien assister les enfants et les jeunes qui y habitent. Quelles sont les conséquences de la découverte des classes de comportements faisant partie de sa fonction? Peut-être pour que les unités d'hébergement accomplissent leur rôle social, elles devraient être plutôt un système intégré d'activités capable d'assister dans une multitude de dimensions les besoins de ceux qui y habitent, qu'une agglomération de personnes ou d'institutions. La construction d'un système intégré d'activités peut bénéficier par les découvertes des classes de comportements qui puissent remplacer des procédures incomplètes, reproduisant des routines qui interviennent directement dans les conditions de vie des enfants et des jeunes. Avoir de la clarté et de la précision pour bien gérer une unité d'hébergement est essentiel pour que les objectifs soient la boussole des actions professionnelles y réalisées. Pour cela, des classes de comportements ont été dérivées à partir de la caractérisation des conditions de vie des enfants et des jeunes et des procédures de gestion de ces conditions pour ceux qui s'occupent de l'institution comme forme d'identifier les besoins d'intervention demandés par la performance de leurs fonctions. L'étude de Sartorelli (2004) a produit des connaissances sur les variables qui interviennent dans l'assistance aux enfants et aux jeunes et a produit des échantillons des résultats en ce qui concerne les circonstances auxquelles les enfants, les jeunes, les familles, les éducateurs et les administrateurs qui constituent les conditions caractérisant l'unité d'hébergement en tant qu'une organisation d'assistance aux enfants et aux jeunes. De ce document des classes de comportements ont été

identifiées et classées par la performance professionnelle des agents de l'unité d'hébergement qui caractérise la classe générale "gérer des conditions de vie des enfants et des jeunes vivant dans des unités d'hébergement". Basée dans la notion de comportement comme un ensemble de relations complexes entre les classes de réponse du sujet et les classes d'incitations antécédentes et conséquentes à cette classe de réponse, il a été possible d'identifier les classes de comportements qui exigent d'être apprises par les agents de l'unité d'hébergement. Cela se fait à partir de la considération des relations entre le sujet de l'action (agent de l'unité d'hébergement), le verbe tel quel la classe de réponse que l'agent doit présenter (les actions), et le complément tel quel l'aspect du milieu par rapport à ce que l'agent doit exécuter pour que des changements importants adviennent à partir de son action. Cette procédure a rendu possible la découverte de 167 classes comportementales composant la fonction de planneur ou administrateur de l'unité d'hébergement, pouvant être utilisée dans n'importe quel contexte où la découverte de ce que quelqu'un doit être capable de faire dans une situation spécifique se fasse nécessaire. Le début de l'analyse comportementale a augmenté la visibilité sur les aspects pertinents de l'ambiance qui doivent être changés dans l'unité d'hébergement créée pour assister les besoins sociaux. Des actions professionnelles basées sur une assistance suffisamment caractérisée et planifiée pour intervenir par rapport à l'assistance aux enfants et aux jeunes habitant dans des unités d'hébergement peuvent amener à une plus grande amplitude dans la possibilité de changement des variables qui donnent forme à l'institution et qui sont en constant processus de transformation. La dérivation et la décomposition de comportements sont des possibilités à la découverte des classes de comportements qui composent des professions ou des fonctions sociales importantes pour la société.

**Mots-clés:** unité d'hébergement, comportement des agents institutionnels, dérivation de classes comportementales.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Esquema ilustrativo do modelo de sentença completa, com comportamentos específicos de agentes de unidades de abrigo em relação a um evento que ocorre em unidades de abrigo, considerada como complemento. .... 73
- Figura 2: Esquema ilustrativo da noção de comportamento como um sistema de interações com o meio, com comportamentos específicos de agentes de unidades de abrigo em relação a um evento que ocorre em unidades de abrigo, considerada como situação antecedente. .... 73



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1: Especificação dos três componentes constituintes da definição do comportamento como “relação entre o que um organismo faz e o ambiente (anterior e posterior à ação) em que o faz”.....	35
Quadro 1.2: Aspecto do comportamento enfatizado pelos verbos inferir, concluir, induzir e deduzir em relação aos três componentes envolvidos na relação entre o que um organismo faz e o ambiente em que o faz.....	36
Quadro 1.3: Aspecto do comportamento enfatizado pelos verbos dizer, falar, marchar, correr e saltar, em relação aos três componentes envolvidos na relação entre o que um organismo faz e o ambiente em que o faz.....	37
Quadro 1.4: Aspecto do comportamento enfatizado pelos verbos fechar, limpar, lavar, abotoar e enrolar, em relação aos três componentes envolvidos na relação entre o que um organismo faz e o ambiente em que o faz.....	38
Quadro 1.5: Especificação (incompleta) dos três componentes constituintes do comportamento denominado pela expressão “abotoar uma blusa”.....	39
Quadro 1.6: Diferentes tipos de relações básicas entre os três tipos de componentes de um comportamento.....	40



## LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1	Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	81
Tabela 3.2	Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	82
Tabela 3.3	Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	85
Tabela 3.4	Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	90
Tabela 3.5	Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	92
Tabela 3.6	Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	96
Tabela 3.7	Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	98
Tabela 3.8	Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	101

Tabela 3.9	Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	104
Tabela 3.10	Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	107
Tabela 3.11	Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	113
Tabela 3.12	Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	114
Tabela 3.13	Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	116
Tabela3.14:	Tipos de atuação (classes de comportamentos) profissional possíveis de realizar no campo profissional da Saúde, segundo Rebelatto e Botomé (1987) e em outros campos de atuação, ampliando o conceito examinado pelos autores.....	121
Tabela 4.1	Análise comportamental de um objetivo profissional de agentes de unidades de abrigo elaborado de acordo com a noção de comportamento.....	135
Tabela 4.2	Análise comportamental de um objetivo profissional de agentes de unidades de abrigo elaborado de acordo com a noção de comportamento.....	137
Tabela 4.3	Análise comportamental de um objetivo profissional de agentes de unidades de abrigo elaborado de acordo com a noção de comportamento.....	140



Tabela 4.4	Análise comportamental de um objetivo profissional de agentes de unidades de abrigo elaborado de acordo com a noção de comportamento.....	143
Tabela 4.5	Análise comportamental de um objetivo profissional de agentes de unidades de abrigo elaborado de acordo com a noção de comportamento.....	145
Tabela 4.6	Análise do comportamento “caracterizar atendimento apropriado para crianças e jovens em diferentes faixas etárias”.....	152
Tabela 4.7	Análise do comportamento “avaliar os problemas dos encaminhamentos existentes”.....	152
Tabela 4.8	Análise do comportamento “reduzir o tempo de permanência das crianças e jovens na unidade de abrigo”.....	153
Tabela 4.9	Análise do comportamento “controlar o fluxo de ingressos e egressos de acordo com a capacidade de atendimento da unidade”.....	153
Tabela 4.10	Análise do comportamento “cuidar das condições de saúde de crianças e jovens abrigados”.....	154
Tabela 4.11	Análise do comportamento “organizar atividades de lazer para crianças e jovens abrigados de diferentes faixas etárias”.....	154
Tabela 4.12	Análise do comportamento “desenvolver comportamentos amigáveis e de confiança com os familiares das crianças e jovens abrigados”.....	155
Tabela 4.13	Análise do comportamento “administrar recursos financeiros para gerenciamento das necessidades básicas das crianças e jovens abrigados”.....	155
Tabela 4.14	Análise do comportamento “registrar informações nos documentos da unidade de abrigo relativos às condições de vida e saúde das crianças e jovens abrigados”.....	156

Tabela 4.15	Análise do comportamento “garantir a implementação de leis que regulamentam a situação de crianças e jovens abrigados”.....	156
Tabela 4.16	Análise do comportamento “interagir profissionalmente com representantes de entidades de proteção de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”.....	157
Tabela 4.17	Análise do comportamento “desmistificar o processo de adoção de crianças e jovens que vivem em instituições”.....	157
Tabela 4.18	Análise do comportamento “avaliar as condições econômicas das famílias que possuem filhos vivendo em unidades de abrigo”.....	158
Tabela 4.19	Análise do comportamento “definir as categorias de encaminhamento com clareza e precisão”.....	158
Tabela 4.20	Análise do comportamento “evitar a fuga de crianças e jovens da unidade de abrigo”.....	159
Tabela 4.21	Análise do comportamento “planejar condições habitacionais para crianças e jovens de diferentes faixas etárias”.....	159
Tabela 4.22	Análise do comportamento “modelar formas adequadas de interação entre crianças e jovens”.....	160
Tabela 4.23	Análise do comportamento “atender as necessidades de conforto e bem estar das crianças por meio dos móveis disponíveis na unidade de abrigo”.....	160
Tabela 4.24	Análise do comportamento “preservar os móveis existentes nas instalações da unidade de abrigo”.....	161
Tabela 4.25	Análise do comportamento “avaliar o grau de limpeza dos espaços físicos da unidade de abrigo”.....	161

Tabela 4.26	Análise do comportamento “desenvolver por meio de ensino aprendizagens relacionadas a cada função na unidade de abrigo”.....	131
Tabela 4.27	Análise do comportamento “delimitar expressão que define os objetivos institucionais referentes ao atendimento de crianças e jovens que vivem em unidades .....	162
Tabela 4.28	Análise do comportamento “avaliar habilidades e competências dos colaboradores”.....	162
Tabela 4.29	Análise do comportamento “organizar procedimentos de visitantes na unidade de abrigo”....	163
Tabela 4.30	Análise do comportamento “desenvolver repertório comportamental das crianças e jovens abrigados nos âmbitos físico, social e emocional”.....	164
Tabela 4.31	Análise do comportamento “controlar a rotatividade de colaboradores na unidade de abrigo”.....	164
Tabela 4.32	Análise do comportamento “resolver imprevistos por meio de atuações profissionais compatíveis com a exigência da situação”.....	165
Tabela 4.33	Análise do comportamento “atenuar grau de vitimização sofrido na família de origem”.....	165
Tabela 4.34	Análise do comportamento “proporcionar as crianças e jovens alimentos de qualidade para atender suas necessidades nutricionais”.....	166
Tabela 4.35	Análise do comportamento “distribuir vestuário de forma a atender diferentes faixas etárias e variações climáticas”.....	166
Tabela 4.36	Análise do comportamento “caracterizar variáveis que interferem no processo de gestão da unidade de abrigo” .....	167

Tabela 4.37	Análise do comportamento “gerir condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”.....	167
Tabela 4.38	Características de variáveis relacionadas ao planejamento da apresentação dos comportamentos-objetivo de um programa para ensinar agentes de unidades de abrigo comportamentos envolvidos na classe geral “administrar” .....	168
Tabela 4.39	Variáveis relacionadas a condições de ensino que podem viabilizar a aprendizagem dessas classes de comportamentos envolvidos na classe geral “administrar” e tornar o programa de ensino eficiente.....	169
Tabela 4.40	Variáveis relacionadas às características do grau de eficácia de um programa de ensino de classes de comportamentos que constituem o processo de administrar unidades de abrigo.....	170
Tabela 4.41	Seqüência de sub-classes de comportamentos que compõem a classe “programar atividades de lazer para crianças em diferentes faixas etárias que vivem em unidades de abrigo” que podem constituir os objetivos de aprendizagem de agentes de unidades de abrigo.....	177
Tabela 4.42	Seqüência de sub-classes de comportamentos que compõem a classe “coordenar atividades de lazer para crianças em diferentes faixas etárias que vivem em unidades de abrigo” que podem constituir os objetivos de aprendizagem de agentes de unidades de abrigo.....	178

## SUMÁRIO

### A

#### **DERIVAÇÃO DE CLASSES COMPORTAMENTAIS PARA ADMINISTRAR CONDIÇÕES QUE AFETAM A VIDA DE CRIANÇAS E JOVENS QUE VIVEM EM UNIDADES DE**

<b>ABRIGO .....</b>	<b>31</b>
1 A noção de comportamento como base de intervenções profissionais .....	33
2 Comportamento e suas relações com os processos de ensinar e aprender.....	41
3 Comportamentos de programar condições de ensino que viabilizem a aprendizagem de classes de comportamentos de agentes de unidades de abrigo .....	46
4 Comportamento de avaliar a eficiência e eficácia de um programa de ensino de classes de comportamentos .....	49
5 As características das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo e o comportamento de institucionalizar crianças e adolescentes .....	51
5.1 Legislação sobre a institucionalização de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	51
5.2 As características das unidades de abrigo e sua influência no desenvolvimento afetivo e social das crianças e jovens que vivem nesses locais .....	56
5.3 Procedimentos de atendimento de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	62
6 Decorrências de um programa de ensino, da legislação e das condições institucionais no atendimento de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	64

### B

#### **MÉTODO**

<b>UM PROCESSO DE OBTER DADOS PARA DERIVAR CLASSES COMPORTAMENTAIS IMPORTANTES PARA ADMINISTRAR UNIDADES DE ABRIGO .....</b>	<b>69</b>
1 Fontes de informação .....	69
2 Critérios de escolha das fontes de informação .....	69
2.1 Da Legislação sobre os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e Adolescente) .....	69

2.2 Do trabalho de pesquisa referente à caracterização das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.....	70
3 Situação e ambiente .....	70
3.1 De exame das fontes de informação.....	70
4 Equipamento e material .....	70
4.1 Para a observação das fontes de informação.....	70
5 Procedimentos.....	70
5.1 Elaboração dos instrumentos de observação.....	70
5.2 Obtenção das fontes de informação .....	71
5.3 De definição do que observar.....	72
5.4 De coleta de dados .....	72

## C

<b>CLASSES DE COMPORTAMENTOS DERIVADAS A PARTIR DA CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DE CRIANÇAS E DOS PROCESSOS DE GESTÃO DESSAS CONDIÇÕES PELOS QUE CUIDAM DA INSTITUIÇÃO COMO FORMA DE IDENTIFICAR NECESSIDADES DE INTERVENÇÃO EXIGIDAS NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES .....</b>	<b>77</b>
1 Alto grau de vitimização sofrido pelas crianças exige comportamentos específicos dos planejadores em relação às atividades institucionais .....	80
2 Há uma distribuição heterogênea quanto à variação por faixa etária.	82
3 Há oscilação na quantidade de crianças e jovens ingressos e egressos da instituição ao longo dos meses.....	85
4 Decorrências para as unidades de abrigo de haver uma distribuição heterogênea quanto à variação por faixa etária e oscilação no fluxo de crianças e jovens ingressos e egressos .....	87
5 As crianças chegam à instituição por falta de condição financeira e permanecem na unidade de abrigo com recursos financeiros insuficientes.....	90
6 Características das instituições que indicam alta probabilidade de necessidades e problemas: as restrições econômicas e financeiras das instituições de acolhimento e das famílias de origem das crianças e jovens como variáveis que atingem diretamente suas condições de vida.....	94
7 Quanto maior é o tempo de permanência, maior é a dificuldade em realizar encaminhamentos e registros de informações que promovam o bem estar das crianças e jovens .....	95

8 As características das instituições indicam alta probabilidade de necessidades e problemas: os procedimentos de atendimento institucional são inadequados e insuficientes para administrar as condições de vida de crianças e jovens que ali vivem.....	109
9 Há adversidades nas condições de trabalho dos colaboradores da unidade de abrigo .....	111
10 As características das condições de vida de crianças e jovens são afetadas em várias dimensões pelos processos administrativos dos que cuidam da unidade de abrigo .....	118
11 Para lidar com as condições de vida das crianças e jovens abrigados é preciso criar, instalar e desenvolver um sistema de atuação de profissionais e familiares.....	119
12 As seis classes gerais constituintes do perfil profissional permitem um ponto de partida para organizar o processo de gestão das condições de vida das crianças que vivem em instituições.....	122

## **D**

<b>ANÁLISE COMPORTAMENTAL DE CLASSES DERIVADAS A PARTIR DE PROBLEMAS E NECESSIDADES DE CRIANÇAS E JOVENS QUE VIVEM EM UNIDADES DE ABRIGO COMO POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO EXIGIDA NO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES</b>	
<b>PROFISSIONAIS DE SEUS AGENTES .....</b>	<b>129</b>
1 Exemplos de análise comportamental de algumas classes comportamentais que poderiam se constituir em um objetivo profissional derivadas para agentes de unidades de abrigo .....	133
2 Cada elemento componente de uma classe pode variar ao longo de um continuum até onde essas variações cheguem a um limite onde a classe de comportamentos “administrar unidades de abrigo” estivesse constituída de forma específica e encadeada para a eficácia dos processos de gestão .....	147
3 Processos que podem ser desenvolvidos para programar o ensino das classes e comportamentos “Administrar condições de vida de crianças e jovens” .....	150
3.1 Caracterização dos comportamentos que compõem as classes de comportamentos “administrar condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”. .....	150
3.2 Variáveis relacionadas ao planejamento da apresentação dos comportamentos-objetivo de um programa para ensinar agentes de unidades de abrigo comportamentos envolvidos na	

classe geral “administrar condições de vida de crianças e jovens que vivem em abrigos” .....	168
3.3 Variáveis relacionadas a condições de ensino que podem viabilizar a aprendizagem dessas classes de comportamentos envolvidos na classe geral “administrar” e tornar o programa de ensino eficiente e eficaz .....	169
3.4 Há problemas e confusões relacionados aos conceitos de “eficácia” e “eficiência”: o que o agente da unidade de abrigo deverá ser capaz de fazer para que possa caracterizar adequadamente o problema a ser resolvido por meio de ensino? .....	171
3.5 Variáveis relacionadas à seqüência de classes de comportamentos que podem constituir as aprendizagens de agentes de unidades de abrigo.....	177
3.6 Decompor classes de comportamentos possibilita ampliar a quantidade de classes componentes para administrar uma unidade de abrigo .....	179
3.7 O processo de derivar classes comportamentais se constitui em uma amostra de procedimento que auxilia a avançar e nortear a maneira de intervir de agentes de unidades de abrigo.....	180
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	185



## A

**DERIVAÇÃO DE CLASSES COMPORTAMENTAIS PARA ADMINISTRAR CONDIÇÕES QUE AFETAM A VIDA DE CRIANÇAS E JOVENS QUE VIVEM EM UNIDADES DE ABRIGO**

Para que serve uma unidade de abrigo? Esse nome diz algo? Abrigo do que? De acordo com relatório divulgado pelo governo sueco há entre oito e dez milhões de crianças no mundo que vivem em instituições (Ministry of Foreign Affairs, 2001). Em todo o Brasil, mais de 30 mil crianças e adolescentes vivem em abrigos ou estabelecimentos mantidos por organizações não governamentais, igrejas ou outras instituições. É o que mostra em 2011 o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA). De acordo com o cadastro, existem 1.876 entidades em todo o país. Vale a pena, diante da importância que tal tipo de medida social pode ter, perguntar: Essa medida de proteção cumpre os objetivos propostos? Em que aspectos? O que significa abrigar crianças? Talvez a expressão “unidade de abrigo” seja insuficiente para revelar todos os aspectos que constituem o abrigar crianças. A não ser que possa ser discutido e descoberto quais são as verdadeiras funções de abrigar crianças e adolescentes.

As características das condições de vida de crianças e jovens são afetadas pelos processos de gestão dos que cuidam da unidade de abrigo. Sendo assim, algumas perguntas precisam ser respondidas: Condições de apoio de que tipos devem ser oferecidos às crianças e jovens? Será que apenas condições de vivência? Ou também é necessário oferecer condições que proporcionem mudanças de comportamento? Mudança de comportamento de quem? Das crianças e jovens? Das famílias das crianças? Dos que cuidam das crianças e jovens? Dos que administram? Quais procedimentos de atendimento permitem obter avanços em relação aos que já existem? Parece que o trabalho a ser desenvolvido pelos agentes das instituições que funcionam como unidades de abrigo precisa ser realizado em várias direções. Planejar um serviço de atendimento para crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo implica aprender a lidar com as próprias condições pessoais e materiais e ainda com procedimentos de trabalho exigidos em função das características da população abrigada. Os profissionais que ali trabalham precisam intervir, administrar,

planejar, corrigir procedimentos e alterar condições existentes no processo de gestão das condições de vida de crianças e jovens. Para isso, dependem de um conhecimento mais completo das variáveis que constituem condições e comportamentos que são importantes para os agentes. O que acontece com as classes de respostas que os agentes que ali trabalham apresentam? Essas classes possuem relações eficazes com o meio que constitui seu ambiente de trabalho? Que classes de ações podem auxiliar a execução de classes de comportamentos profissionais adequados para atender crianças e jovens que possuem como contexto de desenvolvimento uma unidade de abrigo?

A análise das características das classes de comportamentos que constituem o processo de administrar e a descoberta de procedimentos eficazes para orientar possíveis processos de intervenção por meio da construção de novos comportamentos nos agentes é uma das possibilidades de investigação e implica descobrir: 1) Quais são as características das classes de comportamentos que constituem o processo de administrar unidades de abrigo? 2) Quais características das classes de comportamentos de administrar interessam desenvolver e podem ser aprendidas pelos agentes de unidades de abrigo durante um programa de ensino? 3) Quais são as condições de ensino que podem viabilizar a aprendizagem dessas classes de comportamentos envolvidas na classe geral “administrar”?

A demonstração da necessidade de investigar e produzir conhecimento sobre classes de comportamentos profissionais de agentes de unidades de abrigo para intervir sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem institucionalizadas exige um exame de vários aspectos: 1) da noção de comportamento e sua evolução ao longo da história da Psicologia; 2) do comportamento e suas relações com os processos de ensinar e aprender; 3) do comportamento de programar condições de ensino que viabilizem a aprendizagem de classes de comportamentos; 4) do comportamento de avaliar a eficiência e eficácia de um programa de ensino; 5) do comportamento de institucionalizar crianças e adolescentes. Esses aspectos possibilitam examinar melhor a intervenção de profissionais envolvidos com a situação de crianças e adolescentes que vivem em instituições e o tipo de trabalho social necessário para lidar adequadamente com elas.

## **1 A noção de comportamento como base de intervenções profissionais**

O comportamento é um fenômeno que ocorre em qualquer circunstância onde há um organismo vivo interagindo com o meio. Para um psicólogo é importante ter isso claro, uma vez que seu objeto de estudo e intervenção é o comportamento – o fenômeno psicológico por excelência. A relação entre a ação humana, a situação onde ela acontece e as conseqüências que produz traz contribuições para a compreensão do que é um fenômeno psicológico. Essa definição de fenômeno psicológico coincide com o conceito de comportamento sistematizado por Botomé (2001). Esse autor define comportamento como o conjunto de relações ou de micro relações, entre o que um organismo faz (resposta ou ação) e o ambiente (meio físico e social) e, ainda, o que antecede essas ações e os conseqüentes das mesmas. Quanto mais complexo for um organismo, mais complexas serão as relações que ele estabelece com o meio. Sendo assim, as relações são estabelecidas a partir de três componentes que são um recurso para proceder a análise: a situação, a ação e a conseqüência.

A noção de comportamento como sendo um sistema de relações com o meio, implica analisar os três componentes envolvidos na sua definição: situação antecedente, resposta e situação conseqüente. A situação é o que acontece antes ou junto da ação de um organismo, a ação é aquilo que o organismo faz e a conseqüência é o que acontece depois da ação de um organismo (Botomé, 2001). O ambiente é entendido sob duas perspectivas: o que acontece junto ou antes da ação de um organismo e o que acontece depois dessa ação, envolvendo também o que ocorre com o organismo em termos de reações fisiológicas. Dessa forma, o ambiente é algo em constante mudança provocada pela ação de um organismo que age em relação a esse ambiente. O autor indica que a análise do comportamento implica em explicitar os aspectos que constituem as situações antecedentes de uma classe de resposta, as características dessa classe e o seu conseqüente. Assim, é possível identificar os aspectos constituintes dos comportamentos e verificar o que acontece com o comportamento de um organismo. Nesse sentido, analisar comportamentos constitui um recurso para compreender a interação do homem com o mundo. Quais são os comportamentos que estão ocorrendo por parte dos agentes institucionais em relação às crianças e jovens. O que acontece com os comportamentos que apresentam? Quais comportamentos são mais

apropriados para atender essa população? A análise de comportamentos serve para o psicólogo poder identificar com precisão o fenômeno a que esta se referindo. Essa análise é um instrumento de trabalho para identificar as partes que constituem um comportamento.

Entre os vários aspectos que são examinados por diferentes autores a respeito da noção de comportamento e sua evolução ao longo da história da Psicologia, o que ainda não está claro em um grau de entendimento suficiente é a descrição completa do organismo como um todo em interação com o meio, o que cria pouca visibilidade para os processos de intervenção relacionados à construção de novos comportamentos. No entanto, desde a década de 50, havia ênfase em estudar o comportamento em suas relações com o meio. Houve uma compreensão por parte dos pesquisadores que os organismos não reagiam apenas a estímulos, mas que havia a construção de uma relação com o meio. Keller e Schoenfeld (1968) relatam estudos que foram as primeiras tentativas de ampliar a visibilidade sobre determinados fenômenos por meio de experimentos, que criaram condições para que posteriormente outras descobertas ocorressem. Dessa forma é que acontece a construção do conhecimento científico. Há um acúmulo gradativo no conhecimento construído que necessita ser constantemente avaliado pelos profissionais para que possa ser aperfeiçoado. É importante destacar que o conceito de comportamento tem sido aperfeiçoado desde as primeiras descobertas realizadas pelo fisiologista Pavlov (fim do séc.XIX e início do século XX). Outros autores também contribuíram com a análise do comportamento: Skinner (1938-1969), Catania (1973) e outros. Botomé (2001) sistematiza as principais contribuições, avanços e problemas estudados por esses autores, produzidos pela Análise Experimental do Comportamento.

O Quadro 1.1 permite notar a especificação dos três componentes básicos que definem o que é comportamento.

Quadro 1.1: Especificação dos três componentes constituintes da definição do comportamento como “relação entre o que um organismo faz e o ambiente (anterior e posterior à ação) em que o faz”.

SITUAÇÃO	AÇÃO	CONSEQUÊNCIA
O que acontece antes ou junto da ação de um organismo	Aquilo que um organismo faz	O que acontece depois da ação de um organismo

Fonte: (REPRODUZIDO DE BOTOMÉ, 2001, p. 697).

Para entender o que os indivíduos fazem é necessário entender as características de cada um dos componentes do comportamento. Para falar de um comportamento é preciso nomeá-lo e, para isso, são utilizados verbos. Os verbos são nomes da relação e não apenas da ação de um organismo. Alguns verbos enfatizam o que um organismo faz, outros enfatizam características daquilo que um organismo faz. Assim, esses verbos indicam, às vezes, a relação que existe entre aspectos da ação e aspectos da situação, outras vezes, a relação entre aspectos da ação e aspectos da consequência dessa ação. Dessa forma, esses verbos indicam a relação entre os componentes e não os componentes envolvidos na relação. O Quadro 1.2 exemplifica aspectos do comportamento, nomeados por alguns verbos:

Quadro 1.2: Aspecto do comportamento enfatizado pelos verbos inferir, concluir, induzir e deduzir em relação aos três componentes envolvidos na relação entre o que um organismo faz e o ambiente em que o faz.

SITUAÇÃO	AÇÃO	CONSEQUÊNCIA
O que acontece antes ou junto da ação de um organismo	Aquilo que um organismo faz	O que acontece depois da ação de um organismo
?	<div style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 10px; text-align: center;">           dizer            falar            marchar            correr            saltar         </div>	?

Fonte: (REPRODUZIDO DE BOTOMÉ, 2001, p. 697).

Qualquer mudança em um dos componentes que constituem o comportamento implica também em mudanças na relação. O componente identificado como situação antecedente pode mudar e a ação por sua vez, pode ser apresentada de diferentes formas. Assim, é possível notar que o que muda é a ação e não o comportamento. Para caracterizar um comportamento é necessário mais do que identificar a ação do organismo. Nesse caso, estaria sendo enfatizada apenas uma instância do comportamento. “Dependendo da situação uma dada classe de resposta pode (em relação aos demais componentes) estar nomeando um comportamento diferente. As pessoas podem ter as mesmas ações (que fazem parte de uma determinada classe) e que em situações diferentes nomeiam diferentes tipos de comportamentos” (Botomé, 2001).

Outra forma de nomear e classificar um comportamento é utilizando verbos que dão ênfase à relação entre a ação e a consequência da ação.

Quadro 1.3: Aspecto do comportamento enfatizado pelos verbos dizer, falar, marchar, correr e saltar, em relação aos três componentes envolvidos na relação entre o que um organismo faz e o ambiente em que o faz.

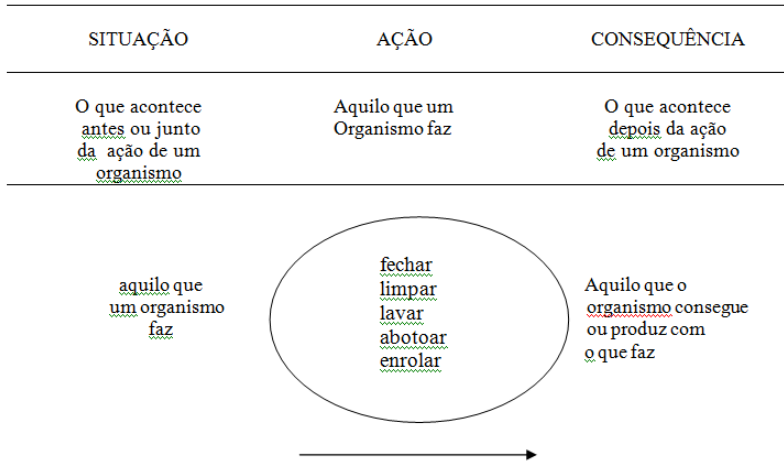
SITUAÇÃO	AÇÃO	CONSEQUÊNCIA
O que acontece <u>antes</u> ou junto <u>da</u> ação de um <u>organismo</u>	Aquilo que um <u>organismo</u> faz	O que acontece <u>depois</u> da ação <u>de</u> um organismo
?	<div style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 10px; text-align: center;"> <u>dizer</u>  <u>falar</u>  <u>marchar</u>  <u>correr</u>  <u>saltar</u> </div>	?

Fonte: (REPRODUZIDO DE BOTOMÉ, 2001, p. 698).

Nesse caso o comportamento é definido pela funcionalidade, pelo tipo de relação entre a ação e o ambiente que resulta dessa ação. No Quadro 1.4 é possível notar que o verbo que nomeia a ação só é apropriado se a consequência é resultado da ação. Dessa forma só é correto dizer que alguém “limpou algo” se “algo ficou realmente limpo”, nesse caso, os valores das variáveis (velocidade, frequência, intensidade, etc.) não influem na definição do comportamento, já que essa é dada pela alteração produzida direta ou indiretamente no ambiente.

Há sempre três componentes envolvidos no comportamento e cada um desses componentes possui aspectos específicos que variam continuamente.

Quadro 1.4: Aspecto do comportamento enfatizado pelos verbos fechar, limpar, lavar, abotoar e enrolar, em relação aos três componentes envolvidos na relação entre o que um organismo faz e o ambiente em que o faz.



Fonte: (REPRODUZIDO DE BOTOMÉ, 2001, p. 699).

De acordo com o Quadro 1.4 é possível perceber que os verbos utilizados para nomear um comportamento enfatizam apenas um ou dois componentes ou uma das relações, em geral a que fica mais visível. No Quadro 1.5 Botomé (2001) apresenta, o que pode constituir um comportamento nomeado por um verbo, neste caso, abotoar.



Quadro 1.5: Especificação (incompleta) dos três componentes constituintes do comportamento denominado pela expressão “abotoar uma blusa”

SITUAÇÃO	AÇÃO	CONSEQUÊNCIA
O que acontece <u>antes</u> ou <u>junto da</u> ação de um <u>organismo</u>	Aquilo que um <u>organismo</u> faz	O que acontece <u>depois</u> da ação <u>de</u> um organismo
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Blusa desabotoada</li> <li>- Sensação de frio</li> <li>- Características da blusa</li> <li>- Risco de prejudicar a saúde</li> <li>- Outras características <u>do</u> ambiente</li> </ul>	Movimentos das <u>mãos</u> e dos dedos <u>em</u> torno dos <u>botões</u> e das <u>casas</u> da blusa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Blusa abotoada</li> <li>- Diminuição da sensação de frio</li> <li>- Maior probabilidade de manter a saúde intacta</li> <li>- Outras <u>conseqüências</u> ou descobertas</li> </ul>

Fonte: (REPRODUZIDO DE BOTOMÉ, 2001, p. 700).

Botomé (2001) indica também, que além dos dois tipos de relações (relação entre a ação e a situação e a relação entre a ação e a consequência da ação) apresentadas nos quadros 1.2, 1.4 e 1.5 há outras relações que ocorrem. O Quadro 1.6 mostra, por meio de uma ilustração, perceber que o comportamento é sempre um conjunto de relações ou de micro relações, visto, geralmente, como se fosse apenas uma relação. O autor explica cada tipo de relação apresentada no Quadro 1.6: No tipo de relação 1, a situação (os aspectos específicos de uma situação) facilita, favorece, impede ou dificulta a ação de diferentes maneiras, inclusive criando “necessidades”. Na relação de tipo 2, a ação (propriedades específicas da resposta) do organismo produz ou é seguida por determinados resultados (dela) ou por eventos de meio. Na relação de tipo 3, a oportunidade para a ação produzir um determinado tipo de resultado é sinalizada por algum aspecto (ou mais de um) da situação.

Quadro 1.6: Diferentes tipos de relações básicas entre os três tipos de componentes de um comportamento.

Componentes de relação Tipos	SITUAÇÃO (O que acontece antes ou junto à ação de um organismo)	AÇÃO (Aquilo que um organismo faz)	CONSEQUÊNCIA (O que acontece depois da ação de um organismo)
1		→	
2			→
3	←		
4			←
5		→	
6	←	→	
7	←	→	→

Fonte: (REPRODUZIDO DE BOTOMÉ,2001, p. 701).

Na relação de tipo 4, as propriedades das consequências da ação exercem influência sobre a probabilidade de ocorrência da classe de respostas do organismo que produziu essas consequências (influi na re-ocorrência da mesma ação). Na relação de tipo 5, algum (ou mais de um) aspecto da situação “sinaliza” a consequência que será obtida, caso a classe de ações seja apresentada. Na relação de tipo 6, a consequência (resultado ou decorrência) da ação faz com que os aspectos do meio (ou alguns desses aspectos), inclusive relações entre aspectos do meio, adquiram propriedades (valores) de sinalização de que, em relação a eles, mediante um determinado tipo de ação, será possível obter um determinado tipo de consequência. O que decorre ou se segue à ação dá ao aspecto do meio um “significado” que é, em última instância, a própria relação estabelecida. A relação do tipo 7 do Quadro 1.6 sintetiza uma representação de um conjunto de relações possíveis.

Botomé (2001) indica que analisar comportamento implica em explicitar os aspectos que constituem as situações antecedentes de uma classe de resposta, as características dessa classe de resposta e o seu conseqüente. Esse é o primeiro passo para identificar quais são os comportamentos que estão ocorrendo e para entender o que acontece com o comportamento de um organismo. Nesse sentido, analisar comportamentos constitui um recurso para compreender quais são os comportamentos que estão ocorrendo por parte dos agentes institucionais em relação às crianças e jovens. O que acontece com os comportamentos que apresentam? Os processos comportamentais são

compostos de aprendizagens diversas que o sujeito vai desenvolvendo a partir das relações que estabelece com o meio. Assim, é possível perceber que a compreensão desse processo aumenta a possibilidade de intervenções preventivas que possam alterar as condições sociais existentes nas unidades de abrigo. A explicitação das três partes que constituem um comportamento ampliou a percepção das relações entre os componentes da relação comportamental e o fenômeno psicológico passou a ser melhor observado e compreendido ou seja, estudado com maior visibilidade.

## **2 Comportamento e suas relações com os processos de ensinar e aprender**

Kubo e Botomé (2001) contribuem com os profissionais analisando a função do conceito de comportamento e as implicações do uso desse conceito no trabalho com os processos de ensinar e aprender. Esses autores definem o processo ensino- aprendizagem como sendo o nome dado para um complexo sistema de interações comportamentais entre professores e alunos. Esses processos são constituídos por múltiplos componentes em interação. Kubo e Botomé (2001) enfatizam que os processos ensino e aprendizagem são formados por cadeia de comportamentos composta por várias classes de comportamentos complexos, em uma sequência articulada, de um organismo (o professor) definido por um resultado: o que ocorre em classes de comportamentos de um outro organismo (o aluno). A mudança da interação dos alunos com o seu meio como resultado do trabalho do professor é o que indica que houve aprendizagem produzida por meio de ensino.

Ensinar e aprender são comportamentos. Essas expressões fazem referência direta, de acordo com Kubo e Botomé (2001), aos processos do que faz um professor e do que acontece com o aluno como decorrência do fazer desse professor. A relação entre o que o professor faz e a efetiva aprendizagem do aluno é o que, mais apropriadamente, pode ser chamado de ensinar. Ensinar é, portanto, o nome da relação entre o que um professor faz e a aprendizagem de um aluno. O conceito de ensinar tem como decorrência, um acontecimento necessário: a ocorrência de aprendizagem. Um professor não pode afirmar que ensinou se o aluno não aprendeu. A mudança de comportamento do aluno (alterações em suas relações com o meio) é o que evidencia a ocorrência de aprendizagem. O que ele está produzindo de

transformações nesse meio? O que os agentes institucionais poderão transformar em seu ambiente de trabalho a partir das aprendizagens desenvolvidas?

A partir disso, é verificado um avanço significativo nas possibilidades de trabalho em relação a esses processos. Os processos de ensinar, aprender, intervir (e outros) são constituídos por comportamentos de pessoas. Esses comportamentos necessitam ser melhor especificados para aumentar a visibilidade sobre o fenômeno com o qual um profissional precisa saber lidar. O conceito de comportamento a partir das contribuições da Análise Experimental do Comportamento auxilia o profissional que trabalha com o ensino a prestar atenção não somente em suas ações, mas no que elas produzem no meio. É importante avaliar as decorrências e a relevância de suas ações. O que elas produzem no meio?

Uma das funções do professor é ter clareza sobre o que são os processos de ensinar e aprender e sobre o que é um objetivo de ensino. Botomé e Kubo (2002) salientam que a capacidade de atuar de um profissional é caracterizada pela aprendizagem de comportamentos que são apresentados em distintos graus. Os objetivos de ensino são, dessa forma, comportamentos que precisam ser aprendidos. Nesse caso, comportamentos que necessitam ser aprendidos pelos agentes institucionais. O que esses agentes precisam aprender? Skinner (1972), em seu livro *Tecnologia de Ensino*, foi um dos pioneiros a considerar a relevância de descobrir “o que” e “porque” ensinar antes de planejar “como” ensinar. Para Botomé (1981), uma orientação adequada do ensino, faz referência a explicitação de objetivos de ensino definidos pelos comportamentos significativos de quem necessita aprendê-los para poder realizar uma atuação socialmente significativa. Por atuação socialmente significativa é possível entender uma atuação profissional comprometida com o desenvolvimento e bem estar da sociedade, bem como, com o aprimoramento da profissão de agentes de unidades de abrigo. A partir da caracterização de classes de comportamentos que constituem o processo de administrar condições que afetam a vida das crianças e jovens em unidades de abrigo é possível aperfeiçoar a atuação desses profissionais.

Para favorecer o entendimento em relação ao que realmente pode ser considerado um objetivo comportamental de ensino é preciso realizar um cuidadoso exame sobre o conceito de comportamento. Caso contrário, pode haver equívocos em relação à proposição de objetivos comportamentais em virtude do desconhecimento da noção de

comportamento. Kubo e Botomé (2001) enfatizam que um objetivo de ensino precisa levar em consideração três componentes: 1º: a situação problema com a qual o aluno se defrontará 2º: o desempenho que deverá apresentar perante essa situação de forma a produzir 3º: um resultado de valor para a sociedade e para si próprio. Sendo assim, um professor precisa considerar três características básicas definidas por Botomé (1981) em um estudo sobre objetivos de ensino formulados a partir das concepções encontradas na literatura: 1º: a situação diante da qual o aprendiz deve ser capaz de apresentar um determinado desempenho; 2º: o desempenho que deve ser capaz de apresentar nessa situação; 3º: a situação decorrente do desempenho do aluno que aumentaria a probabilidade de sucesso do aprendiz. Cada um desses componentes deve ser investigado por quem ensina para decidir o que constituirão seus objetivos de ensino e, como decorrência, qual procedimento deverá executar para planejar e realizar ensino ou as interações que irá desenvolver nos alunos. Outro aspecto importante a considerar ressaltados por Kubo e Botomé (2001) é que a relação entre comportamentos do professor e comportamentos dos alunos deve ocorrer sob controle de suas características e dos recursos existentes.

Quando um professor já possui um objetivo de ensino formulado, ele precisa, segundo Botomé (1975), conhecer quais são os comportamentos que constituem as aprendizagens que o aluno precisa ser capaz de apresentar para estar capacitado a realizar o comportamento mais geral que o objetivo de ensino descreve. Sendo assim, o professor precisa identificar quais são os comportamentos que constituem as aprendizagens intermediárias (que estão no meio em relação às aprendizagens iniciais e finais). As aprendizagens intermediárias ou objetivos intermediários criam condições para avançar para outros “níveis” de aprendizagem, de forma a avançar do complexo (objetivo terminal) para o simples (objetivos intermediários). O quanto o professor deverá especificar as aprendizagens intermediárias dependerá das características da população para a qual está sendo planejada a condição de ensino. De qualquer forma, deverão ser encontrados objetivos intermediários até chegar a um nível em que os aprendizes já sejam capazes de apresentar determinadas classes de comportamentos, ou seja, quando os aprendizes já são capazes de realizar com algum grau de perfeição os comportamentos que são esperados antes de iniciarem o programa de ensino.

No procedimento relatado no texto de Botomé (1975) é descrito uma pergunta que é o núcleo do procedimento que deve ser realizado

para produzir objetivos intermediários em relação ao objetivo terminal: “O que o aprendiz precisa estar apto a fazer para conseguir realizar esse comportamento?”. Essa pergunta auxilia os profissionais que lidam com o ensino a aumentar a visibilidade em relação ao que está sendo ensinado. Dessa forma, podem ser criados “diagramas de aprendizagens” que explicitam as classes de comportamentos de diferentes níveis de generalidade envolvidas em uma classe geral de comportamentos. É importante lembrar que esse processo exige que o professor desenvolva em seu repertório alguns “intermediários” necessários para obter a aprendizagem que precisa estar apto a realizar para poder planejar condições de ensino a seus alunos.

Kubo e Botomé (2001) enfatizam que delimitar um objetivo de ensino é identificar, avaliar constantemente um comportamento a ser aprendido que tenha valor social. Um objetivo de ensino são classes de comportamento a ser desenvolvida em um aprendiz. É aquilo que o aluno deve aprender para ser capaz de identificar situações que necessitem de sua ação profissional e realizar intervenções transformadoras dessas situações, para melhorar ou promover o bem estar das pessoas que dependem de suas ações. É importante também ampliar a noção de objetivo de ensino para o entendimento de qualquer objetivo: de ensino, de intervenção, de atribuição de um cargo, da função que um indivíduo desempenha em uma empresa, e outros. Postman e Weingartner (1971) enfatizam a metáfora de “detectar lixo” indicando que há muita irrelevância em relação ao que é escolhido como objetivo de ensino. Parece haver pouca preocupação em relação ao que é importante ensinar ao aprendiz. Como se o processo de programar situações de ensino pudesse ser realizado de qualquer maneira, baseado em conhecimentos do senso comum. O que é importante que alguém aprenda? Essa pergunta precisa ser respondida considerando o conhecimento que já está disponível. O que um aluno precisa aprender não pode ser reduzido a “adquirir informações”. Há necessidade de verificar de que forma o conhecimento pode ser utilizado para que possa ser transformado em aprendizagem significativa como ressaltam Kubo & Botomé,( 2001).

Botomé (1977) destaca outro aspecto relacionado às características de objetivos de ensino: “os falsos objetivos de ensino”. Os falsos objetivos de ensino podem conter problemas em sua formulação e serem confundidos segundo o autor com 1. itens de conteúdo, que não especificam o que se quer obter como resultado do ensino e são caracterizados por serem meios ou instrumentos para

auxiliar o aluno a ser capaz de fazer algo em relação a esses conteúdos; 2. intenções do professor, que especificam o que o professor deseja ou almeja e não o que os alunos precisarão fazer; 3. ações ou atividades dos professores, que são meios e não fins de ensino e explicitam apenas o que o professor irá fazer; descrição apenas de ações dos aprendizes sem explicitar o contexto em que o aluno irá atuar; 5. atividades de ensino que referem à atividades dos alunos e não ao que ele necessita ser capaz de fazer depois de formado; 6. elaborar objetivos de ensino da maneira como sempre foi feito no ensino. A partir desse entendimento fica evidente que os objetivos de ensino não podem ser confundidos com atividades de ensino. O autor destaca que as atividades de ensino são oportunidades que o aprendiz tem para desenvolver os objetivos de ensino anteriormente formulados.

É essencial que a organização e o planejamento de ensino para capacitação de profissionais que trabalham em unidades de abrigo seja voltado ao tipo de atuação que os profissionais que ali trabalham devem realizar ao exercerem suas funções. É fundamental que essas ações ocorram no sentido de produzir comportamentos que sejam significativos para a vida das crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo. A capacidade de ação dessas pessoas deve ocorrer no sentido de melhorar a qualidade das relações dessas crianças com seu meio. Quais são os comportamentos profissionais esperados que caracterizam a atuação de agentes de unidades de abrigo? A explicitação de objetivos de ensino deve ser definida pelos comportamentos significativos de quem necessita desenvolver aprendizagens para uma atuação profissional socialmente relevante. A partir das descobertas de Skinner (1972), Botomé (1981), Botomé e Kubo (2001) e outros estudiosos da Análise do Comportamento sobre o comportamento e sobre os processos de ensinar e aprender é possível concluir que a identificação e caracterização de comportamentos que constituem uma profissão necessitam ser mantidas como permanentes projetos de pesquisa. É importante como contribuição e responsabilidade da Ciência produzir conhecimento e intervir com o apoio desse conhecimento (Cortegoso e col.,1997). Há alguns tipos de programas de ensino que têm se mostrado eficientes e eficazes na promoção do desenvolvimento de aprendizagens. É o caso da programação de ensino, uma das contribuições mais significativas da pesquisa em Psicologia para o desenvolvimento da Educação.

### **3 Comportamentos de programar condições de ensino que viabilizem a aprendizagem de classes de comportamentos de agentes de unidades de abrigo**

Há necessidade de cuidar da capacitação dos profissionais que atuam em unidades de abrigo. O agente responsável por essa capacitação precisa estar orientado pela função social desse tipo de profissional e para ensinar comportamentos profissionais. Quem ensina necessita arranjar contingências especiais para acelerar o processo de ensinar e aprender. As pessoas podem aprender sem necessariamente haver um professor ou agente que ensina. No entanto, os professores ou agentes que ensinam podem facilitar esse processo, por meio do arranjo de contingências especiais que aceleram a aprendizagem e facilitam a ocorrência de aprendizagens que, de outro modo, seriam adquiridas mais lentamente, ou mesmo não seriam possíveis de ocorrer (Skinner, 1972). Há um arranjo de contingências (relações estabelecidas entre ações que pessoas realizam e aspectos do ambiente no qual essas ações são realizadas) especiais que podem acelerar a aprendizagens de novos comportamentos. Skinner (1972) descreve que são três as variáveis que compõem as contingências de reforço: 1- ocasião em que o comportamento ocorre; 2- O próprio comportamento; 3- conseqüências do comportamento. Sendo assim, o professor é o responsável por programar e criar condições que aumentem a probabilidade de ocorrência de comportamentos que o professor necessita para fazer com que seus alunos aprendam.

Skinner (1972) enfatiza que ensinar é o ato de facilitar a aprendizagem por meio de contingências de reforço. A esquematização eficiente de reforçamento é um importante elemento do programar condições de ensino. O reforço deve ocorrer imediatamente após a classe de resposta que se espera ensinar, pois dessa maneira, fortalece a relação entre as respostas do organismo e o ambiente, compondo um novo comportamento, entre outros possíveis. Frare e col. (2005) descrevem que programação de ensino é um processo de ensino-aprendizagem que minimiza a ocorrência de erros pelos aprendizes, uma vez que errar pode ser aversivo para o aprendiz. Nesse mesmo sentido, Sidman (2001) comenta que os programadores de ensino devem aprimorar seus programas até o ponto que seus alunos não cometam mais erros. Programar conseqüências que estejam próximas de conseqüências naturais e eliminar ou diminuir a possibilidade de erros



do aprendiz é uma maneira eficiente de mantê-lo disposto, motivado a aprender.

Há classes de comportamentos constituintes da classe geral “programar condições de ensino”. Algumas dessas classes intermediárias envolvidas no processo de programar condições de ensino já foram descobertas utilizando o instrumental da Análise do Comportamento que possibilita ampliar a visibilidade em relação aos processos denominados de ensinar e aprender. De acordo com Frare e col. (2005) elaborar programas de ensino exige que o programador seja capaz de: caracterizar com precisão os comportamentos que deverão ser aprendidos e ser capaz de propor os procedimentos apropriados para programar o ensino das classes de comportamentos escolhidas como objetivos de ensino. Os princípios norteadores do trabalho com Programação de Ensino foram descritos em um texto programado sobre programação de ensino desenvolvido por “Teaching Machines Incorporated” (1961). Esses princípios são: 1- princípio dos pequenos passos (pequenas unidades de aprendizagem); 2- princípio da resposta ativa (atuação explícita) 3- princípio da verificação imediata (conferência imediata da adequação do desempenho do aprendiz); 4- respeito ao ritmo de aprendizagem do aluno; 5- princípio do teste de avaliação (o programa é revisado e aperfeiçoado a partir da eficácia de cada unidade de aprendizagem). Esses princípios de aprendizagem foram descobertos por meio de diversas pesquisas em Psicologia e são orientadores na construção de condições de aprendizagens.

Os princípios, procedimentos e técnicas de programação de ensino estão apoiados nos princípios da Análise do Comportamento. Há uma linguagem específica para designar os conceitos que fazem parte da Análise Experimental do Comportamento. Definir esses conceitos é uma das etapas essenciais para aperfeiçoar os comportamentos profissionais que precisam ser desenvolvidos por pesquisadores e professores. Matos (2001) define alguns conceitos que constituem o núcleo da Análise do Comportamento. Esclarece que o analista do comportamento está interessado em estudar as variáveis que afetam o comportamento e de que maneira afetam. A autora também enfatiza a importância do estudo dos antecedentes e conseqüentes para a compreensão do comportamento dos organismos. Um dos conceitos fundamentais apresentados por Matos (2001) é o de modelagem de comportamentos. Um procedimento que auxilia a aprendizagem de comportamentos por meio de aproximações sucessivas até alcançar o comportamento final desejado. O fato de o aluno conseguir aprender em pequenos passos

(aprendizagens intermediárias) facilita o desenvolvimento de seu repertório e cria condições para prosseguir de maneira gradual para outras etapas de aprendizagem.

Outro aspecto a considerar e que deve estar sob a atenção dos professores são as características individuais e o ritmo de aprendizagem de cada aluno. Quais são as características dos aprendizes? O que já aprenderam em outras circunstâncias? O que precisam aprender? Especificar as necessidades dos alunos, delimitar os objetivos de ensino, identificar os aspectos do meio com os quais o aluno precisará lidar depois de formado são comportamentos profissionais a serem considerados por parte de quem programa condições de ensino. O que precisa ser aprendido? Essa pergunta parece ser o núcleo de qualquer programa de aprendizagem. É a partir da resposta a essa pergunta que o professor poderá planejar todo o restante do processo. É também por isso, que essa pergunta necessita ser avaliada no contexto de elaboração de condições de ensino. Que novas relações o aprendiz consegue estabelecer com o meio depois de ter passado por um processo de ensino de determinadas classes de comportamentos? Que consequências são importantes para serem apresentadas pelos professores aos aprendizes? De que forma um professor pode construir e disponibilizar aos seus alunos reforçadores naturais?

Os aspectos indicados e as perguntas formuladas precisam ser consideradas no processo de produção do conhecimento em relação à descoberta das características das classes de comportamentos que constituem a classe geral “administrar condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo” e de procedimentos eficazes para orientar possíveis processos de intervenção por meio da construção de novos comportamentos nos agentes. Matos (2001) descreve que ensinar envolve diversas decisões (comportamentos) que o professor precisa executar para poder planejar condições onde ocorram aprendizagens. Quando essas decisões são planejadas e realizadas de maneira apropriada aumenta a probabilidade de o aluno aprender para ser capaz de identificar situações que necessitem de sua ação profissional e realizar intervenções que promovam o bem estar das pessoas que dependem de suas ações. O comportamento profissional adequado, no caso do interesse desse trabalho, o comportamento profissional de agentes de unidades de abrigo, deve ocorrer sob controle das condições de vida e das características da população do local onde se insere ou vai se inserir a atividade do profissional (Melchiori, 1987).

#### **4 Comportamento de avaliar a eficiência e eficácia de um programa de ensino de classes de comportamentos**

Há uma cadeia de comportamentos envolvida nos processos de intervenção direta e indireta de um psicólogo que foi examinada por Botomé e colaboradores (2003). Essa cadeia evidencia um exame progressivo do comportamento profissional de intervir sobre fenômenos psicológicos. Qualquer processo de intervenção exige que o profissional tenha claro o problema sobre o qual é necessário intervir. Dessa forma, em um primeiro momento é imprescindível segundo Botomé e col. (2003), caracterizar necessidades sociais em relação a alterações em processos comportamentais. A descrição de um problema é um requisito fundamental e por meio do qual será orientado todo o restante da intervenção. Botomé (1977) propõe, a esse respeito, que para descrever um problema é necessário: 1- identificar “quem exatamente tem o problema”; 2- identificar “o que as pessoas fazem ou deixam de fazer e que se constitui no alvo da queixa”; 3- explicitar as razões pelas quais “as pessoas deveriam fazer ou deixar de fazer o que é solicitado”. Assim, fica garantida a descrição da natureza do problema e critérios mais seguros em relação à necessidade ou não de realizar intervenções.

Outros comportamentos estão envolvidos em processos de intervenção e são descritos em nível geral por Botomé e col. (2003). No caso de um processo de intervenção indireta, como pode ser considerada a intervenção por meio de capacitação de outras pessoas para produzir alteração em fenômenos psicológicos deve-se: construir programas de produção de aprendizagem, desenvolver programas de produção de aprendizagens, avaliar processos e programas de aprendizagem, aperfeiçoar processos e programas de aprendizagem e comunicar descobertas feitas em programas e processos de aprendizagem. Todas essas classes comportamentais exigem um complemento em relação aos fenômenos que estão sendo examinados. É importante destacar que a classe constituída pelo comportamento de avaliar aparece em uma fase posterior ao período de intervenção. O avaliar é uma dimensão importante de um processo de intervenção. Mas, afinal, o que é avaliar? O que significa avaliar a eficiência e a eficácia de uma intervenção?

Avaliar não é apenas uma atividade, e sim um processo, sendo o resultado da avaliação o resultado desse processo. Assim sendo, avaliar é um processo composto por um conjunto de elementos que são antecedentes e posteriores a ação do avaliador e que é definido por uma constante relação, alterando o meio onde ocorre bem como a própria

ação do avaliador ao longo do processo. Nesse sentido, Botomé e Rizzon (1997) definem, pelo menos no contexto de trabalho com Psicologia e com Educação, que avaliar é um processo por meio do qual são criadas condições para o aluno apresentar algum desempenho (e isto é central no processo), examinar as características desses resultados e alterar as condições oferecidas e as características do próprio comportamento (o desempenho) em função das características dos resultados obtidos ou identificados.

Há problemas e confusões relacionados aos conceitos de “eficácia” e “eficiência”. É útil um exame da diferença entre esses dois conceitos, até certo ponto, interdependentes: avaliar a eficácia de um programa de ensino e avaliar sua eficiência. Segundo Botomé e Kubo (2001) quando um professor propõe determinados objetivos e verifica o quanto e de que forma seus alunos conseguem atingi-los, no âmbito do próprio curso, ele está realizando uma avaliação da eficiência. Esses mesmos autores relatam que caso o professor estivesse interessado em realizar uma avaliação do que acontece com o desempenho dos alunos, fora e depois das situações de ensino, ele estaria verificando a eficácia de seu ensino. O que o aluno consegue fazer como decorrência do que aprendeu no programa de ensino desenvolvido?

A resposta a essa pergunta está próxima das constatações feitas por Kaufman (1977) quando examina as implicações de realizar avaliação das necessidades internas e externas das organizações. O autor descreve que a avaliação das necessidades internas é a perspectiva de quem participa “de dentro” de uma organização. O indivíduo compreende a organização desde sua história, inserção na organização. A avaliação de necessidades externas é mais ampla: que resultados, contribuições necessitam ser oferecidas à sociedade a partir do que aprendi nas organizações das quais faço parte (escolas, universidades, etc). Esse tipo de avaliação é primordial. Caso contrário, perde o sentido, a relevância de existirem sistemas educacionais e outros tipos de organizações criadas para promover o bem estar das pessoas. Uma avaliação de necessidades implica identificar os “vazios” que existem entre os resultados esperados e os que se consegue alcançar (Kaufmann, 1977). É importante realizar uma hierarquia de necessidades. Em primeiro lugar, identificar os problemas para depois tentar resolvê-los. Caracterizar as situações-problema como ponto de partida de nossas ações. Caracterizar variáveis componentes e intervenientes que fazem parte da própria organização (interna) e externa a ela. É um processo de avaliar continuamente as intervenções profissionais. Aprender a avaliar

para poder decidir quais são as aprendizagens relevantes para a sociedade nos diferentes meios de inserção profissional.

Botomé e Kubo (2004) evidenciam que a exigência de avaliação por meio de procedimentos experimentais, um nome dado para as múltiplas maneiras de verificar e demonstrar o que é responsável pelas mudanças que possam ocorrer com o comportamento, é inerente à classe geral de comportamento que recebe o nome de intervenção. Existem muitos graus de elaboração, sofisticação para garantir esses procedimentos. Uma das dimensões do avaliar está relacionada à capacidade do profissional para mensurar comportamentos e verificar se o que acontece pode ser atribuído aos procedimentos de intervenção do psicólogo. Dessa forma, o ciclo do trabalho profissional ganha confiabilidade e demonstra que a intervenção profissional está produzindo determinados resultados.

## **5 As características das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo e o comportamento de institucionalizar crianças e adolescentes**

As condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo, assim como seus comportamentos e o comportamento dos agentes institucionais dependem da estruturação e do relacionamento de diferentes variáveis do meio em que tais condições de vida e comportamento ocorrem. Isso indica a necessidade de examinar alguns aspectos que auxiliam a caracterizar suas condições de vida.

### **5.1 Legislação sobre a institucionalização de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo**

Dentre as práticas sociais de cuidados com a infância, a colocação de crianças que, por algum motivo, não podem retornar ao convívio familiar em instituições, tem sido, historicamente, a solução encontrada para proteger essa população (Guirado, 1986), a ponto de ser necessário legislar sobre isso. Essas instituições podem ser as entidades de atendimento chamadas unidades de abrigo, que são, nesse caso, os estabelecimentos responsáveis pelo cumprimento do regime de recolhimento ou tratamento determinado pelo Poder Judiciário e que recebem o nome geral de regime de abrigo. O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990) é a principal garantia estatutária

dos direitos das crianças e adolescentes, sendo por isso, importante conhecer quais condições são delimitadas por essa legislação sobre a institucionalização de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo, uma vez que isso possibilitará examinar com mais precisão o grau de congruência entre as propostas legislativas e as condições institucionais.

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente é um marco fundamental na concepção, elaboração e implantação das políticas de atendimento às crianças e adolescentes brasileiros. Esse estatuto considera a criança e o adolescente como prioridades absolutas, merecedoras de atenção especial, tendo a família, a sociedade e o Estado o dever de lhes garantir esses direitos. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente define a política de atendimento para a infância e juventude, complementa preceitos constitucionais e estabelece a doutrina de proteção integral, consagrada na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas (Fachini, 1997). Anterior ao surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente vigorava o Código de Menores em que não havia distinção entre as unidades de abrigo e de internamento para infratores (ECA, art. 103 a 105).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990) prevê os seguintes tipos de regime para proteção a esse segmento da população: orientação e apoio sócio-familiar, apoio sócio-educativo em meio aberto, colocação familiar, abrigo, liberdade assistida, semiliberdade, internação. O abrigamento é uma medida provisória e de proteção para garantir a segurança e sobrevivência de crianças, sempre que seus direitos forem violados. A violação desses direitos pode ocorrer por qualquer uma das formas previstas no artigo 98: pode ser aplicada por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis. Ainda segundo o Estatuto, o abrigamento pode ser uma medida aplicada em razão da conduta de crianças e adolescentes. É uma medida de transição para a colocação de crianças em famílias substitutas, não implicando privação de liberdade (ECA, 1990). Em algumas situações, as unidades de abrigo também acolhem crianças e jovens sob outros tipos de regime impostos, como, por exemplo, jovens que receberam medidas sócio-educativas e devem ter participação em programas comunitários ou ter matrícula e frequência obrigatória em estabelecimentos de educação básica.

O artigo 99 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que as medidas de proteção podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente e serem substituídas a qualquer momento. No caso em que a medida de

proteção aplicada for o abrigo, os encaminhamentos para instituições que recebem crianças ou jovens nesse tipo de regime, geralmente, são feitos pelo Conselho Tutelar ou Juizado da Infância e Juventude. As medidas que preconizam a colocação de crianças e adolescentes em família substituta são de competência do Juiz da Infância e da Juventude (art.101, inciso VIII, do ECA), enquanto que as demais como requisição de serviços públicos, expedição de notificações entre outras, cabem aos Conselheiros Tutelares municipais (art.136, I).

Os motivos dos encaminhamentos são diversos: maus-tratos às crianças e adolescentes, falta de condições materiais, exploração, atos infracionais praticados pelas crianças e jovens, entre outros. Para Benetti (2002), é a partir da definição de maus-tratos que os casos podem ser melhor identificados e encaminhados. Essa mesma autora diz que os maus-tratos são agrupados em quatro categorias: abuso físico, abuso sexual, abuso emocional e negligência. As consequências dos maus-tratos podem ter importantes implicações sobre as vítimas: ocasionam sequelas físicas ou psicológicas e podem também afetar o desenvolvimento cognitivo (Benetti, 2002). Sendo assim, a colocação de crianças e jovens em unidades de abrigo ocorre por meio de determinação judicial estando esses impossibilitados de retornar temporariamente ao convívio familiar. O abrigo de crianças, por falta de programas que contemplem medidas alternativas, acaba sendo o encaminhamento eleito, apesar de ser o último procedimento previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Outras alternativas, por vezes, são dificultadas. O processo de adoção de crianças no país é dificultado entre outras, por meio de preconceitos que a sociedade constrói sobre aquele que é estigmatizado (Weber, 1999). Weber (1998) demonstra, por exemplo, que a colocação de crianças de raça negra, com idade avançada, em famílias substitutas, são raras. As famílias brasileiras preferem crianças de pele clara e recém-nascidas (Weber, 1999).

As instituições que funcionam como unidades de abrigo, devem adotar entre os procedimentos de atendimento: preservação dos vínculos familiares, integração em família substituta quando esgotados os recursos para manter a criança na família de origem; atendimento personalizado e em pequenos grupos e outras como o desenvolvimento de atividades educativas, a participação na vida da comunidade local, o não desmembramento de grupos de irmãos, o evitar transferência para outros abrigos, a preparação gradativa para o desligamento (ECA, 1990 art.92). Essas instituições, ainda têm as seguintes obrigações previstas no artigo 94 do estatuto: respeitar os direitos e garantias das crianças e

adolescentes, preservar a identidade e oferecer um ambiente de respeito e dignidade, realizar a preservação dos vínculos familiares, comunicar às autoridades competentes a situação de crianças e jovens. Além disso, também têm como obrigação, oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, segurança, higiene, oferecer cuidados necessários à preservação da saúde, propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer e manter arquivo onde constem informações importantes das circunstâncias de atendimento.

Apesar da existência da legislação, será que essas determinações estão sendo cumpridas? As instituições de abrigo possuem características familiares configuradas pelo atendimento individualizado e pela preservação de vínculos com as famílias de origem? Autoras como Guirado (1986) e Alves (2000) revelam que essas instituições não substituem o papel da família, em que as relações são de outro tipo e as oportunidades de convivência com afeto são alargadas. As duas autoras ainda destacam a distância e a distorção existente entre a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a realidade familiar. Outro estudo cujo objetivo foi o de caracterizar as práticas institucionais e a realidade familiar frente à situação de abrigamento de crianças foi o de Alves (2000). A autora coletou informações principalmente junto a oito famílias residentes em Florianópolis que possuíam crianças abrigadas em uma instituição. Outras informações foram obtidas junto à instituição estudada, ao fórum e aos técnicos do Conselho Tutelar e do SOS criança. Foram utilizados para a coleta de dados instrumentos de observação direta e indireta como entrevistas e questionários. As informações principais coletadas por esses instrumentos diziam respeito à origem da família; história passada; condições de vida; práticas familiares frente à situação de abrigamento e motivo do abrigamento.

A realidade encontrada por Alves (2000) é que as famílias dos jovens e crianças abrigadas em instituições possuem poucas condições financeiras e baixo nível de escolaridade. Essas características coincidem com os principais motivos dos encaminhamentos para as unidades de abrigo que são justificadas pelos técnicos para a retirada da criança de sua família. A autora descreve em seu estudo o caso da transferência de uma criança para uma unidade, que teve como motivo alegado pelos técnicos a negligência, sem terem sido avaliadas a realidade familiar (nesse caso permeada por dificuldades) e as conseqüências que tais medidas podem provocar na vida dessas famílias. Sendo assim, os resultados dos estudos de Alves (2000) evidenciam a necessidade de implementar políticas sociais básicas



voltadas para as crianças e famílias de camadas populares. As crianças e adolescentes que vivem em instituições que funcionam como abrigo são provenientes de camadas populares e sua situação é de risco ou de abandono (Guirado, 1986).

Em um país como o Brasil, onde as condições sociais são precárias, com uma das piores concentrações de renda do mundo (Weber, 1999) é necessário avaliar, principalmente, as questões envolvidas na estrutura social oferecida à população. Silva e Hutz (2002) indicam que a realidade brasileira, caracterizada pela desigualdade social e pela ausência de políticas de atendimento voltadas às classes populares, contribui para que crianças e adolescentes vivam em uma situação não favorável ao desenvolvimento pleno saudável. Dessa situação, vale considerar a rede de variáveis (sócio-econômicas, estruturais, psicossociais, culturais entre outras), destacadas por Weber (1998), envolvidas no ato de abandonar uma criança que podem auxiliar na compreensão da situação de vida de crianças e jovens que necessitam da intervenção da sociedade para terem assegurados seus direitos. A falta de oportunidade para construir vínculos sócio-afetivos em suas existências está presente. Weber (1998) relata que a crise do abandono em orfanatos é desencadeada principalmente por falta de recursos financeiros. Assim, as restrições econômicas produzem efeitos diretos e indiretos nas famílias. Além de dificultarem o acesso a serviços de assistência básica a seus filhos, as restrições econômicas inviabilizam cuidados necessários ao provimento de seu bem-estar. Há uma alta probabilidade de que as famílias de baixa renda sejam obrigadas a enfrentar condições de vida (que incluem dificuldades materiais, sociais e psicológicas) que não permitem a construção de relações sociais, afetivas e emocionais que poderiam auxiliar as crianças e os jovens em seu desenvolvimento.

No ano de 1996, Weber e Kossobudzki realizaram um estudo com a totalidade de crianças e adolescentes em regime de internamento em unidades de abrigo no Estado do Paraná. Revelaram que 70% deles nunca receberam visitas e outros 30% receberam somente no início do período de internamento. Dessa forma, passam sua infância e sua adolescência sem ter uma família, um direito fundamental assegurado nas garantias constitucionais e estatutárias. A crise do abandono nessas instituições se confirma e se une a outras carências: descaso das autoridades competentes, (Instituições de Abrigo; Poder Judiciário; Promotoria Pública); falta de conhecimento sobre o desenvolvimento infantil e lentidão burocrática, em relação à tutela dessas crianças. Souza

(2001) descreve que muitas vezes o Judiciário não encontra as condições ideais para proteger a criança ou adolescente, porque o Poder Executivo não lhe propicia os meios necessários para a aplicação da lei protetora (ECA). Apesar de estarem institucionalizadas e abandonadas sem receber visitas de familiares, tendo poucos vínculos sociais, não são consideradas oficialmente abandonadas, e com isso, os pais não são destituídos do pátrio poder (Weber, 1998). Assim, essas crianças não podem receber um outro tipo de encaminhamento como, por exemplo, a adoção. Weber (1998) afirma que poderiam ser classificadas como “esquecidas”, “filhos de ninguém”, “filhos do Estado”. Enquanto dura essa espera, essas crianças ficam sujeitas às normas que regem as instituições que as abrigam e, desse modo, suscetíveis aos valores e à cultura veiculada pela entidade que tem como função protegê-las.

## **5.2 As características das unidades de abrigo e sua influência no desenvolvimento afetivo e social das crianças e jovens que vivem nesses locais**

A Psicologia e diversas áreas do conhecimento podem auxiliar na compreensão dos vários aspectos relativos à situação de crianças e jovens institucionalizados. Um dos aspectos diz respeito à influência do ambiente físico e social no desenvolvimento, ou seja, à influência e implicações do contexto no desenvolvimento. Algumas características do ambiente institucional, como por exemplo, a limitação da convivência social e a invariabilidade do ambiente físico, têm efeitos sobre as crianças e jovens que estão vivendo em unidades de abrigo. É importante, então, conhecer as características das condições em que vivem e em que grau essas influenciam no desenvolvimento afetivo, cognitivo e social dessa população.

A estrutura organizada para receber crianças e adolescentes em situação de abrigo é historicamente descrita como deficiente. Essas deficiências estão relacionadas principalmente aos efeitos danosos que as características do processo de institucionalização produzem no desenvolvimento dessa população. Guirado (1986), por exemplo, examinou as decorrências da institucionalização sob dois aspectos: de um lado, a internação como uma medida de atendimento oferecida às famílias que não possuem recursos necessários para a criação de seus filhos. De outro, os prejuízos advindos da institucionalização. A autora destaca, sobretudo, prejuízos afetivos. A mesma autora, em estudos realizados na FEBEM (SP) em 1978/1979, examinou a afetividade nas

instituições, a partir do discurso de pessoas envolvidas no seu cotidiano. Para isso, realizou entrevistas, em duas unidades da FEBEM (SP), com agentes institucionais (pessoas envolvidas no atendimento diário aos internos). As questões eram voltadas, sobretudo, à descrição do trabalho deles na instituição, suas dificuldades e aspectos positivos.

Os resultados permitem mostrar que os discursos dos colaboradores evidenciam diferentes percepções da instituição. O cotidiano desses colaboradores é vivenciado, de acordo com Guirado (1986), como de ataque ou defesa, sendo as relações mais conflituosas no grupo onde o contato entre os agentes é mais frequente. As crianças são percebidas pelos colaboradores como sujeitos passivos, fora da razão de ser das práticas institucionais e estavam ausentes de determinados discursos dos agentes. Passados quatro anos das entrevistas feitas com os colaboradores, a autora criou outros objetivos para o estudo. Realizou entrevistas, em três unidades da FEBEM, com crianças e adolescentes, com idades a partir dos 12 anos, orientadas para as descrições do modo como os internos percebiam as relações em que estavam envolvidos. No discurso das crianças, a percepção era de abandono pela família, o presente era confirmado pelas constantes lembranças ao espaço institucional e seu futuro era descrito como incerto. O estudo de Guirado (1986) e outros como o de Rizzini & Rizzini (2004) demonstram que, mesmo com a propagação dos direitos das crianças e adolescentes, ficam evidentes as deficiências no atendimento e outras alternativas de intervenção orientadas para a população infanto-juvenil encontradas nas unidades de abrigo. As condições nas unidades de abrigo parecem ter se mantido inalteradas.

Weber e Kossobudzki (1996) também examinaram as decorrências da institucionalização. Examinaram que a criança institucionalizada apresenta *déficit* em seu desenvolvimento motor, em sua linguagem e no desenvolvimento social e intelectual geral, não tendo oportunidades para a construção de uma identidade pessoal, com autoconceito positivo e estabilidade emocional. Para Rizzini (1997), a institucionalização causa mais danos do que benefícios para a maioria das crianças internas, devido a algumas características do ambiente institucional: limitação da convivência social, invariabilidade do ambiente físico e de grupos de companheiros, vigilância contínua, falta de autonomia. Como efeito dessas características, a autora mostra que a criança desenvolve uma auto-estima que interfere em seu desenvolvimento. Os efeitos causados pela institucionalização podem ser agravados quando, por exemplo, segundo De Antoni & Koller

(2001) o encaminhamento para o abrigo vem acompanhado por uma história de vitimização sofrida na família de origem.

Dessa forma, é possível perceber a importância de que o ambiente institucional funcione, como diz Rizzini (1997), de modo a preservar e superar as características individuais e sociais saudáveis, não constituindo mais um evento revitimizador em suas vidas. Embora a institucionalização não seja a melhor solução (pois priva a criança de um convívio afetivo, possível em uma relação familiar), é uma medida prevista pelas leis e imposta pelo poder judiciário por intermédio de leis que regulamentam a situação de crianças e adolescentes que vivem em unidades de abrigo e estão impedidos de retornarem ao convívio com suas famílias. Além disso, por vezes, é a única forma de prevenir os maus-tratos envolvidos na relação cuidador (pessoa responsável pelos cuidados)-criança. É nesse tipo de relação que a maior parte dos casos de maus-tratos ocorre em relação a crianças e adolescentes (Benetti, 2002).

Essas descobertas confirmam as decorrências do processo de institucionalização. Permanece assim, a necessidade de verificar o que acontece com as crianças institucionalizadas em regime de internamento em outras regiões ou Estados. Será que acontecem prejuízos? Quais são as consequências produzidas?

Sartorelli (2004) realizou um estudo em que caracterizou as condições sob as quais vivem crianças e jovens internados em uma unidade de abrigo. Para isso, utilizou como fonte de informação documentos (fichas de controle da situação das crianças), observação direta das condições habitacionais e entrevistas. Participaram das entrevistas dois dirigentes do abrigo, oito colaboradores e dez crianças e jovens que ali viviam. Alguns dos resultados alcançados mostram que existem falhas nos registros feitos para controlar o fluxo de crianças e adolescentes abrigados. Os dados são registrados de forma insuficiente. Outro dos resultados que chama a atenção no estudo de Sartorelli (2004) é o fato dos agentes institucionais perderem o controle sobre o destino dos encaminhamentos das crianças, quando essas são retiradas do abrigo pelo conselho tutelar. Em relação às condições habitacionais a autora verificou que há dormitórios que não possuem quantidade suficiente de móveis para as crianças e jovens dormirem. Dessa forma, é possível perceber que os comportamentos dos administradores e agentes não dizem respeito às necessidades das crianças e aos problemas que precisam ser resolvidos pela instituição por meio de seus gestores. A partir do estudo de Sartorelli (2004) é possível notar que as

características dos procedimentos de atendimento afetam em diferentes graus as condições de vida dessas crianças e jovens. Quais são as condições ambientais presentes que podem estar provocando prejuízos? Quais são as condições necessárias para haver mudanças nas condições ambientais?

Uma das condições inerentes ao processo de institucionalização é o afastamento e a perda de contato com a família ou grupo social de origem. Esse afastamento possui efeitos prejudiciais, sendo, portanto, um aspecto relevante para o desenvolvimento. Alguns autores, por exemplo, Bowlby (1990) e Spitz (1996), estudaram as consequências provocadas pela privação materna. Bowlby tem, como centro de suas investigações, a carência afetiva provocada pela perda do contato íntimo com a mãe. O autor destaca que esse desvio na relação de apego pode ser, inclusive, origem de outras perturbações físicas (atraso no crescimento, emagrecimento, doenças de pele e outras), intelectuais e sociais. Outros autores confirmam essa descoberta. Spitz (1996), por exemplo, descreveu quadros clínicos decorrentes da privação afetiva materna (depressão anaclítica e hospitalismo), quando não existem substitutos ou quando a substituição é feita de maneira inapropriada. No entanto, é importante considerar que os efeitos da privação materna listados por esses autores são reversíveis: talvez o que não esteja claro ainda para os pesquisadores é o grau dessa reversão.

Tizard citada por Guirado (1986) mostra que, mesmo em instituições com ótimas condições de estimulação, as crianças acabam por apresentar uma afetividade conturbada. Constata que sua sociabilidade, em geral, é diferente das crianças que vivem em lares com suas famílias, principalmente por receberem cuidados de diferentes pessoas, não sendo estáveis as figuras de apego substitutas, o que dificulta a formação de vínculos estáveis entre adultos e crianças. Carvalho (2002) descreve que isso ocorre em função do esquema de trabalho em rodízio, associado ao elevado absenteísmo e à rotatividade de funcionários que passam sua jornada de trabalho nesse tipo de instituição. Quando isso acontece, as crianças tendem a desenvolver comportamentos pró-sociais, estabelecendo, entre si, figuras de amor substitutas, o que Carvalho (1999) denominou de rede suportiva de apoio.

O autor descreveu o papel desempenhado pelo grupo de companheiros nas instituições de cuidados infantis, mostrando o papel suportivo mútuo dos pares em situações onde não existe uma relação parental. Carvalho (1999) confirma o descrito já por Freud e Burlinghan

(1954), ressaltando que o sistema interacional criança-criança, ainda que não seja suficiente para superar o sistema adulto-criança, pode ser um elemento facilitador de suas interações sociais. No caso das crianças que vivem em abrigos, as amizades entre os companheiros contribuem para o seu desenvolvimento, pois oferecem a segurança de pertencer a um grupo e servem de modelo para a construção de suas futuras relações (Carvalho, 2002).

Freud e Burlinghan (1954) também descreveram suas observações realizadas em três creches-lares inglesas onde viviam crianças separadas de suas famílias no período da guerra. Nesse estudo, as autoras avaliaram as vantagens e desvantagens da vida em um internato, nos diferentes períodos do desenvolvimento. Os resultados alcançados revelam, entre outros, que alguns comportamentos como o andar, o alimentar-se e o controle muscular desenvolviam-se com maior rapidez em crianças que viviam em instituições quando comparadas às crianças que viviam com suas famílias. Em relação ao desenvolvimento da linguagem, as crianças institucionalizadas apresentaram um atraso no início do processo, em função do baixo grau de estimulação à qual estavam submetidas.

Apesar das características que fazem parte das unidades de abrigo terem algumas implicações negativas para o desenvolvimento de crianças e jovens, como, a convivência principalmente entre crianças, e a estruturação não-familiar, Carvalho (2002) conclui que o processo de desenvolvimento dessas crianças pode não ser totalmente negativo. A qualidade do cuidado oferecido às crianças e jovens, a quantidade de crianças abrigadas, a experiência da equipe, a sensibilidade dos cuidadores, a adequação de suas programações às necessidades das crianças, são variáveis importantes que podem favorecer o seu desenvolvimento. Quando inseridas em instituições, crianças e jovens passam a ter por elas norteadas suas relações. Dessa forma, é importante construir propostas que atendam realmente à infância e juventude. Essa população necessita ser assistida em suas carências, e, para isso, é preciso oferecer condições materiais, pedagógicas, psicológicas, culturais, sociais, entre outras, para que vivam como sujeitos de direitos.

Nem todas as crianças que vivenciam as mesmas situações apresentam problemas. Pelo contrário, algumas delas conseguem adaptar-se e superar essas situações, demonstrando, entre outras habilidades, competência social (Ceconello e Koller, 2000). Essas crianças são chamadas resilientes. Segundo Zimerman e Arunkumar (1994), resiliência refere-se à capacidade dos indivíduos de superarem

as situações de risco vivenciadas. Vanistendael (1995) descreve que a resiliência designa a capacidade de uma pessoa para fazer as coisas bem apesar das condições de vida adversas. É a capacidade de uma pessoa ou sistema social de viver bem e desenvolver-se positivamente apesar das condições de vida difíceis e isto de maneira socialmente aceitável (Vanistendael, 1995).

Esse mesmo autor ressalta que o conceito de resiliência na engenharia é utilizado para descrever a capacidade que um material possui para voltar a sua forma original, depois de submeter-se a uma pressão deformadora. Assim, o termo resiliência é utilizado para descrever qualidades humanas que possuam analogia com o significado empregado na engenharia. Cecconello e Koller (2000) realizaram um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. Participaram desse estudo 100 crianças de ambos os sexos e com idade entre seis e nove anos. Os instrumentos utilizados foram o teste das histórias incompletas e a escala de empatia, para avaliar respectivamente, competência social e empatia. Os resultados mostram a importância dessas características (competência social e empatia) como fatores de proteção que contribuem para a resiliência e adaptação das crianças.

Outros aspectos destacados pelo estudo de Cecconello e Koller (2000) são as características do meio. Essas devem ser consideradas para o entendimento dos processos adaptativos dos indivíduos no curso de suas vidas. Entre os processos adaptativos encontram-se os fatores de proteção e os fatores de risco que estão relacionados com eventos da vida, recursos, disposições ou demandas e que podem proteger o indivíduo de eventos estressantes ou levá-los a desencadear patologias (Bronfenbrenner e Morris, 1998; Garmezy e Masten, 1994). Em geral, crianças e jovens institucionalizados possuem uma história de vida marcada por escassez de recursos e de estímulos, sendo que essas características podem torná-los mais vulneráveis. Investigar quais são as características das condições em que vivem crianças e jovens em unidades de abrigo permite verificar quais são as condições existentes durante a prestação do atendimento oferecido. Ainda permite identificar quais condições (variáveis) podem atuar como proteção (favorecendo a resiliência) e quais condições (variáveis) podem atuar como risco (induzindo a vulnerabilidade). É importante ressaltar que proteção e risco se referem a certos graus que determinadas variáveis podem assumir e condições, neste caso, de vida, se refere a produtos de interação entre variáveis de diferentes naturezas.

Considerando que os estudos descritos (Rizzini (1997), Carvalho (2002), Sartorelli (2004)) em relação às instituições que funcionam como unidades de abrigo revelam que estas oferecem uma estrutura de atendimento deficiente que provoca prejuízos afetivos, cognitivos e sociais e que esse contexto de desenvolvimento modifica a afetividade e as relações sociais, é necessário conhecer em que aspectos os cuidados dispensados às crianças devem ser melhorados. Esse conhecimento poderá contribuir para aperfeiçoar os procedimentos e políticas de atendimento delimitadas pelos agentes de instituições como Conselhos Municipais, Estaduais e Conselhos Tutelares, gerando informações seguras para os profissionais que trabalham com a área social.

### **5.3 Procedimentos de atendimento de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo**

Existem diferentes tipos de estabelecimentos destinados ao atendimento de crianças e adolescentes. Esse resultado foi mostrado em um estudo realizado por Weber e Kossobudski (1996), a partir de avaliações feitas em instituições que funcionam em regime de internato oficiais e particulares do Estado do Paraná. As autoras ressaltam que, apesar das diferenças existentes nos tipos de estabelecimentos, o lado negativo e imperativo mantém-se presente quando a criança não vive em um lar familiar: falta de contato físico, ausência de reforçadores, verbalização limitada, ambiente monótono, ausência de objetos pessoais, entre outros. Embora essas sejam as características descritas no cotidiano das instituições do Estado do Paraná, é necessário verificar se tais condições também existem nas instituições de outras regiões ou Estados. Para que a institucionalização de crianças não seja considerada mais um evento negativo em suas vidas, mas sim um fator de proteção e fortalecimento da autonomia, é necessário avaliar os procedimentos de atendimento existentes nas condições institucionais de crianças e jovens abandonados.

Ao avaliar esses procedimentos, será possível identificar quais as ações praticadas pelas instituições e seus efeitos. E, com isso, derivar quais classes de ações os agentes precisam realizar para garantir um equilíbrio entre as necessidades básicas das crianças e o ambiente que lhes é oferecido. Assim, poderá haver uma redução da exposição dessas crianças ao risco de ter o adjetivo “institucionalizada” como estigma. Para isso, é preciso um conhecimento que possibilite delimitar as condições existentes no âmbito da institucionalização infantil, já que o



encaminhamento para o abrigo, em muitas dessas situações, é a única medida de proteção existente e talvez possam, com conhecimentos apropriados, serem melhoradas.

Apesar das dificuldades encontradas nos procedimentos para atender crianças e adolescentes abandonados, existem propostas para a implantação de políticas de atendimento a partir de intervenções focalizadas em um referencial que permite uma compreensão integrada e contextualizada como as de Botomé (1996). Esse autor também com a preocupação de melhorar a qualidade dos serviços prestados nas instituições, realizou análise que subsidiou o planejamento e a administração de serviços públicos responsáveis pelo atendimento à saúde da população do município de São Paulo. Nesse estudo, o autor identificou e analisou as variáveis e os determinantes das características do problema a ser resolvido, assim como, avaliou quais aspectos poderiam ser alterados a partir dos recursos existentes na instituição ao longo do tempo. Ao analisar os dados relativos ao que acontecia e era feito na instituição, Botomé (1996) relata que era possível notar que os funcionários agiam sempre com base em ações familiares, ou fáceis de resolver. Desse modo, diz o autor, o que controlava suas ações não era o objetivo da instituição, mas sim seus interesses pessoais, demonstrando não haver uma preocupação com as reais necessidades da população que procurava os serviços. Eram mais importantes as normas, rotinas, interações entre os funcionários, do que a realidade dos problemas apresentados pelas pessoas que procuravam o posto de atendimento. Assim, é importante examinar as condições necessárias para que os agentes institucionais direcionem suas ações em função das necessidades da população, neste caso, crianças abrigadas. Para isso, é necessário modificar as relações existentes entre as pessoas e entre essas e o meio (Botomé, 1996), para haver classes de respostas mais adequadas no sentido de atender às necessidades da população a qual será objeto de intervenção.

Quando são caracterizadas as classes de comportamentos envolvidos nos procedimentos de atendimento, é possível avaliar os comportamentos dos dirigentes ou pessoas ligadas à instituição e seus efeitos. Também é possível perceber que os agentes responsáveis por instituir e administrar procedimentos de atendimento precisam conter em suas ações um referencial integrador e abranger uma rede comunitária externa ao âmbito das instituições. Quando os modelos de atendimento passam a ser focados em um referencial integrador, há maiores chances de serem melhoradas as condições de atendimento, a

partir de caminhos alternativos. Para isso, é preciso identificar e avaliar quais são os procedimentos de atendimento das instituições que funcionam como unidades de abrigo que permitem obter avanços em relação aos já existentes.

## **6 Decorrências de um programa de ensino, da legislação e das condições institucionais no atendimento de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo**

A sociedade precisa conhecer como são realizados os cuidados de crianças e adolescentes que vivem em situação de abandono. Quando inseridas em instituições, crianças e jovens passam a ter por elas norteadas suas relações. Sendo assim, é fundamental que todos os recursos utilizados pela instituição, sejam concebidos, realizados e administrados, em função das necessidades da população, produzindo os benefícios para os quais a instituição foi criada (Botomé, 1996). Quando o problema de pesquisa investigado refere-se a descoberta de classes de comportamentos importantes para agentes que trabalham em unidades de abrigo para que eles possam administrar de maneira apropriada as condições de vida de crianças e jovens institucionalizados é importante considerar as decorrências de um programa de ensino, as decorrências da legislação, das condições institucionais e das práticas de atendimento direcionadas a essa população.

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente mobilizou a sociedade brasileira, envolvendo um processo que durou várias décadas (Rizzini, 1995). Apesar das conquistas e transformações alcançadas pelo Estatuto, como a criação dos Conselhos de Direitos, dos Conselhos Tutelares e da integração de diversas entidades responsáveis pela proteção dessa população, é necessário verificar se ainda existem distâncias entre as propostas legislativas e as condições institucionais. Em que grau as instituições de abrigo estão garantindo às crianças e jovens as condições necessárias para seu desenvolvimento? As atuações profissionais dos agentes institucionais podem auxiliar a melhorar as condições de vida de crianças e jovens abrigados?

Os procedimentos de atendimentos instituídos pelos agentes responsáveis por meio de seus comportamentos e destinados às crianças e jovens institucionalizados precisam ser avaliados, principalmente porque essa população possui poucos recursos para controlar as ações que lhes são impostas. Sendo assim, é preciso verificar o que pode ser alterado nesses locais (que abrigam crianças e jovens impedidas de

retornarem ao convívio familiar) por meio da execução de classes comportamentais eficazes. As legislações existentes, a participação de diversos setores da sociedade, todos esses aspectos fazem diferença, quando o contexto no qual se vive é uma instituição ou um lar familiar. Existem decorrências no processo de institucionalização, mas em que grau, o que acontece, o que precisa ser feito, que procedimentos podem auxiliar a alterar condições existentes, ainda precisa ser melhor conhecido.

Rizzini e Rizzini (2004) ao avaliar o percurso histórico das instituições destinadas a crianças e adolescentes, revelam que há carências em relação aos procedimentos de atendimento. As autoras destacam que ainda permanecem denúncias de violência e de ineficácia do atendimento nas instituições que acolhem crianças. As carências relatadas incluem problemas de superlotação, altas taxas de rotatividade dos abrigados, falta de continuidade no atendimento e confusão em relação aos objetivos das instituições que funcionam como unidades de abrigo. As unidades de abrigo deveriam ser uma medida de proteção provisória e não um local confundido com internato de crianças e adolescentes. Sendo assim, esse aspecto mostra que há obstáculos e distâncias entre a legislação e as condições institucionais que necessitam ser superados.

Entre os vários aspectos que são examinados no livro de Rizzini e Rizzini (2004), um dos que interessam para os profissionais e gestores de instituições destinadas a crianças e adolescentes em unidades de abrigo é que não foram criadas alternativas que efetivamente pudessem evitar o afastamento de crianças de famílias que vivem em situação de pobreza. Esse dado coincide com o resultado das investigações de Guirado (1986), Alves (2000), Weber (2002), Sartorelli (2004) que também constataram que a maior parte de crianças que vivem em instituições são provenientes de camadas populares e que a falta de condição financeira é o principal motivo de encaminhamento para as unidades de abrigo. Assim, há necessidade de produzir integração entre a implementação de políticas públicas e cada uma das atividades desempenhadas pelas autoridades ou profissionais que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.

Outra das contribuições de Rizzini e Rizzini (2004) diz respeito à constatação de que há poucos estudos científicos que caracterizem suficientemente condições e comportamentos que são importantes para os administradores e que possibilitem mudanças específicas nas condições existentes. Há um predomínio de informações imprecisas

(como a falta de uniformidade em relação à denominação que as instituições recebem, ou a falta de um registro fidedigno da quantidade de crianças que vivem em instituições) que dificultam a intervenção dos profissionais e o real dimensionamento dos problemas relativos à institucionalização de crianças no país.

Rizzini e Rizzini (2004) contribuem com os gestores de unidades de abrigo e profissionais da área identificando possibilidades de intervenção discutidas por profissionais de todo o mundo em um Congresso em Estocolmo (maio de 2003) que permitem avanços em relação aos procedimentos de intervenção existentes. Enfatizam que crianças e adolescentes não deveriam ser institucionalizadas por serem pobres. O acolhimento em instituições deveria funcionar temporariamente e como um último recurso que pode ser utilizado em situações especiais. Algumas ações são destacadas pelas autoras: reduzir a quantidade de crianças institucionalizadas, prover apoio à família, criar alternativas de atendimento, priorizar o estudo da institucionalização na agenda política nacional, desenvolver estudos científicos que caracterizem a eficácia de diferentes procedimentos, entre outras. Essas ações revelam que há muitos problemas que necessitam de intervenção imediata em diferentes níveis de abrangência, não permanecendo apenas no âmbito de resolver os problemas emergentes. É importante aumentar a visibilidade para quem precisa administrar instituições desse tipo e para os profissionais envolvidos que realizam intervenções em relação às famílias e na população que vive em instituições.

Os dados encontrados no estudo de Sartorelli (2004) também revelam que há a necessidade de reformular o planejamento das ações dos agentes institucionais. Os comportamentos dos administradores não dizem respeito às necessidades das crianças e aos problemas que precisam ser resolvidos pela instituição por meio de seus gestores e colaboradores. Os agentes responsáveis pelas unidades de abrigo devem ser capazes de identificar os problemas relativos à institucionalização de crianças e jovens, assim como devem ser capazes de propor alternativas de solução diferentes das já existentes que parecem não ter melhorado as condições de vida da população que necessita de instituições desse tipo para viver. Administrar uma instituição significa criar condições para que seus agentes tenham ações sob controle de um problema identificado e suficientemente caracterizado (Botomé, 1996).

A descoberta de classes de comportamentos para agentes de instituição de abrigo a partir de dados que caracterizam situações que

constituem conjuntos de classes de estímulos é uma das possibilidades de investigação onde de qualquer um dos componentes do comportamento que tenha sido observado é possível derivar outros até obter os necessários para produzir transformações nas classes de estímulos (componentes das situações) existentes. Essas classes de comportamentos podem orientar novos trabalhos de investigação para configurar melhor todos os comportamentos envolvidos (análise de funções) na responsabilidade funcional dos gestores e colaboradores das instituições em relação às condições existentes. Também pode ser útil ter essas classes de comportamentos para orientar possíveis processos de intervenção para instalar comportamentos novos nos gestores institucionais. Essas possibilidades, porém, indicam a necessidade de mais investigações para constituir maior evidência empírica sobre as necessidades que devem orientar um programa de construção de novos comportamentos na instituição visando aperfeiçoar o atendimento às crianças abrigadas.



## B

### MÉTODO

#### UM PROCESSO DE OBTER DADOS PARA DERIVAR CLASSES COMPORTAMENTAIS IMPORTANTES PARA ADMINISTRAR UNIDADES DE ABRIGO

#### 1 Fontes de informação

Foram utilizadas as seguintes fontes de informação:

- a) Legislação sobre os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente): Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, D.F: Senado.
- b) Trabalho de pesquisa referente à caracterização das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo: Sartorelli, J.B. (2004). *Condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo: a percepção pelos jovens e pelas crianças e os processos de gestão dessas condições pelos que cuidam da instituição*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

#### 2 Critérios de escolha das fontes de informação

##### 2.1 Da Legislação sobre os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e Adolescente)

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente é um marco fundamental na concepção, elaboração e implantação das políticas de atendimento às crianças e adolescentes brasileiros. Esse Estatuto considera a criança e o adolescente como prioridades absolutas, merecedoras de atenção especial, tendo a família, a sociedade e o Estado o dever de lhes garantir direitos. Além disso, o Estatuto da Criança e Adolescente define a política de atendimento para a infância e juventude, complementa preceitos constitucionais e estabelece a doutrina de proteção integral, consagrada na Convenção sobre os Direitos das Crianças das Nações Unidas.

## **2.2 Do trabalho de pesquisa referente à caracterização das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo**

As dissertações ou teses constituem documentos de domínio público. A dissertação selecionada possibilitou uma caracterização institucional e organizacional do processo de gerir unidades de abrigo. Também possibilitou identificar, caracterizar e derivar as situações com as quais o administrador da unidade de abrigo deverá lidar e que comportamentos deverão apresentar em sua atuação profissional ao buscarem ações sob controle de situações suficientemente caracterizadas e que precisam ser alteradas para promover o desenvolvimento das crianças e jovens que vivem em instituições de abrigo.

## **3 Situação e ambiente**

### **3.1 De exame das fontes de informação**

O exame das fontes de informação foi realizado em uma sala de estudos arejada, iluminada, livre da interferência de ruídos constantes e de circulação de pessoas. A sala estava equipada com computador e material de escritório para a impressão de documentos, organização e sistematização dos dados.

## **4 Equipamento e material**

### **4.1 Para a observação das fontes de informação**

Protocolos para registro manual, onde foram identificados aspectos de interesse observados para construir respostas em relação aos fenômenos investigados. Outros equipamentos e materiais foram computador, impressora, lápis, caneta, folhas de papel e os documentos para a análise.

## **5 Procedimentos**

### **5.1 Elaboração dos instrumentos de observação**

Um roteiro de observação foi elaborado para facilitar a visualização das classes de comportamentos de gerir unidades de abrigo.



Esse protocolo foi criado com base na identificação e descrição de algumas variáveis envolvidas no fenômeno estudado e a partir do tipo de documento selecionado para a obtenção dos dados: título da obra, nome do autor, ano de publicação e ainda: situações antecedentes (situações diante das quais os agentes devem atuar), classes de respostas (ação dos agentes) e situações consequentes (efeitos, produtos esperados). Dessa maneira, o protocolo de registro mostrou um mapa geral dos comportamentos que poderão constituir os objetivos intermediários do programa de ensino a ser projetado.

## **5.2 Obtenção das fontes de informação**

### **a) Da Legislação sobre os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e Adolescente)**

Foi obtida por meio de consulta ao acervo de livrarias especializadas, a última edição do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990).

### **b) Da dissertação que caracteriza as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo**

A dissertação “Condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo: a percepção pelos jovens e pelas crianças e os processos de gestão dessas condições pelos que cuidam da instituição” foi escolhida como fonte de informação visto que nela estão caracterizadas as condições existentes em uma unidade de abrigo que precisam sofrer alterações em diferentes graus. Esse trabalho serviu como base para dar continuidade às investigações a partir dos resultados alcançados na primeira etapa de estudos que foi realizada no mestrado. O uso dessa dissertação possibilitou o processo de derivação de comportamentos que permitirão aos agentes da unidade de abrigo terem ações sob controle de um problema identificado e suficientemente caracterizado. Essa dissertação foi defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2004.

### **5.3 De definição do que observar**

#### **a) De observação nos documentos**

Os registros foram criados a partir dos aspectos definidos em um exame prévio do material a ser investigado. A partir desse material, foram observados os aspectos da realidade com que os agentes que trabalham em unidades de abrigo se deparam. Essas variáveis, ou conjunto de variáveis, foram extraídos das situações que estão descritas e caracterizadas tanto na dissertação de mestrado quanto no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990). No caso da dissertação selecionada, a pesquisadora elegeu como critério para a derivação, situações que necessitam ser alteradas ou modificadas com urgência por se configurarem situações-problema, que interferem diretamente nos aspectos desenvolvimentais das crianças e jovens que vivem em instituições.

#### **b) De registro das informações**

Os comportamentos dos agentes de unidades de abrigo indicados ou um de seus componentes foram registrados em uma folha na coluna correspondente ao aspecto analisado. A situação observada foi registrada como situação antecedente, resposta, ou situação consequente.

### **5.4 De coleta de dados**

#### **a) De derivação de comportamentos**

Após a sistematização das situações observadas, foram listados verbos relativos a cada situação e que especificam ações próprias de agentes que trabalham em unidades de abrigo. A partir de cada unidade de informação organizada sobre a realidade encontrada, foi realizada a identificação de comportamentos. Para isso, foi utilizada a noção de sentenças gramaticais completas (Kubo e Botomé 2003) e a noção de comportamento como uma complexa relação entre seus elementos constituintes: classes de respostas do sujeito e as classes de estímulos antecedentes e consequentes a essa classe de respostas (Botomé, 2001). Um esquema (observar Figura 1) possibilitou a derivação organizada dos comportamentos:

Figura 1: Esquema ilustrativo do modelo de sentença completa, com comportamentos específicos de agentes de unidades de abrigo em relação a um evento que ocorre em unidades de abrigo, considerada como complemento.

<b>SUJEITO</b>	<b>VERBO (classe de resposta)</b>	<b>COMPLEMENTO (aspecto do meio)</b>
Agente de unidade de abrigo	Identificar Registrar Avaliar Prever	Oscilação na quantidade de crianças e adolescentes ingressos e egressos

A partir da noção de sentença gramatical completa foi possível examinar os comportamentos que precisam ser aprendidos pelos agentes de unidades de abrigo e identificar os componentes constituintes do comportamento: Esquema adaptado de Botomé, (2001).

Figura 2: Esquema ilustrativo da noção de comportamento como um sistema de interações com o meio, com comportamentos específicos de agentes de unidades de abrigo em relação a um evento que ocorre em unidades de abrigo, considerada como situação antecedente.

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (aquilo que acontece antes ou junto à ação de um organismo)</b>	<b>AÇÃO (classes de respostas)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQÜENTE (Aquilo que acontece depois (imediatamente ou não) da ação de um organismo)</b>
Oscilação na quantidade de crianças e adolescentes ingressos e egressos que vivem em unidades de abrigo	Identificar Registrar Avaliar Prever	Fluxo controlado de crianças e adolescentes ingressos e egressos que vivem em unidades de abrigo

Após a delimitação dos componentes constituintes das classes comportamentais, foi utilizado o trabalho de pesquisa referente às classes gerais de comportamentos constituintes do perfil profissional do psicólogo retirado de: Botomé, S.P.; Kubo, O.M.; Mattana, P.E.; Kienen, N.; Shimbo, I. (2003, setembro). *Processos comportamentais*

*básicos como objetivos gerais, ou classes gerais de comportamentos, ou competências para a formação do psicólogo.* Painel apresentado no XII Encontro Anual da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental, Londrina, Paraná. As classes gerais de intervenção direta descritas nesse trabalho serviram como critério para a distribuição das classes derivadas e que fazem parte das aprendizagens para agentes de unidades de abrigo.

### **b) De decomposição de comportamentos que constituem o processo de gerir unidades de abrigo**

Após realizado o processo de derivação de comportamentos e tendo os verbos listados, esses foram avaliados para que sejam detectadas incoerências entre os três elementos componentes do comportamento (falsos comportamentos). Essa avaliação será feita com base no texto de Botomé, “O problema dos falsos objetivos de ensino” (s.d) que examina e explicita critérios para avaliação de verbos que se referem a objetivos de ensino. Em seguida, os verbos foram decompostos por níveis de complexidade, utilizando o texto de Botomé (1975) “Um procedimento para encontrar os comportamentos que constituem as aprendizagens envolvidas em um objetivo de ensino”. Os comportamentos foram decompostos no sentido de encontrar comportamentos mais simples que devem ocorrer antes de um comportamento complexo. O processo de administrar unidades de abrigo se configura como uma classe de comportamentos complexos. Sendo assim, foi decomposto em comportamentos mais simples que irão compor as classes de comportamentos intermediárias, ou seja, as unidades de ensino a serem desenvolvidas no programa.

### **c) De sequenciação de comportamentos que constituem o processo de gerir unidades de abrigo**

Os comportamentos intermediários constituíram a base para um processo de sequenciamento dos comportamentos de acordo com o grau de dificuldade e complexidade para a aprendizagem. O texto utilizado para a realização dessa etapa será “Sequenciar comportamentos de um conjunto para ensiná-los de maneira gradativa: alguns critérios”, redigido por Botomé. Os critérios para realizar a sequenciação foram: 1- o processo deverá ser orientado pelas necessidades do aprendiz; 2- a pesquisadora deverá diferenciar aprendizagens que podem ser realizadas

independente uma das outras e quais tem exigência de pré-requisito; 3- avaliar a sequência de realização para o ensino de comportamentos. O trabalho realizado por Viecili, J.; Kienen, N.; e Santos, G.C.V. (2004 a 2006) como parte de dissertações de mestrado e teses de doutorado no Programa de Pós- Graduação em Psicologia auxiliou por meio de um procedimento baseado nas descobertas de Mechner (1974) e Botomé (1977) a encontrar e organizar os graus de amplitude em relação a comportamentos que possuem graus de abrangência variados. Finalmente, os comportamentos foram inicialmente organizados em unidades de ensino. Ao finalizar essas etapas foi possível planejar um programa de ensino para gestores e colaboradores de unidades de abrigo. Assim, conjuntos completos de comportamentos poderão ser utilizados em situações de ensino de acordo com as condições e o planejamento da instituição.



**C****CLASSES DE COMPORTAMENTOS DERIVADAS A PARTIR DA CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DE CRIANÇAS E DOS PROCESSOS DE GESTÃO DESSAS CONDIÇÕES PELOS QUE CUIDAM DA INSTITUIÇÃO COMO FORMA DE IDENTIFICAR NECESSIDADES DE INTERVENÇÃO EXIGIDAS NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES**

O que o agente que trabalha em unidade de abrigo precisa estar capacitado a fazer para atender crianças e jovens que ali vivem? Quais as decorrências de descobrir as classes de comportamentos componentes de sua função? E se essas classes não forem descobertas, quais as decorrências sobre as crianças e jovens que possuem como contexto de desenvolvimento uma unidade de abrigo? Talvez o que possa fazer com que as unidades de abrigo cumpram seu papel social seja ela se tornar mais que um aglomerado de pessoas ou de instituições, um sistema integrado de atividades capaz de atenderem muitas dimensões das necessidades dos que ali moram.

A construção de um sistema integrado de atividades pode ser beneficiada pelas descobertas de classes de comportamentos que podem substituir procedimentos incompletos, reprodutivistas de rotinas que interferem diretamente nas condições de vida das crianças e jovens. Apresentar classes de comportamentos apropriadas no desenvolvimento de suas funções aumenta a probabilidade de melhorias na qualidade das interações sociais, a aprendizagem de novos comportamentos com alta probabilidade de generalização bem como a resolução ou atenuação de situações-problema vivenciadas no seu cotidiano de trabalho. Ter clareza e precisão em relação ao que significa administrar uma unidade de abrigo é essencial para que seus objetivos sirvam como norteadores das ações profissionais ali desenvolvidas.

Derivar classes comportamentais para o trabalho de agentes de unidades de abrigo fornece informações importantes sobre as condições de vida e sobre as necessidades decorrentes das características gerais da população atendida nessas instituições. Quais são os comportamentos dos agentes que administram essas instituições e que são necessários para o gerenciamento eficaz? Os profissionais envolvidos com o trabalho em unidades de abrigo, mesmo que não conheçam ou não

possuam condições suficientes para desenvolver projetos de atendimento que possam ir ao encontro das reais necessidades dessa população, precisam criar um tipo de administração no qual haja clareza sobre suas funções. Quando a gestão de uma instituição ocorre de forma fragmentada, por meio de comportamentos de rotina, práticas e atividades institucionais, pode conduzir seus colaboradores a apenas executarem suas atividades sem que ocorra um projeto integrado de interesses comuns (Botomé, 1996).

Cada indivíduo inserido na instituição realiza suas atividades, sem saber de que modo elas estão relacionadas a outras. Sendo assim, não conseguem reconhecer a importância de suas ações e entender seus significados. As unidades de abrigo são instituições sociais criadas com o objetivo atribuído pela sociedade que é o de realizar o planejamento e execução de programas de proteção e programas sócio-educativos destinados às crianças e adolescentes (ECA, 1990). Esses objetivos servem para orientar as pessoas envolvidas com o trabalho em unidades de abrigo. Assim, possui um objetivo final delimitado, mas, de que forma estão acontecendo as ações que compõem as “atividades-meio”? Há clareza a respeito dessas atividades? Possuem essas instituições uma estrutura capaz de produzir os resultados esperados pela comunidade social? O quadro a seguir mostra uma síntese das situações a serem alteradas:



Tabela	Situação a ser alterada:
3.1	Há alto grau de <u>vitimização</u> sofrido pelas crianças nas famílias de origem
3.2	Há distribuição heterogênea quanto à variação por faixa etária
3.3	Há oscilação na quantidade de crianças e adolescentes ingressos e egressos da unidade de abrigo
3.4	A falta de condição financeira é o principal motivo do encaminhamento de crianças para a unidade de abrigo
3.5	Os recursos financeiros recebidos pela instituição são insuficientes para suprir as necessidades básicas das crianças e jovens que vivem na unidade de abrigo
3.6	Há dificuldade em realizar o encaminhamento das crianças e jovens que vivem na unidade de abrigo quando o tempo de permanência é prolongado
3.7	Há perda no controle do destino dos encaminhamentos das crianças e jovens que vivem na unidade de abrigo
3.8	Há falhas nos procedimentos de registro das informações nos documentos da unidade de abrigo
3.9	As categorias utilizadas para nomear os motivos dos encaminhamentos não definem com precisão a realidade dos mesmos
3.10	Há falhas nas trocas de informações entre a Unidade de Abrigo e o Conselho Tutelar
3.11	Há diferentes graus de conhecimento dos colaboradores em relação às funções que devem desempenhar na unidade de abrigo
3.12	Há predominância da indicação médica em relação às demais profissões habilitadas a cuidarem das questões de saúde da população abrigada
3.13	As condições de trabalho são desiguais entre os colaboradores da unidade de abrigo

## **1 Alto grau de vitimização sofrido pelas crianças exige comportamentos específicos dos planejadores em relação às atividades institucionais**

Na Tabela 3.1 está apresentada a derivação de classes de comportamentos profissionais importantes para o desempenho dos agentes da instituição de abrigo. Na primeira coluna da Tabela 3.1 pode ser observada uma situação com a qual o agente que trabalha na unidade de abrigo deve lidar. Essa situação foi definida a partir dos resultados obtidos na caracterização das condições de vida de crianças e jovens e na caracterização dos processos de gestão dessas condições pelos que cuidam da instituição. Na segunda coluna da Tabela 3.1, há a indicação do agente responsável por executar as classes de comportamentos e na terceira estão indicadas as classes de comportamentos identificadas ou derivadas que o agente da unidade de abrigo deve realizar como parte de seu papel na instituição de modo que resulte em novas condições para o comportamento daqueles que participam da agência de abrigo.

As classes apresentadas não contemplam os três aspectos componentes de uma relação comportamental. Essas classes indicam apenas parte das características específicas de algumas ações que o agente deve apresentar perante a situação a ser resolvida como parte de seu trabalho em uma unidade de abrigo. As classes de comportamentos apresentadas na terceira coluna da Tabela 3.1 revelam classes de comportamentos gerais envolvidas em processos de intervenção profissional delimitadas por Botomé e colaboradores (2003): *Caracterizar necessidades de intervenção relacionadas a processos comportamentais; Planejar a intervenção sobre processos comportamentais; Desenvolver programas de intervenção relacionados a processos comportamentais; Avaliar decorrências das intervenções sobre processos comportamentais; Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre processos comportamentais; Comunicar as descobertas feitas em programas de intervenção relacionados a processos comportamentais.*

Na Tabela 3.1 e nas demais apresentadas a seguir, os complementos dos verbos das classes comportamentais foram ajustadas a realidade investigada. A quarta coluna da Tabela 3.1 apresenta classes de comportamentos identificados ou derivados e indicados por meio de verbos que delimitam a ação profissional de Planejadores ou Administradores de unidades de abrigo. São classes de comportamentos com maior ou menor grau de abrangência e essenciais para qualquer intervenção a ser executada pelo Planejador ou Administrador da

unidade de abrigo. Essas classes apresentadas possuem características específicas, que indicam mais diretamente o que deve ser executado para facilitar a administração interna da unidade de abrigo, no sentido de transformação das situações-problemas enfrentadas.

Tabela 3.1: Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo

Considerando que	Cabe ao agente da instituição	Realizar as seguintes classes de comportamentos como parte de seu papel na instituição	
<p>Há alto grau de <u>vitimização</u> sofrido pelas crianças nas famílias de origem</p>	<p>Planejador ou Administrador</p>	<p><i>Caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</i></p>	<p>Identificar o tipo de <u>vitimização</u> sofrido pela criança na família de origem            Caracterizar o tipo de <u>vitimização</u> sofrido pela criança na família de origem            Registrar em documentos o tipo de <u>vitimização</u> sofrida pela criança na família de origem            Manter completas as informações sobre crianças que sofreram violência doméstica            Impedir encaminhamentos desfavoráveis ao desenvolvimento saudável da criança vítima de maus tratos            Diferenciar o tipo de atendimento que deve ser oferecido à criança na unidade de abrigo em função do tipo de <u>vitimização</u> sofrido na família de origem            Criar um centro de informações sobre crianças vítimas de violência doméstica</p>
		<p><i>Planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</i></p>	<p>Planejar políticas preventivas com foco de intervenção nas famílias com o apoio dos profissionais responsáveis pelo atendimento de crianças vítimas de maus tratos infantis</p>
		<p><i>Desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</i></p>	<p>Encaminhar a criança para atendimento profissional especializado nas situações em que for confirmado alto grau de <u>vitimização</u>.            Acompanhar o desenvolvimento da criança após ser identificado o tipo de maus tratos sofrido na família de origem</p>
		<p><i>Avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</i></p>	<p>Avaliar as medidas tomadas em relação às crianças segundo o tipo de <u>vitimização</u> sofrido pela criança na família de origem</p>
		<p><i>Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</i></p>	<p>Oferecer atualização profissional periódica para agentes de unidades de abrigo</p>
		<p><i>Comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em abrigos</i></p>	<p>Informar a sociedade civil e organizada sobre as condições de saúde das crianças quando ingressam na unidade de abrigo</p>

A Tabela 3.1 mostra que há na vida de crianças e jovens abrigados eventos vitimizadores. Assim, o ambiente institucional deve funcionar de modo a preservar as características individuais e sociais saudáveis, não sendo mais um aspecto negativo em suas vidas (Rizzini, 1997).

## 2 Há uma distribuição heterogênea quanto à variação por faixa etária

Tabela 3.2: Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo

Considerando que	Cabe ao agente da instituição	Realizar as seguintes classes de comportamentos como parte de seu papel na instituição	
Há uma distribuição heterogênea quanto à variação por faixa etária	<i>Planejador</i> <i>ou</i> <i>Administrador</i>	Caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Identificar a quantidade de crianças nas diferentes faixas etárias Registrar em documentos a quantidade de crianças nas diferentes faixas etárias Identificar profissionais capazes de atender as necessidades das crianças em diferentes faixas etárias Nomear profissionais para atender crianças e jovens em diferentes faixas etárias Identificar exigências que são impostas nas diferentes fases e ritmos de desenvolvimento de crianças e jovens Caracterizar exigências que são impostas nas diferentes fases e ritmos de desenvolvimento de crianças e jovens Selecionar profissionais capazes de atender as necessidades das crianças em diferentes faixas etárias Diferenciar o tipo de atendimento que precisa ser oferecido para as diferentes faixas etárias
		Planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Garantir o tipo de atendimento necessário para cada uma das diferentes faixas etárias Projetar as condições habitacionais necessárias para o atendimento de crianças em diferentes faixas etárias
		Desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Administrar recursos financeiros para atender as necessidades das crianças em diferentes faixas etárias Estabelecer regras de convivência para as crianças e jovens em diferentes faixas etárias Acompanhar o desenvolvimento das crianças e jovens em diferentes faixas etárias Gerenciar queixas de crianças e jovens em diferentes faixas etárias
		Avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Avaliar as condições da unidade de abrigo para atender as exigências que são impostas nas diferentes fases e ritmos de desenvolvimento de crianças e jovens.
		Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Corrigir processos de intervenção não eficazes no gerenciamento das condições de vida de jovens em diferentes faixas etárias
		Comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em abrigos	Informar aos agentes da unidade de abrigo sobre as necessidades das crianças em diferentes faixas etárias

Na Tabela 3.2 está apresentada a derivação de classes de comportamentos profissionais importantes para o desempenho dos agentes da instituição de abrigo a partir dos resultados obtidos na caracterização dos processos de gestão pelos que cuidam da instituição. A Tabela 3.2 é constituída por quatro colunas. Na primeira delas, é apresentada a situação na qual o agente que trabalha na unidade de abrigo deve lidar, ou seja, há uma distribuição heterogênea quanto à variação por faixa etária. Na segunda, consta o agente responsável por apresentar as classes de comportamentos: o administrador ou planejador.

Na terceira, as classes apresentadas revelam classes de comportamentos gerais envolvidas em processos de intervenção profissional delimitadas por Botomé e colaboradores (2003): *Caracterizar necessidades de intervenção relacionadas a processos comportamentais; Planejar a intervenção sobre processos comportamentais; Desenvolver programas de intervenção relacionados a processos comportamentais; Avaliar decorrências das intervenções sobre processos comportamentais; Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre processos comportamentais; Comunicar as descobertas feitas em programas de intervenção relacionados a processos comportamentais.*

Na quarta coluna da Tabela 3.2 são mostradas as classes de comportamentos derivadas e indicadas por meio de verbos que o agente da unidade de abrigo deve realizar como parte de seu papel na instituição de modo que resulte em novas condições para o comportamento daqueles que participam da agência de abrigo. Em relação à classe *'caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* encontram-se seis classes de comportamentos a serem apresentadas pelo gestor da unidade de abrigo.

Essas classes de comportamentos são: 'identificar a quantidade de crianças nas diferentes faixas etárias', 'registrar a quantidade de crianças nas diferentes faixas etárias', 'nomear profissionais para atender crianças e jovens em diferentes faixas etárias', 'identificar exigências que são impostas nas diferentes fases e ritmos de desenvolvimento de crianças e jovens' e 'caracterizar exigências que são impostas nas diferentes fases e ritmos de desenvolvimento de crianças e jovens', 'selecionar profissionais capazes de atender as necessidades das crianças em diferentes faixas etárias', 'diferenciar o tipo de atendimento que precisa ser oferecido para diferentes faixas etárias'. A segunda classe geral de intervenção profissional *'planejar*

*intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’ apresenta duas classes que devem ser apresentada pelo gestor da unidade de abrigo, são elas: ‘garantir o tipo de atendimento necessário para cada uma das diferentes faixas etárias’; e ‘projetar as condições habitacionais necessárias para o atendimento de crianças em diferentes faixas etárias’. ‘A terceira classe geral de intervenção profissional é *desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’ e as classes a serem apresentadas pelo gestor são: ‘administrar recursos financeiros para atender as necessidades das crianças e jovens em diferentes faixas etárias’, ‘estabelecer regras de convivência para as crianças e jovens em diferentes faixas etárias’, ‘acompanhar o desenvolvimento das crianças e jovens em diferentes faixas etárias’, ‘gerenciar queixas de crianças e jovens em diferentes faixas etárias’.

A quarta classe é *avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’ e a classe que compete ser apresentada pelo gestor é: ‘avaliar as condições da unidade de abrigo para atender as exigências que são impostas nas diferentes fases e ritmos de desenvolvimento de crianças e jovens’. A quinta classe geral é *aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’. A classe que compete ao administrador ou planejador é ‘corrigir processos de intervenção não eficazes no gerenciamento das condições de vida de jovens em diferentes faixas etárias’. A última classe apresentada deve *comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’ e a classe relacionada a atuação do agente é ‘informar aos agentes da unidade de abrigo sobre as necessidades das crianças em diferentes faixas etárias’.

### 3 Há oscilação na quantidade de crianças e jovens ingressos e egressos da instituição ao longo dos meses

Tabela 3.3: Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo

Considerando que	Cabe ao agente da instituição	Realizar as seguintes classes de comportamentos como parte de seu papel na instituição	
Há oscilação na quantidade de crianças e adolescentes ingressos e egressos da unidade de abrigo	<i>Planejador</i> <i>ou</i> <i>Administrador</i>	Caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	<p>Identificar a quantidade de crianças e jovens ingressos e egressos da unidade de abrigo</p> <p>Registrar a quantidade de crianças e jovens ingressos e egressos da unidade de abrigo</p> <p>Identificar profissionais que possam auxiliar no atendimento de crianças e jovens em função da oscilação da quantidade de ingressos e egressos</p> <p>Distribuir horários de trabalho em função da oscilação na quantidade de crianças e jovens ingressos e egressos da unidade de abrigo</p> <p>Nomear profissionais para atender crianças e jovens em diferentes faixas etárias em função da oscilação na quantidade de ingressos e egressos</p> <p>Identificar exigências que são impostas aos profissionais em função da oscilação na quantidade de crianças ingressos e egressos</p> <p>Selecionar colaboradores para suprir necessidades de trabalho em relação à oscilação na quantidade de crianças e jovens ingressos e egressos</p> <p>Administrar recursos financeiros para atender as necessidades das crianças em diferentes faixas etárias em função da oscilação na quantidade de ingressos e egressos</p> <p>Escolher as informações que precisam ser registradas em relação à quantidade de crianças e jovens ingressos e egressos da unidade de abrigo</p>
		Planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	<p>Planejar condições habitacionais em relação à oscilação na quantidade de crianças e jovens ingressos e egressos da unidade de abrigo</p> <p>Elaborar banco de dados de colaboradores para suprir necessidades de trabalho em relação à oscilação na quantidade de crianças e jovens ingressos e egressos</p>
		Desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Acompanhar a oscilação da quantidade de ingressos e egressos da unidade de abrigo
		Avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Avaliar as decorrências da oscilação da quantidade de crianças e jovens ingressos e egressos da unidade de abrigo
		Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Corrigir processos de intervenção não eficazes no gerenciamento das condições de vida de crianças e jovens em relação à oscilação de crianças e jovens no abrigo
		Comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em abrigos	Informar aos agentes da unidade de abrigo sobre as necessidades das crianças e da instituição em relação à oscilação na quantidade de abrigados.

A Tabela 3.3 apresenta a derivação de classes de comportamentos profissionais importantes para o desempenho dos agentes da instituição de abrigo derivada a partir dos resultados obtidos na caracterização dos processos de gestão pelos que cuidam da instituição. Constituí-se de quatro colunas. Na primeira delas, o agente depara-se com a situação com a qual deve lidar, sendo ela, ‘oscilações na quantidade de crianças e adolescentes ingressos e egresso da unidade de abrigo’. Na segunda, consta o agente responsável por apresentar as classes de comportamentos, o planejador ou o administrador. Na terceira, as classes apresentadas revelam classes de comportamentos gerais envolvidas em processos de intervenção profissional delimitadas por Botomé e colaboradores (2003): *Caracterizar necessidades de intervenção relacionadas a processos comportamentais; Planejar a intervenção sobre processos comportamentais; Desenvolver programas de intervenção relacionados a processos comportamentais; Avaliar decorrências das intervenções sobre processos comportamentais; Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre processos comportamentais; Comunicar as descobertas feitas em programas de intervenção relacionados a processos comportamentais.*

Na quarta coluna da Tabela 3.3 são mostradas as classes de comportamentos indicadas por meio de verbos que o agente da unidade de abrigo deve realizar como parte de seu papel na instituição. Em relação à classe ‘*caracterizar intervenções relacionadas a gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’ encontram-se classes de comportamentos a serem apresentadas pelo gestor da unidade de abrigo. Essas classes de comportamentos são: ‘identificar a quantidade de crianças nas diferentes faixas etárias’, ‘registrar a quantidade de crianças nas diferentes faixas etárias’, ‘identificar profissionais que possam auxiliar no atendimento de crianças e jovens em função da oscilação da quantidade de ingressos e egressos’, ‘distribuir horários de trabalho em função da oscilação na quantidade de crianças e jovens ingressos e egressos da unidade de abrigo’ ‘nomear profissionais para atender crianças e jovens em diferentes faixas etárias em função da oscilação na quantidade de ingressos e egressos’, ‘identificar exigências que são impostas aos profissionais em função da oscilação na quantidade de crianças ingressos e egressos’, ‘selecionar colaboradores para suprir necessidades de trabalho em relação a oscilação na quantidade de crianças e jovens ingressos e egressos’, ‘administrar recursos financeiros para atender as necessidades das crianças em diferentes



faixas etárias em função da oscilação na quantidade de ingressos e egressos’, ‘escolher as informações que precisam ser registradas em relação à quantidade de crianças e jovens ingressos e egressos na unidade de abrigo’.

A segunda classe de intervenção profissional *‘planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo’* integra duas classes que devem ser apresentadas pelo gestor da unidade de abrigo, são elas: ‘planejar condições habitacionais em relação à oscilação na quantidade de crianças e jovens ingressos e ‘elaborar bancos de dados de colaboradores para necessidades de trabalho em relação à oscilação na quantidade de crianças e jovens ingressos e egressos’.

A classe geral *‘desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo’* implica o gestor a ‘acompanhar a oscilação da quantidade de ingressos e egressos da unidade de abrigo’. A quarta classe é *‘avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigos’* e a classe que compete ser apresentada pelo gestor é: ‘avaliar as decorrências da oscilação da quantidade de crianças e jovens ingressos e egressos da unidade de abrigo. A quinta classe deve-se *‘aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo’*. E a classe correspondente a ação do agente é: ‘corrigir processos de intervenção não eficazes no gerenciamento das condições de vida de crianças e jovens em relação a oscilação de crianças e jovens no abrigo.

A sexta e última classe apresentada deve *‘comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo’* e está vinculada a ação profissional de ‘informar aos agentes da unidade de abrigo sobre as necessidades das crianças e da instituição em relação à oscilação na quantidade de abrigados’.

#### **4 Decorrências para as unidades de abrigo de haver uma distribuição heterogênea quanto à variação por faixa etária e oscilação no fluxo de crianças e jovens ingressos e egressos**

A Tabela 3.2 mostra que existe uma distribuição heterogênea quanto à variação por faixa etária. Essas características da população

abrigada revelam que a instituição de abrigo precisa possuir condições habitacionais para atender de forma apropriada à variação existente na quantidade de meninos e meninas em diferentes faixas etárias. Assim, a forma como são distribuídos os espaços disponíveis, os móveis e equipamentos, a programação de atividades e a quantidade de profissionais com capacidades específicas à disposição do abrigo, deveriam levar em consideração as características de gênero e faixa etária das crianças e adolescentes abrigados.

Há exigências que são impostas nas diferentes fases e ritmos de desenvolvimento de crianças e jovens. Crianças de zero aos três anos, por exemplo, necessitam de cuidados diferenciados. Crianças menores são acentuadamente dependentes de atendimentos prestados pelos adultos e esses por sua vez, precisam estar atentos as manifestações de seu comportamento para poder atribuir um significado, satisfazendo assim, suas necessidades. São muitas as necessidades das crianças nessa fase, e essas incluem desde necessidades biológicas como as de alimentação, sono, eliminação, banho, até as que envolvem aspectos da sociabilidade e da aprendizagem.

Em relação à sociabilidade, uma das condições inerentes ao processo de institucionalização é o afastamento e a perda do contato com a família ou grupo social de origem. Esse afastamento tem efeitos prejudiciais nas crianças em diferentes graus. A falta de contato íntimo com a mãe, a carência afetiva provoca prejuízos no desenvolvimento de crianças institucionalizadas (Bowlby, 1990; Spitz, 1996). Esses prejuízos variam desde perturbações físicas até intelectuais e sociais. Profissionais bem capacitados poderão minimizar os prejuízos decorrentes da falta de contato íntimo com a mãe, principalmente se o esquema de trabalho do abrigo permitir o atendimento por figuras substitutas estáveis e a rotatividade de funcionários estiver controlada (Carvalho, 2002).

Outra faixa de idade com exigências em termos desenvolvimentais é a da adolescência. As crianças nessa faixa de idade estão entrando em uma fase do desenvolvimento chamada, segundo a Organização Mundial da Saúde, de adolescência inicial. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera duas fases na adolescência: a primeira, dos dez aos dezesseis e a segunda, dos dezesseis aos vinte anos. A adolescência inicial (de dez a catorze anos) é caracterizada principalmente pelas transformações físicas. Nessa fase, a criança está iniciando a puberdade. A puberdade é um processo biológico que inicia, aproximadamente entre nove e quatorze anos, sendo caracterizada pelo

surgimento de uma atividade hormonal que desencadeia os chamados caracteres sexuais secundários (Outeiral, 2008).

Levando em consideração a fase de desenvolvimento dessas crianças, seria importante que elas tivessem à sua disposição no abrigo uma programação diversificada de atividades em sua rotina diária. Programas que as incluíssem em atividades de lazer, em atividades esportivas e outras que tenham relação direta com sua fase de desenvolvimento e suas características de vida. Esses programas poderiam propiciar informações e orientações sobre temas comuns discutidos na adolescência, principalmente os que digam respeito às transformações corporais. Poderiam inclusive, realizar um planejamento de atuação em conjunto com as escolas e outras entidades interessadas no bem-estar de crianças e adolescentes institucionalizados. A adolescência é basicamente um fenômeno psicológico e social. Sendo assim, terá diferentes peculiaridades conforme o ambiente social, econômico e cultural em que o adolescente está se desenvolvendo (Outeiral, 2008).

Outro aspecto da realidade institucional que necessita ser administrado pelos agentes é a oscilação de crianças e jovens ingressos e egressos do abrigo ao longo dos meses. Identificar as características do fluxo (ingressos e egressos) de crianças e jovens abrigados auxilia a caracterizar, em parte, as condições necessárias para ocorrer os atendimentos em determinados períodos. Essa oscilação ao longo dos meses exige que a instituição de abrigo possua colaboradores (agentes) para suprir necessidades de trabalho em relação à quantidade de crianças e adolescentes abrigados em cada mês. Exige também por parte de seus administradores, um planejamento para gerenciar recursos financeiros para o armazenamento de roupas, alimentos, medicamentos, utensílios domésticos que mudam em função dos períodos oscilatórios da quantidade de crianças e jovens abrigados.

## 5 As crianças chegam à instituição por falta de condição financeira e permanecem na unidade de abrigo com recursos financeiros insuficientes

Tabela 3.4: Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo

Considerando que	Cabe ao agente da instituição	Realizar as seguintes classes de comportamentos como parte de seu papel na instituição	
A falta de condição financeira é o principal motivo do encaminhamento de crianças para a unidade de abrigo	<i>Planejador ou Administrador</i>	Caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Diferenciar o tipo de atendimento que precisa ser oferecido às crianças e jovens em função do motivo do encaminhamento para a unidade de abrigo
		Planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Planejar política preventiva junto à sociedade civil e organizada em função do motivo do encaminhamento de crianças para as unidades de abrigo
		Desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Programar políticas sociais básicas junto às autoridades responsáveis
		Avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Avaliar a veracidade do motivo do encaminhamento
		Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Corrigir processos de intervenção não eficazes no gerenciamento das condições de vida de crianças e jovens em relação aos encaminhamentos de crianças para as unidades de abrigo
		Comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Informar às famílias serviços de assistência básica Informar a sociedade civil e organizada os principais motivos dos encaminhamentos de crianças e jovens para as unidades de abrigo

A Tabela 3.4 apresenta a derivação de classes de comportamentos profissionais importantes para o desempenho dos agentes da instituição de abrigo. A primeira coluna apresenta a situação com a qual deve lidar o agente, sendo ela, ‘a falta de condição financeira é o principal motivo do encaminhamento de crianças para a unidade de abrigo’. Na segunda,

consta o agente responsável por apresentar as classes de comportamentos, o planejador ou o administrador. Na terceira, as classes apresentadas revelam classes de comportamentos gerais envolvidas em processos de intervenção profissional delimitadas por Botomé e colaboradores (2003): *Caracterizar necessidades de intervenção relacionadas a processos comportamentais; Planejar a intervenção sobre processos comportamentais; Desenvolver programas de intervenção relacionados a processos comportamentais; Avaliar decorrências das intervenções sobre processos comportamentais; Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre processos comportamentais; Comunicar as descobertas feitas em programas de intervenção relacionados a processos comportamentais.*

Na Tabela 3.4 as condições dessas classes foram ajustadas a realidade investigada, ou seja, seu complemento foi alterado. E na quarta coluna da Tabela 3.4 são mostradas as classes de comportamentos indicadas por meio de verbos que o agente da unidade de abrigo deve realizar como parte de seu papel na instituição. Em relação à classe *'caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* encontram-se ações a serem apresentadas pelo gestor da unidade de abrigo. Essas ações envolvem: *'diferenciar o tipo de atendimento que precisa ser oferecido às crianças e jovens em função do motivo do encaminhamento para a unidade de abrigo'*.

A segunda classe de intervenção profissional *'planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* integra uma classe que devem ser apresentadas pelo gestor da unidade de abrigo: *'planejar política preventiva junto à sociedade civil e organizada em função do motivo do encaminhamento de crianças para as unidades de abrigo'*. A terceira classe de intervenção profissional é *'desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'*. E envolve a ação *'programar políticas sociais básicas junto às autoridades responsáveis'*. A quarta classe é *'avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigos'* e a classe que compete ser apresentada pelo gestor é: *'avaliar a veracidade do motivo do encaminhamento'*. Na quinta classe, *'aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* aparece a ação *'corrigir processos de intervenção não eficazes no gerenciamento das condições de vida de crianças e jovens em relação aos encaminhamentos*

de crianças para as unidades de abrigo’. A sexta e última classe apresentada, ‘*comunicar descobertas profissionais em relação a intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’, compete assim, ser apresentado pelo agente da unidade de abrigo: ‘informar às famílias serviços de assistência básica’ e ‘Informar a sociedade civil e organizada os principais motivos dos encaminhamentos de crianças e jovens para as unidades de abrigo’.

Tabela 3.5: Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo

Considerando que	Cabe ao agente da instituição	Realizar as seguintes classes de comportamentos como parte de seu papel na instituição	
Os recursos financeiros recebidos pela instituição são insuficientes para suprir as necessidades básicas das crianças e jovens que vivem na unidade de abrigo	<i>Planejador ou Administrador</i>	Caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Identificar a quantidade de recurso financeiro suficiente para a manutenção apropriada da instituição Identificar prioridades de investimento financeiro da unidade de abrigo Delimitar as fontes disponíveis de recursos financeiros Delimitar prioridades de investimento financeiro da unidade de abrigo Solicitar profissionais da área financeira que possam auxiliar a busca de recursos financeiros
		Planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Planejar política financeira junto à sociedade civil e organizada em função das necessidades básicas das crianças Programar políticas financeiras junto às autoridades responsáveis pela proteção de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo
		Desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Administrar recursos financeiros para atender as necessidades básicas de crianças e jovens que vivem na unidade e abrigo
		Avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Avaliar a quantidade de recurso financeiro suficiente para a manutenção apropriada da instituição Avaliar quais são as prioridades de investimento financeiro da unidade de abrigo
		Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Corrigir processos de intervenção não eficazes no gerenciamento das condições de vida de crianças e jovens em relação aos recursos financeiros que não são suficientes para prover as necessidades das crianças
		Comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Informar a sociedade civil e organizada as carências impostas pelas restrições econômicas

A Tabela 3.5 apresenta a derivação de classes de comportamentos profissionais importantes para o desempenho dos agentes da instituição de abrigo derivadas a partir dos resultados obtidos na caracterização dos processos de gestão pelos que cuidam da instituição. Constituí-se de quatro colunas. A primeira delas apresenta a situação que o agente deve lidar, sendo ela: ‘os recursos financeiros recebidos pela instituição são insuficientes para suprir as necessidades básicas das crianças e jovens que vivem na unidade de abrigo’. Na segunda, consta o agente responsável por apresentar as classes de comportamentos, o planejador ou o administrador. Na terceira, as classes apresentadas revelam classes de comportamentos gerais envolvidas em processos de intervenção profissional delimitadas por Botomé e colaboradores (2003): *Caracterizar necessidades de intervenção relacionadas a processos comportamentais; Planejar a intervenção sobre processos comportamentais; Desenvolver programas de intervenção relacionados a processos comportamentais; Avaliar decorrências das intervenções sobre processos comportamentais; Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre processos comportamentais; Comunicar as descobertas feitas em programas de intervenção relacionados a processos comportamentais.*

Na quarta coluna da Tabela 3.5 são mostradas as classes de comportamentos que o agente da unidade de abrigo deve realizar como parte de seu papel na instituição. Em relação à classe ‘*caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’ encontram-se as seguintes ações a serem apresentadas pelo gestor da unidade de abrigo: ‘identificar a quantidade de recurso financeiro suficiente para a manutenção apropriada da instituição’, ‘identificar prioridades de investimento financeiro da unidade de abrigo’, ‘delimitar as fontes disponíveis de recursos financeiros’, ‘delimitar prioridades de investimento financeiro da unidade de abrigo’ e ‘solicitar profissionais da área financeira que possam auxiliar a busca de recursos financeiros’.

A segunda classe de intervenção profissional ‘*planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’ integra duas classes que devem ser apresentadas pelo gestor da unidade de abrigo, são elas: ‘planejar política financeira junto à sociedade civil e organizada em função das necessidades básicas das crianças’ e ‘programar políticas financeiras junto às autoridades responsáveis pela proteção de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo. A terceira classe de intervenção profissional é ‘*desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens*

*que vivem em unidades de abrigo*'. Compete ao agente da unidade de abrigo 'administrar recursos financeiros para atender as necessidades básicas de crianças e jovens que vivem na unidade e abrigo'. A quarta classe é '*avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigos*' e as classes que a serem apresentadas pelo gestor são: 'avaliar a quantidade de recurso financeiro suficiente para a manutenção apropriada da instituição' e 'avaliar quais são as prioridades de investimento financeiro da unidade de abrigo'.

A quinta classe conhecida como '*aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*' envolve a ação 'corrigir processos de intervenção não eficazes no gerenciamento das condições de vida de crianças e jovens em relação aos recursos financeiros que não são suficientes para prover as necessidades das crianças'. A sexta e última classe apresentada deve '*comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*' compete assim, ser apresentado pelo agente da unidade de abrigo: 'informar às famílias serviços de assistência básica' e 'informar a sociedade civil e organizada os principais motivos dos encaminhamentos de crianças e jovens para as unidades de abrigo'.

## **6 Características das instituições que indicam alta probabilidade de necessidades e problemas: as restrições econômicas e financeiras das instituições de acolhimento e das famílias de origem das crianças e jovens como variáveis que atingem diretamente suas condições de vida**

A estrutura social oferecida à população marcada pela desigualdade social, concentração de renda, influência e contribui para que crianças e adolescentes vivam em uma situação não favorável ao desenvolvimento pleno saudável. Em todas as faixas etárias pesquisadas no estudo de Sartorelli (2004) o motivo do encaminhamento descrito como falta de condição material estava presente. Esse dado coincide com o resultado das investigações de Alves (2000), Weber (1998) e Guirado (1986) onde a falta de condição financeira é o principal motivo de encaminhamento para as Unidades de Abrigo. Os técnicos responsáveis justificam esse tipo de encaminhamento para a retirada da criança de sua família. Sendo assim, eles precisam avaliar a necessidade de implementar políticas sociais básicas voltadas para as famílias de



classes populares. As restrições econômicas possuem efeitos diretos e indiretos nas famílias. Além de dificultarem o acesso a serviços de assistência básica a seus filhos, as restrições econômicas inviabilizam cuidados necessários ao provimento de seu bem-estar.

Famílias pobres são obrigadas a enfrentar condições de vida que não permitem a construção de relações sociais, afetivas e emocionais que poderiam auxiliar o seu desenvolvimento. Em um país como o Brasil, onde as condições sociais são precárias, e a concentração de renda é uma das piores do mundo, fica evidente a necessidade de englobar nas políticas de atendimento as questões envolvidas na estrutura social oferecida à população. Silva e Hutz (2002) chamam a atenção para o fato de não haver políticas de atendimento voltadas às classes populares e isso contribui para que vivam em uma situação que não favorece seu desenvolvimento.

### **7 Quanto maior é o tempo de permanência, maior é a dificuldade em realizar encaminhamentos e registros de informações que promovam o bem estar das crianças e jovens**

A Tabela 3.6 apresenta classes de comportamentos profissionais importantes para o desempenho dos agentes da instituição de abrigo derivadas a partir dos resultados obtidos na caracterização dos processos de gestão pelos que cuidam da instituição. A primeira das colunas apresenta a situação com que o agente deve lidar, sendo ela: 'há dificuldade em realizar o encaminhamento das crianças e jovens que vivem na unidade de abrigo quando o tempo de permanência é prolongado. Na segunda, consta o agente responsável por apresentar as classes de comportamentos, o planejador ou o administrador.

Na terceira, as classes apresentadas revelam classes de comportamentos gerais envolvidas em processos de intervenção profissional delimitadas por Botomé e colaboradores (2003): *Caracterizar necessidades de intervenção relacionadas a processos comportamentais; Planejar a intervenção sobre processos comportamentais; Desenvolver programas de intervenção relacionados a processos comportamentais; Avaliar decorrências das intervenções sobre processos comportamentais; Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre processos comportamentais; Comunicar as descobertas feitas em programas de intervenção relacionados a processos comportamentais.*

Tabela 3.6: Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo

Considerando que	Cabe ao agente da instituição	Realizar as seguintes classes de comportamentos como parte de seu papel na instituição	
Há dificuldade em realizar o encaminhamento das crianças e jovens que vivem na unidade de abrigo quando o tempo de permanência é prolongado	<i>Planejador ou Administrador</i>	Caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Identificar junto a profissionais de outras instituições estratégias que minimizem o tempo de permanência de crianças e jovens na unidade de abrigo Caracterizar junto a profissionais de outras instituições estratégias que minimizem o tempo de permanência de crianças e jovens na unidade de abrigo Estabelecer vínculo com instituições que possam prestar atendimento em função do tempo de permanência
		Planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Programar junto a profissionais de outras instituições estratégias que minimizem o tempo de permanência de crianças e jovens na unidade de abrigo Programar experiências de convívio em famílias temporárias em função do tempo de permanência na unidade de abrigo
		Desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Criar estratégias de ação para aumentar as possibilidades de encaminhamentos para outras instituições ou famílias substitutas
		Avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Avaliar junto a profissionais de outras instituições estratégias que minimizem o tempo de permanência de crianças e jovens na unidade de abrigo Avaliar os resultados das experiências de convívio em famílias temporárias em função do tempo de permanência na unidade de abrigo
		Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Corrigir processos de intervenção não eficazes no gerenciamento das condições de vida de crianças e jovens em relação aos recursos financeiros que não são suficientes para prover as necessidades das crianças
		Comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Informar a sociedade civil e organizada as dificuldades para realização de encaminhamento das crianças e jovens

Na quarta coluna da Tabela 3.6 são mostradas as classes de comportamentos que o agente da unidade de abrigo deve realizar como parte de seu papel na instituição. Em relação à classe ‘*caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’ encontram-se as seguintes ações a serem apresentadas pelo gestor da unidade de abrigo: ‘identificar junto a profissionais de outras instituições estratégias que minimizem o tempo de permanência de crianças e jovens na unidade de abrigo’; ‘caracterizar junto a profissionais de outras instituições

estratégias que minimizem o tempo de permanência de crianças e jovens na unidade de abrigo'; 'estabelecer vínculo com instituições que possam prestar atendimento em função do tempo de permanência.

A segunda classe de intervenção profissional *'planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* integra duas classes que deve ser apresentada pelo gestor da unidade de abrigo, são elas: 'programar junto a profissionais de outras instituições estratégias que minimizem o tempo de permanência de crianças e jovens na unidade de abrigo'; programar experiências de convívio em famílias temporárias em função do tempo de permanência na unidade de abrigo. A terceira classe de intervenção profissional é *'desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'*. Compete ao agente da unidade de abrigo 'criar estratégias de ação para aumentar as possibilidades de encaminhamentos para outras instituições ou famílias substitutas'.

A quarta classe é *'avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigos'* e as classes a serem apresentadas pelo gestor são: 'avaliar junto a profissionais de outras instituições estratégias que minimizem o tempo de permanência de crianças e jovens na unidade de abrigo'; 'avaliar os resultados das experiências de convívio em famílias temporárias em função do tempo de permanência na unidade de abrigo'. A quinta classe conhecida como *'Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* envolve a ação 'corrigir processos de intervenção não eficazes no gerenciamento das condições de vida de crianças e jovens em relação aos recursos financeiros que não são suficientes para prover as necessidades das crianças'. A sexta deve *'comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* compete assim, ser apresentado pelo agente da unidade de abrigo: 'informar a sociedade civil e organizada as dificuldades para realização de encaminhamento das crianças e jovens'.

Tabela 3.7: Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo

Considerando que	Cabe ao agente da instituição	Realizar as seguintes classes de comportamentos como parte de seu papel na instituição	
<p>Há perda no controle do destino dos encaminhamentos das crianças e jovens que vivem na unidade de abrigo</p>	<p><i>Planejador ou Administrador</i></p>	<p>Caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Identificar o destino do encaminhamento das crianças e jovens abrigadas            Registrar em documentos o destino do encaminhamento de crianças e jovens abrigados            Identificar junto a profissionais de outras instituições de proteção possibilidades de encaminhamentos            Caracterizar junto a profissionais de outras instituições de proteção possibilidades de encaminhamentos            Solicitar dos profissionais responsáveis a especificação por escrito do destino do encaminhamento de crianças e jovens            Impedir o destino do encaminhamento que não seja favorável ao desenvolvimento pleno da criança ou jovem abrigado</p>
		<p>Planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Garantir maior eficácia nos encaminhamentos realizados</p>
		<p>Desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Acompanhar o desenvolvimento da criança ou jovem após ser indicado o destino do encaminhamento</p>
		<p>Avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Avaliar a pertinência do encaminhamento escolhido para crianças e jovens abrigados            Avaliar junto a profissionais de outras instituições de proteção possibilidades de encaminhamentos</p>
		<p>Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Corrigir processos de intervenção não eficazes no gerenciamento das condições de vida de crianças e jovens em relação à existência de perda no controle dos destinos dos encaminhamentos das crianças e jovens</p>
		<p>Comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Informar a sociedade civil e organizada as dificuldades para identificar e controlar o destino dos encaminhamentos das crianças e jovens</p>

A Tabela 3.7 apresenta classes de comportamentos profissionais importantes para o desempenho dos agentes da instituição de abrigo derivadas a partir dos resultados obtidos na caracterização dos processos de gestão pelos que cuidam da instituição. A primeira delas apresenta a situação com que o agente deve lidar, sendo ela: ‘há perda no controle do destino dos encaminhamentos das crianças e jovens que vivem na unidade de abrigo’. Na segunda, consta o agente responsável por apresentar as classes de comportamentos, o planejador ou o administrador.

Na terceira, as classes apresentadas revelam classes de comportamentos gerais envolvidas em processos de intervenção profissional delimitadas por Botomé e colaboradores (2003): *Caracterizar necessidades de intervenção relacionadas a processos comportamentais; Planejar a intervenção sobre processos comportamentais; Desenvolver programas de intervenção relacionados a processos comportamentais; Avaliar decorrências das intervenções sobre processos comportamentais; Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre processos comportamentais; Comunicar as descobertas feitas em programas de intervenção relacionados a processos comportamentais.*

Na quarta coluna da Tabela 3.7 são mostradas as classes de comportamentos que o agente da unidade de abrigo deve realizar como parte de seu papel na instituição. Em relação à classe ‘*caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’ encontram-se as seguintes ações a serem apresentadas pelo gestor da unidade de abrigo: ‘identificar o destino do encaminhamento das crianças e jovens abrigadas’; ‘registrar em documentos o destino do encaminhamento de crianças e jovens abrigados’; ‘identificar junto a profissionais de outras instituições de proteção possibilidades de encaminhamentos’; ‘caracterizar junto a profissionais de outras instituições de proteção possibilidades de encaminhamentos’; ‘solicitar dos profissionais responsáveis a especificação por escrito do destino do encaminhamento de crianças e jovens’; ‘impedir o destino do encaminhamento que não seja favorável ao desenvolvimento pleno da criança ou jovem abrigado’.

A segunda classe de intervenção profissional ‘*planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’ integra a classe ‘garantir maior eficácia nos encaminhamentos realizados’. A terceira classe de intervenção profissional é ‘*desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’.

Compete ao agente da unidade de abrigo ‘acompanhar o desenvolvimento da criança ou jovem após ser indicado o destino do encaminhamento’.

A quarta classe é *‘avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigos’* e as classes que a serem apresentadas pelo gestor são: ‘avaliar a pertinência do encaminhamento escolhido para crianças e jovens abrigados’; ‘avaliar junto a profissionais de outras instituições de proteção possibilidades de encaminhamentos’. A quinta classe conhecida como *‘aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo’* envolve a ação ‘corrigir processos de intervenção não eficazes no gerenciamento das condições de vida de crianças e jovens em relação a existência de perda no controle dos destinos dos encaminhamentos das crianças e jovens’. A sexta e última classe apresentada deve *‘comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo’* compete assim, ser apresentado pelo agente da unidade de abrigo: ‘informar a sociedade civil e organizada as dificuldades para identificar e controlar o destino dos encaminhamentos das crianças e jovens’.

Tabela 3.8: Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo

Considerando que	Cabe ao agente da instituição	Realizar as seguintes classes de comportamentos como parte de seu papel na instituição	
<p>Há falhas nos procedimentos de registro das informações nos documentos da unidade de abrigo</p>	<p><i>Planejador ou Administrador</i></p>	<p>Caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Identificar as falhas nos procedimentos de registro das informações nos documentos da unidade de abrigo            Caracterizar as falhas nos procedimentos de registro das informações nos documentos da unidade de abrigo            Solicitar aos colaboradores o registro apropriado de informações nos documentos da unidade de abrigo            Listar para os colaboradores procedimentos que os auxiliem no registro de informações nos documentos            Fornecer informações relevantes para serem registradas nos documentos da unidade de abrigo            Requisitar informações relevantes registradas nos documentos da unidade de abrigo</p> <p>Indicar aos colaboradores as informações relevantes para serem registradas nos documentos da unidade de abrigo</p>
		<p>Planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Programar estratégias junto aos colaboradores que minimizem as falhas dos procedimentos de registro de informações</p>
		<p>Desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Acompanhar junto aos colaboradores os procedimentos de registros de informações nos documentos            Criar estratégias junto aos colaboradores que minimizem as falhas dos procedimentos de registro de informações nos documentos</p>
		<p>Avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Avaliar as falhas nos procedimentos de registro das informações nos documentos da unidade de abrigo            Conferir as informações registradas pelos colaboradores nos documentos da unidade de abrigo</p> <p>Comparar as informações registradas pelos colaboradores nos documentos da unidade de abrigo</p>
		<p>Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Corrigir processos de intervenção não eficazes no gerenciamento das condições de vida de crianças e jovens em relação à existência de perda no controle dos destinos dos encaminhamentos das crianças e jovens</p>
		<p>Comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Informar as falhas nos procedimentos de registro aos demais profissionais da unidade de abrigo</p>

A Tabela 3.8 apresenta classes de comportamentos profissionais importantes para o desempenho dos agentes da instituição de abrigo derivadas a partir dos resultados obtidos na caracterização dos processos de gestão pelos que cuidam da instituição. A primeira delas apresenta a situação que o agente deve lidar, sendo ela: há falhas nos procedimentos de registro das informações nos documentos da unidade de abrigo. Na segunda, consta o agente responsável por apresentar as classes de comportamentos, o planejador ou o administrador.

Na terceira, as classes apresentadas revelam classes de comportamentos gerais envolvidas em processos de intervenção profissional delimitadas por Botomé e colaboradores (2003): *Caracterizar necessidades de intervenção relacionadas a processos comportamentais; Planejar a intervenção sobre processos comportamentais; Desenvolver programas de intervenção relacionados a processos comportamentais; Avaliar decorrências das intervenções sobre processos comportamentais; Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre processos comportamentais; Comunicar as descobertas feitas em programas de intervenção relacionados a processos comportamentais.*

Na quarta coluna da Tabela 3.8 são mostradas as classes de comportamentos que o agente da unidade de abrigo deve realizar como parte de seu papel na instituição. Em relação à classe *'caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* encontram-se as seguintes ações a serem apresentadas pelo gestor da unidade de abrigo: *'identificar as falhas nos procedimentos de registro das informações nos documentos da unidade de abrigo'; 'caracterizar as falhas nos procedimentos de registro das informações nos documentos da unidade de abrigo'; 'solicitar aos colaboradores o registro apropriado de informações nos documentos da unidade de abrigo'; 'listar para os colaboradores procedimentos que os auxiliem no registro de informações nos documentos'; 'fornecer informações relevantes para serem registradas nos documentos da unidade de abrigo'; 'requisitar informações relevantes registradas nos documentos da unidade de abrigo; 'indicar aos colaboradores as informações relevantes para serem registradas nos documentos da unidade de abrigo'.*

A segunda classe de intervenção profissional *'planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* integra a classe *'programar estratégias junto aos colaboradores que minimizem as falhas dos procedimentos de registro de informações.* A terceira classe de intervenção profissional é



*‘desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo’.* Compete ao agente da unidade de abrigo *‘acompanhar junto aos colaboradores os procedimentos de registros de informações nos documentos’;* *‘criar estratégias junto aos colaboradores que minimizem as falhas dos procedimentos de registro de informações nos documentos’.*

A quarta classe é *‘avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigos’* e as classes que a serem apresentadas pelo gestor são: *‘avaliar as falhas nos procedimentos de registro das informações nos documentos da unidade de abrigo’;* *‘conferir as informações registradas pelos colaboradores nos documentos da unidade de abrigo’;* *‘comparar as informações registradas pelos colaboradores nos documentos da unidade de abrigo.’*

A quinta classe conhecida como *‘aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo’* envolve a ação *‘corrigir processos de intervenção não eficazes no gerenciamento das condições de vida de crianças e jovens em relação a existência de perda no controle dos destinos dos encaminhamentos das crianças e jovens’.* A sexta e última classe apresentada deve *‘comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo’* compete assim, ser apresentado pelo agente da unidade de abrigo: *‘informar as falhas nos procedimentos de registro aos demais profissionais da unidade de abrigo.’*

Tabela 3.9: Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo

Considerando que	Cabe ao agente da instituição	Realizar as seguintes classes de comportamentos como parte de seu papel na instituição	
<p>As categorias utilizadas para nomear os motivos dos encaminhamentos não definem com precisão a realidade dos mesmos</p>	<p><i>Planejador ou Administrador</i></p>	<p>Caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Identificar categorias apropriadas para nomear os encaminhamentos realizados            Caracterizar categorias apropriadas para nomear os encaminhamentos realizados            Definir os tipos e os graus de abrangência dos encaminhamentos realizados            Organizar as categorias em tipos e graus de abrangência em relação aos encaminhamentos realizados            Identificar os tipos e os graus de abrangência dos encaminhamentos realizados            Caracterizar os tipos e os graus de abrangência dos encaminhamentos realizados            Indicar categorias apropriadas para nomear os tipos de encaminhamentos existentes para crianças e jovens            Requisitar das autoridades competentes as possibilidades de nomeação de encaminhamento para as crianças e jovens</p>
		<p>Planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Programar com autoridades competentes possibilidades de nomeação de encaminhamentos para crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>
		<p>Desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Promover seminários, debates e oficinas com profissionais que possam auxiliar na nomeação das categorias utilizadas para realização de encaminhamentos.</p>
		<p>Avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Avaliar que tipos de categorias são apropriadas para nomear os encaminhamentos realizados            Avaliar os tipos e os graus de abrangência dos encaminhamentos realizados            Conferir os motivos dos encaminhamentos que são destinados às crianças e jovens            Conferir a adequação das categorias utilizadas pelos profissionais que realizam o registro de informações</p>
		<p>Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Alterar categorias que são inapropriadas para nomear os motivos dos encaminhamentos de crianças e jovens</p>
		<p>Comunicar descobertas profissionais em relação a intervenção com crianças e jovens que vivem em u.a</p>	<p>Informar aos demais profissionais as categorias utilizadas para nomear os motivos dos encaminhamentos</p>

A Tabela 3.9 apresenta classes de comportamentos profissionais importantes para o desempenho dos agentes da instituição de abrigo derivadas a partir dos resultados obtidos na caracterização dos processos de gestão pelos que cuidam da instituição. A primeira das colunas apresenta a situação que o agente deve lidar, sendo ela: as categorias utilizadas para nomear os motivos dos encaminhamentos não definem com precisão a realidade dos mesmos. Na segunda, está identificado o agente responsável por apresentar as classes de comportamentos, o planejador ou o administrador.

Na terceira, as classes apresentadas revelam classes de comportamentos gerais envolvidas em processos de intervenção profissional delimitadas por Botomé e colaboradores (2003): *Caracterizar necessidades de intervenção relacionadas a processos comportamentais; Planejar a intervenção sobre processos comportamentais; Desenvolver programas de intervenção relacionados a processos comportamentais; Avaliar decorrências das intervenções sobre processos comportamentais; Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre processos comportamentais; Comunicar as descobertas feitas em programas de intervenção relacionados a processos comportamentais.*

A quarta coluna da Tabela 3.9 mostra classes de comportamentos que o agente da unidade de abrigo deve realizar como parte de seu papel na instituição. Em relação à classe *'caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* encontram-se as seguintes ações a serem apresentadas pelo gestor da unidade de abrigo: *'identificar categorias apropriadas para nomear os encaminhamentos realizados'; 'caracterizar categorias apropriadas para nomear os encaminhamentos realizados'; 'definir os tipos e os graus de abrangência dos encaminhamentos realizados'; 'organizar as categorias em tipos e graus de abrangência em relação aos encaminhamentos realizados'; 'identificar os tipos e os graus de abrangência dos encaminhamentos realizados'; 'caracterizar os tipos e os graus de abrangência dos encaminhamentos realizados'; 'indicar categorias apropriadas para nomear os tipos de encaminhamentos existentes para crianças e jovens'; 'requisitar das autoridades competentes as possibilidades de nomeação de encaminhamento para as crianças e jovens'.*

A segunda classe de intervenção profissional *'planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* integra a classe *'programar com autoridades*

competentes possibilidades de nomeação de encaminhamentos para crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'. A terceira classe de intervenção profissional é *'desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'*. Compete ao agente da unidade de abrigo 'promover seminários, debates e oficinas com profissionais que possam auxiliar na nomeação das categorias utilizadas para realização de encaminhamentos'.

A quarta classe é *'avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigos'* e as classes que a serem apresentadas pelo gestor são: 'avaliar que tipos de categorias são apropriadas para nomear os encaminhamentos realizados'; 'avaliar os tipos e os graus de abrangência dos encaminhamentos realizados'; 'conferir os motivos dos encaminhamentos que são destinados às crianças e jovens'; 'conferir a adequação das categorias utilizadas pelos profissionais que realizam o registro de informações'.

A quinta classe conhecida como *'aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* envolve a ação 'alterar categorias que são inapropriadas para nomear os motivos dos encaminhamentos de crianças e jovens'. A sexta e última classe apresentada deve *'comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'*. Compete assim, ser apresentado pelo agente da unidade de abrigo: 'informar aos demais profissionais as categorias utilizadas para nomear os motivos dos encaminhamentos'.

Tabela 3.10: Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo

Considerando que	Cabe ao agente da instituição	Realizar as seguintes classes de comportamentos como parte de seu papel na instituição	
<p>Há falhas nas trocas de informações entre a Unidade de Abrigo e o Conselho Tutelar</p>	<p><i>Planejador ou Administrador</i></p>	<p>Caracterizar intervenções relacionadas a gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Identificar os profissionais responsáveis pela troca de informações entre as instituições            Indicar os profissionais responsáveis pela troca de informações entre a unidade de abrigo e conselho tutelar            Definir dias, horários e meios disponíveis para realizarem a troca de informações entre instituições            Solicitar informações para profissionais de outras instituições que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo            Identificar a forma mais apropriada de realizar a troca de informação entre os profissionais            Organizar reuniões periódicas como meio de realizar a troca de informações entre profissionais das instituições            Integrar informações trazidas de ambas as instituições            Integrar atividades desempenhadas pelos profissionais que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>
		<p>Planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Programar reuniões periodicamente com profissionais do Conselho Tutelar</p>
		<p>Desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Promover maior troca de informações entre os profissionais das instituições sobre as crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>
		<p>Avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Avaliar o tipo de informação que deve ser oferecida aos profissionais de outras instituições</p>
		<p>Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Corrigir informações que causam dúvidas ou questionamentos nos profissionais da unidade de abrigo</p>
		<p>Comunicar descobertas profissionais em relação a intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Informar as autoridades competentes os tipos de falhas que ocorrem em relação aos processos de comunicação entre profissionais do abrigo e Conselho Tutelar</p>

A Tabela 3.10 apresenta a derivação de classes de comportamentos profissionais importantes para o desempenho dos agentes da instituição de abrigo derivadas a partir dos resultados obtidos na caracterização dos processos de gestão pelos que cuidam da instituição. A primeira delas apresenta a situação que o agente deve lidar, sendo ela: ‘há falhas nas trocas de informações entre a Unidade de Abrigo e o Conselho Tutelar’. Na segunda, está identificado o agente responsável por apresentar as classes de comportamentos, o planejador ou o administrador.

Na terceira, as classes apresentadas revelam classes de comportamentos gerais envolvidas em processos de intervenção profissional delimitadas por Botomé e colaboradores (2003): *Caracterizar necessidades de intervenção relacionadas a processos comportamentais; Planejar a intervenção sobre processos comportamentais; Desenvolver programas de intervenção relacionados a processos comportamentais; Avaliar decorrências das intervenções sobre processos comportamentais; Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre processos comportamentais; Comunicar as descobertas feitas em programas de intervenção relacionados a processos comportamentais.*

A quarta coluna da Tabela 3.10 mostra classes de comportamentos que o agente da unidade de abrigo deve realizar como parte de seu papel na instituição. Em relação à classe ‘*caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’ encontram-se as seguintes ações a serem apresentadas pelo gestor da unidade de abrigo: ‘identificar os profissionais responsáveis pela troca de informações entre as instituições’; ‘indicar os profissionais responsáveis pela troca de informações entre a unidade de abrigo e conselho tutelar’; ‘definir dias, horários e meios disponíveis para realizarem a troca de informações entre instituições’; ‘solicitar informações para profissionais de outras instituições que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo’; ‘identificar a forma mais apropriada de realizar a troca de informação entre os profissionais’; ‘organizar reuniões periódicas como meio de realizar a troca de informações entre profissionais das instituições’; ‘integrar informações trazidas de ambas as instituições’; ‘integrar atividades desempenhadas pelos profissionais que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo’.

A segunda classe de intervenção profissional ‘*planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’ integra a classe ‘programar reuniões

periodicamente com profissionais do Conselho Tutelar'. A terceira classe de intervenção profissional é '*desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*'. Compete ao agente da unidade de abrigo 'promover maior troca de informações entre os profissionais das instituições sobre as crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'.

A quarta classe é '*avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigos*' e as classes que a serem apresentadas pelo gestor são: 'avaliar o tipo de informação que deve ser oferecida aos profissionais de outras instituições'. A quinta classe conhecida como '*aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*' envolve a ação 'corrigir informações que causam dúvidas ou questionamentos nos profissionais da unidade de abrigo'. A sexta e última classe apresentada deve '*comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*' compete assim, ser apresentado pelo agente da unidade de abrigo: 'informar as autoridades competentes os tipos de falhas que ocorrem em relação aos processos de comunicação entre profissionais do abrigo e Conselho Tutelar'.

## **8 As características das instituições indicam alta probabilidade de necessidades e problemas: os procedimentos de atendimento institucional são inadequados e insuficientes para administrar as condições de vida de crianças e jovens que ali vivem**

A falta do registro da idade das crianças e adolescentes evidenciado na investigação de Sartorelli (2004) revelou falhas e ineficácia dos procedimentos de registro das informações que os documentos deveriam garantir. O artigo 94 do Estatuto da Criança e Adolescente (1990) diz que as entidades de abrigo devem providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não tiverem. As entidades devem também manter um arquivo de anotações onde constem datas e circunstâncias de atendimento, nome da criança, dos pais ou responsáveis, parentes, sexo, idade e outros que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento. Um segundo aspecto a ser considerado em relação aos motivos dos encaminhamentos é que as categorias utilizadas para nomear esse fenômeno (motivos dos encaminhamentos na Tabela 3.9) não definem com precisão a realidade

dos mesmos. Essas categorias não definem os tipos e nem o grau de abrangência dos maus tratos, do tipo de ordem judicial entre outras. Além disso, quando é necessário identificar e avaliar o motivo do encaminhamento de uma criança que chega ao abrigo, por exemplo, com o motivo “abandono família”, não é possível saber se o abandono ocorreu em função das condições de saúde dos responsáveis, se ocorreu em função de maus-tratos ou outro. Provavelmente, as crianças chegam à unidade de abrigo por mais de um motivo.

Da mesma maneira que há falhas nos procedimentos de registros dos encaminhamentos é possível notar falhas na troca de informações nesse aspecto entre a unidade de abrigo e o conselho tutelar. Quando as crianças são retiradas do abrigo pelo conselho tutelar, os profissionais da unidade de abrigo não são capazes de identificar com precisão o destino do encaminhamento que foi realizado, pois somente há o registro dessa forma, “*retiradas pelo conselho tutelar*”. O conselho tutelar é a instância que realiza a maior quantidade de encaminhamentos de crianças para a unidade de abrigo em relação à outra instância (juizado da infância e juventude). Dessa forma, fica evidente que os responsáveis pelas instituições de proteção estão realizando um trabalho incompleto, fragmentado. Não há um acompanhamento total de cada caso, apesar de ser uma obrigação das entidades de abrigo manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos (ECA, 1990 art.94). O que acontece com essas crianças quando são retiradas do abrigo pelo conselho tutelar? O conselho tutelar é uma instância que tem competências decisivas no atendimento de crianças e jovens que necessitam da intervenção da sociedade para ter assegurado seus direitos.

Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (1990) o conselho tutelar é a principal entidade responsável pela proteção de crianças e adolescentes privados da convivência familiar. Praticamente os profissionais das demais entidades não estabelecem um tipo de relação com os colaboradores da unidade de abrigo que pudesse auxiliar em relação a alguns cuidados com as crianças. Esses profissionais poderiam, por exemplo, oferecer informações importantes que fogem do alcance das pessoas que trabalham diretamente com as crianças na instituição. No entanto, há poucas situações que promovem a troca entre essas pessoas. As classes comportamentais derivadas oferecem uma proposta inicial para um trabalho que necessita ser adequadamente realizado. Sua realização adequada depende do grau de controle exercido pelas situações-problemas identificadas e caracterizadas no



estudo de Sartorelli (2004). A execução dessas classes comportamentais descobertas aumentará as possibilidades de sucesso de administração da unidade de abrigo.

## **9 Há adversidades nas condições de trabalho dos colaboradores da unidade de abrigo**

A Tabela 3.11 apresenta classes de comportamentos profissionais importantes para o desempenho dos agentes da instituição de abrigo derivadas a partir dos resultados obtidos na caracterização dos processos de gestão pelos que cuidam da instituição. A primeira delas apresenta a situação com que o agente deve lidar, sendo ela: ‘há diferentes graus de conhecimento dos colaboradores em relação às funções que devem desempenhar na unidade de abrigo’. Na segunda, está identificado o agente responsável por apresentar as classes de comportamentos, o planejador ou o administrador. Na terceira, as classes apresentadas revelam classes de comportamentos gerais envolvidas em processos de intervenção profissional delimitadas por Botomé e colaboradores (2003): *Caracterizar necessidades de intervenção relacionadas a processos comportamentais; Planejar a intervenção sobre processos comportamentais; Desenvolver programas de intervenção relacionados a processos comportamentais; Avaliar decorrências das intervenções sobre processos comportamentais; Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre processos comportamentais; Comunicar as descobertas feitas em programas de intervenção relacionados a processos comportamentais.*

Na quarta coluna da Tabela 3.11 são mostradas as classes de comportamentos que o agente da unidade de abrigo deve realizar como parte de seu papel na instituição. Em relação à classe *‘caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo’* encontram-se as seguintes ações a serem apresentadas pelo gestor da unidade de abrigo: ‘identificar as diferentes funções que devem ser desempenhadas pelos colaboradores da unidade e de abrigo’; ‘caracterizar as diferentes funções que devem ser desempenhadas pelos colaboradores da unidade e de abrigo’; ‘delimitar a abrangência de diferentes funções existentes na unidade de abrigo’; ‘identificar se o repertório do colaborador é compatível com a função que deve desempenhar’; ‘identificar se o repertório do colaborador é compatível com a função que deve desempenhar’; ‘caracterizar o repertório que o colaborador necessita para desempenhar sua função’; ‘identificar profissionais que possam

auxiliar a desenvolver repertórios profissionais nos colaboradores da unidade de abrigo'; 'selecionar profissionais que possam auxiliar seus colaboradores a desempenharem melhor suas funções'. A segunda classe de intervenção profissional *'planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* integra a classe 'programar condições para aperfeiçoar repertório dos colaboradores'. A terceira classe de intervenção profissional é *'desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* e as ações correspondentes são 'promover alto grau de conhecimento dos colaboradores em relação às suas funções'; 'garantir a execução das diferentes funções exercidas pelos colaboradores'.

A quarta classe é *'avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigos'* e as classes que a serem apresentadas pelo gestor são: 'avaliar a adequação das diferentes funções que devem ser desempenhadas pelos colaboradores da unidade e de abrigo'; 'avaliar o nível de compreensão do colaborador em relação às atividades que deve desempenhar na unidade de abrigo'; 'avaliar se o repertório do colaborador é compatível com a função que deve desempenhar'. A quinta classe conhecida como *'aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* envolve a ação, 'alterar atividades não compatíveis com as sua função na unidade de abrigo'; corrigir procedimentos de trabalho incompatíveis com o que deve ser realizado em cada função ou atividade'. A sexta e última classe apresentada deve *'comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* compete assim, ser apresentado pelo agente da unidade de abrigo: 'informar o colaborador sobre suas atribuições na instituição'.

Tabela 3.11: Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo

Considerando que	Cabe ao agente da instituição	Realizar as seguintes classes de comportamentos como parte de seu papel na instituição	
<p>Há diferentes graus de conhecimento dos colaboradores em relação às funções que devem desempenhar na unidade de abrigo</p>	<p><i>Planejador ou Administrador</i></p>	<p>Caracterizar intervenções relacionadas a gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Identificar as diferentes funções que devem ser desempenhadas pelos colaboradores da unidade de abrigo            Caracterizar as diferentes funções que devem ser desempenhadas pelos colaboradores da unidade e de abrigo            Delimitar a abrangência de diferentes funções existentes na unidade de abrigo            Identificar se o repertório do colaborador é compatível com a função que deve desempenhar            Caracterizar o repertório que o colaborador necessita para desempenhar sua função            Identificar profissionais que possam auxiliar a desenvolver repertórios profissionais nos colaboradores da unidade de abrigo            Selecionar profissionais que possam auxiliar seus colaboradores a desempenharem melhor suas funções</p>
		<p>Planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Programar condições para aperfeiçoar repertório dos colaboradores</p>
		<p>Desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Promover alto grau de conhecimento dos colaboradores em relação as suas funções            Garantir a execução das diferentes funções exercidas pelos colaboradores</p>
		<p>Avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Avaliar a adequação das diferentes funções que devem ser desempenhadas pelos colaboradores da unidade e de abrigo            Avaliar o nível de compreensão do colaborador em relação às atividades que deve desempenhar na unidade de abrigo            Avaliar se o repertório do colaborador é compatível com a função que deve desempenhar</p>
		<p>Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Alterar atividades não compatíveis com as sua função na unidade de abrigo            Corrigir procedimentos de trabalho incompatíveis com o que deve ser realizado em cada função ou atividade</p>
		<p>Comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Informar o colaborador sobre suas atribuições na instituição</p>

Tabela 3.12: Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo

Considerando que	Cabe ao agente da instituição	Realizar as seguintes classes de comportamentos como parte de seu papel na instituição	
<p>Há predominância da indicação médica em relação às demais profissões habilitadas a cuidarem das questões de saúde da população abrigada</p>	<p><i>Planejador ou Administrador</i></p>	<p>Caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Identificar os tipos de profissionais que podem auxiliar a cuidar das condições de saúde da população abrigada Solicitar outros profissionais para cuidarem das questões da saúde da população abrigada Integrar atendimentos de profissionais da saúde que cuidam das crianças abrigadas</p>
		<p>Planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Planejar atendimentos com profissionais da saúde para as crianças abrigadas Projetar encontros entre os profissionais responsáveis pela saúde das crianças abrigadas</p>
		<p>Desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Programar reuniões periódicas para trocar informações sobre estado de saúde das crianças e jovens abrigados Criar diferentes formas de atendimento para as crianças e adolescentes em função de suas necessidades de saúde</p>
		<p>Avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Avaliar a disponibilidade dos profissionais que podem auxiliar a cuidar das condições de saúde da população abrigada Verificar necessidades de outros profissionais para cuidarem da saúde das crianças abrigadas</p>
		<p>Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Alterar procedimentos de atendimentos à saúde de crianças e jovens abrigados</p>
		<p>Comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</p>	<p>Informar estado de saúde das crianças e jovens abrigados às instituições responsáveis e aos familiares</p>

A Tabela 3.12 apresenta a classes de comportamentos profissionais importantes para o desempenho dos agentes da instituição de abrigo derivadas a partir dos resultados obtidos na caracterização dos processos de gestão pelos que cuidam da instituição.

A primeira delas apresenta a situação que o agente deve lidar, sendo ela: 'há predominância da indicação médica em relação às demais profissões habilitadas a cuidarem das questões de saúde da população abrigada'. Na segunda, está identificado o agente responsável por apresentar as classes de comportamentos, o planejador ou o

administrador. Na terceira, as classes apresentadas revelam classes de comportamentos gerais envolvidas em processos de intervenção profissional delimitadas por Botomé e colaboradores (2003): *Caracterizar necessidades de intervenção relacionadas a processos comportamentais; Planejar a intervenção sobre processos comportamentais; Desenvolver programas de intervenção relacionados a processos comportamentais; Avaliar decorrências das intervenções sobre processos comportamentais; Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre processos comportamentais; Comunicar as descobertas feitas em programas de intervenção relacionados a processos comportamentais.*

Na quarta coluna da Tabela 3.12 são mostradas as classes de comportamentos que o agente da unidade de abrigo deve realizar como parte de seu papel na instituição. Em relação à classe *'caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* encontram-se as seguintes ações a serem apresentadas pelo gestor da unidade de abrigo: *'identificar os tipos de profissionais que podem auxiliar a cuidar das condições de saúde da população abrigada'; 'solicitar outros profissionais para cuidarem das questões da saúde da população abrigada'; 'integrar atendimentos de profissionais da saúde que cuidam das crianças abrigadas'*. A segunda classe de intervenção profissional *'planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* integra a classe *'planejar atendimentos com profissionais da saúde para as crianças abrigadas'; 'projetar encontros entre os profissionais responsáveis pela saúde das crianças abrigadas'*. A terceira classe de intervenção profissional é *'desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* e as ações correspondentes são *'programar reuniões periódicas para trocar informações sobre estado de saúde das crianças e jovens abrigados'; 'criar diferentes formas de atendimento para as crianças e adolescentes em função de suas necessidades de saúde'*.

A quarta classe é *'avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigos'* e as classes que a serem apresentadas pelo gestor são: *'avaliar a disponibilidade dos profissionais que podem auxiliar a cuidar das condições de saúde da população abrigada'; 'verificar necessidades de outros profissionais para cuidarem da saúde das crianças abrigadas'*. A quinta classe conhecida como *'aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades*

*de abrigo* envolve a ação, ‘alterar procedimentos de atendimentos à saúde de crianças e jovens abrigados’. A sexta e última classe apresentada deve *‘comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo’ compete assim, ser apresentado pelo agente da unidade de abrigo: ‘informar estado de saúde das crianças e jovens abrigados às instituições responsáveis e aos familiares’.*

Tabela 3.13: Classes de comportamentos importantes para o desempenho profissional de planejadores ou administradores que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo

Considerando que	Cabe ao agente da instituição	Realizar as seguintes classes de comportamentos como parte de seu papel na instituição	
As condições de trabalho são desiguais entre os colaboradores da unidade de abrigo	<i>Planejador ou Administrador</i>	Caracterizar intervenções relacionadas a gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Identificar as condições de trabalho dos colaboradores da unidade de abrigo Caracterizar as condições de trabalho dos colaboradores da unidade de abrigo
		Planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Projetar condições de trabalho similares entre os colaboradores da unidade de abrigo
		Desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Igualar as condições de trabalho entre os colaboradores da unidade de abrigo Promover condições de trabalho satisfatórias aos colaboradores da unidade de abrigo
		Avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Avaliar que condições de trabalho seriam necessárias para os colaboradores da unidade de abrigo
		Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Alterar condições de trabalho desiguais e insatisfatórias entre os colaboradores da unidade de abrigo Corrigir condições de trabalho que não estejam apropriadamente delimitadas
		Comunicar descobertas profissionais em relação a intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	Informar aos colaboradores sobre condições e exigências das condições de trabalho

A Tabela 3.13 apresenta classes de comportamentos profissionais importantes para o desempenho dos agentes da instituição de abrigo derivadas a partir dos resultados obtidos na caracterização dos processos de gestão pelos que cuidam da instituição. A primeira delas apresenta a situação com que o agente deve lidar, sendo ela: ‘as condições de trabalho são desiguais entre os colaboradores da unidade de abrigo’. Na segunda, está identificado o agente responsável por apresentar as classes de comportamentos, o planejador ou o administrador. Na terceira, as classes apresentadas revelam classes de comportamentos gerais envolvidas em processos de intervenção profissional delimitadas por Botomé e colaboradores (2003): *Caracterizar necessidades de intervenção relacionadas a processos comportamentais; Planejar a intervenção sobre processos comportamentais; Desenvolver programas de intervenção relacionados a processos comportamentais; Avaliar decorrências das intervenções sobre processos comportamentais; Aperfeiçoar projetos de intervenção sobre processos comportamentais; Comunicar as descobertas feitas em programas de intervenção relacionados a processos comportamentais.*

Na quarta coluna da Tabela 3.13 são mostradas as classes de comportamentos que o agente da unidade de abrigo deve realizar como parte de seu papel na instituição. Em relação à classe ‘*caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’ encontram-se as seguintes ações a serem apresentadas pelo gestor da unidade de abrigo: ‘identificar as condições de trabalho dos colaboradores da unidade de abrigo’; ‘caracterizar as condições de trabalho dos colaboradores da unidade de abrigo’. A segunda classe de intervenção profissional ‘*planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’ integra a classe ‘projetar condições de trabalho similares entre os colaboradores da unidade de abrigo’. A terceira classe de intervenção profissional é ‘*desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo*’ e as ações correspondentes são ‘igualar as condições de trabalho entre os colaboradores da unidade de abrigo’; ‘promover condições de trabalho satisfatórias aos colaboradores da unidade de abrigo’.

A quarta classe é ‘*avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigos*’ e as classes que a serem apresentadas pelo gestor são: ‘avaliar que condições de trabalho seriam necessárias para os colaboradores da

unidade de abrigo'. A quinta classe conhecida como *'aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* envolve a ação, 'alterar condições de trabalho desiguais e insatisfatórias entre colaboradores da unidade de abrigo'; 'corrigir condições de trabalho que não estejam apropriadamente delimitadas. A sexta e última classe apresentada deve *'comunicar descobertas profissionais em relação à intervenção com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo'* compete assim, ser apresentado pelo agente da unidade de abrigo: 'informar aos colaboradores sobre condições e exigências das condições de trabalho'.

## **10 As características das condições de vida de crianças e jovens são afetadas em várias dimensões pelos processos administrativos dos que cuidam da unidade de abrigo**

Os agentes da unidade de abrigo investigados no estudo de Sartorelli (2004) possuem diferentes graus de conhecimentos em relação a suas funções. Não foi identificado relato de realização de nenhum treinamento para desempenharem suas atividades. Além disso, parece não haver a delimitação de quais ações deveriam ser praticadas pelos colaboradores para que ocorra um atendimento adequado e melhora nas condições de vida da população abrigada. Será que este fato não gera insegurança a esses agentes? O que os administradores precisam ser capazes de fazer para resolver então, imprevistos e atender as necessidades da população que é atendida por meio dos serviços prestados? Fica evidente a necessidade de administrar as contingências existentes para que as pessoas envolvidas com o trabalho nessas instituições possam analisar e intervir em uma realidade complexa, tal como é a realidade das unidades de abrigo.

Ao considerar a realidade dessas instituições, encontramos crianças e jovens que possuem um modo de vida diferenciado do padrão estabelecido socialmente. O trabalho de agente de unidade de abrigo assim como ocorre com as demais profissões e seus campos de atuação profissional está sofrendo transformações que exigem maior profissionalização. Com todas essas variáveis envolvidas, fica, portanto, mais uma vez, evidenciada a necessidade de uma atuação que desenvolva novos comportamentos mediados por distintas necessidades, podendo ser facilitados ou dificultados em função das condições (físicas, materiais, instrumentais, organizacionais) existentes.



## **11 Para lidar com as condições de vida das crianças e jovens abrigados é preciso criar, instalar e desenvolver um sistema de atuação de profissionais e familiares**

A descoberta e especificação das classes gerais é o passo inicial para a descoberta das classes específicas de comportamentos que caracterizam a atuação dos profissionais que trabalham em unidades de abrigo. O exame realizado, ou seja, o procedimento executado possibilitou a derivação de 167 classes comportamentais que se executadas pelos agentes constitui uma possibilidade de avanço na maneira de conceber o planejamento e a administração das atividades de planejadores ou administradores de unidades de abrigo. Mesmo assim, é possível detalhar ainda mais estas classes chegando à formação, por exemplo, de cadeias comportamentais, conjuntos de comportamentos que se inter-relacionam e que podem ocorrer em diferentes âmbitos de atuação profissional.

Formar uma cadeia comportamental concebida como um conjunto de comportamentos que se inter-relacionam e que podem ocorrer em diferentes âmbitos caracteriza um avanço na maneira tradicional de atuar como agente de unidade de abrigo, pois amplia as possibilidades de intervenção na medida em que sinaliza possibilidades de intervenções preventivas, por exemplo. Rebelatto e Botomé (1999) apresentam um conceito de prevenção como algo que é feito antes que um problema de saúde aconteça (mesmo que em graus mínimos e imperceptíveis, o que envolve procedimentos de avaliação de risco ou tendência) e para impedi-lo de acontecer. Os autores indicam como característica o fato do profissional atuar antes que o problema no qual é necessário intervir ocorra além de atuar para impedir sua ocorrência mesmo em graus mínimos.

A intervenção dos agentes institucionais está focada em um meio em que já existem e estão instalados problemas. Essa característica do trabalho traz como decorrência uma limitada possibilidade de atuação profissional (e até uma limitada percepção em relação ao meio com o qual o profissional se depara). Ao intervir somente nas situações em que já estão instalados problemas, os agentes de abrigo estão lidando com apenas alguns valores das variáveis que determinam os processos comportamentais. A atuação profissional, nesse caso, fica restrita a atenuar sofrimento, compensar danos, reabilitar condutas e recuperar danos comportamentais (Botomé e Stédile, 2012). A formação de uma cadeia de comportamentos profissionais para agentes de unidades de

abrigo poderá incluir outros valores das variáveis que determinam processos comportamentais e como decorrência há possibilidade de uma atuação abrangente e significativa.

Os resultados de uma intervenção que apenas atenua ou compensa sofrimento, reabilita ou recupera danos existentes são bastante diferentes de uma intervenção que previne comportamentos-problemas e mantém ou promove a ocorrência de classes desejáveis e importantes para o desenvolvimento de novos comportamentos. A Tabela 3.14 proposta por Rebelatto e Botomé (1987) e ampliada por Botomé e Stédile (2012) descreve vários tipos de atuação (classes de comportamentos) profissionais que são possíveis de se realizar. Estas atuações são de vários tipos (ou âmbitos de abrangência) de atuação profissional.

Tabela 3.14: Tipos de atuação (classes de comportamentos) profissional possíveis de realizar no campo profissional da Saúde, segundo Rebelatto e Botomé (1987) e em outros campos de atuação, ampliando o conceito examinado pelos autores

Tipos ou classes de comportamentos profissionais	Caracterização dos processos comportamentais a serem apresentados por profissionais diante dos diferentes tipos de problemas com os quais se defrontam na sociedade
1. Atenuar	Atenuar sofrimento produzido por danos definitivos nas condições de saúde dos organismos, no ambiente ou nos problemas sociais
2. Compensar	Compensar danos irreversíveis nas condições de saúde dos organismos, no ambiente ou nos problemas sociais existentes
3. Reabilitar	Reabilitar (limitar, reduzir) danos produzidos nas condições de saúde (organismos lesados) ou nas condições sociais ou ambientais existentes
4. Recuperar	Recuperar (eliminar) danos produzidos na qualidade das condições de saúde dos organismos ou do ambiente em que vivem
<b>5. PREVENIR</b>	<b>Impedir a ocorrência de danos nas características das condições de saúde dos organismos, na sociedade ou no ambiente em que vivem tais organismos</b>
6. Manter	Manter características adequadas nas condições de saúde dos organismos, do ambiente ou da sociedade em que eles vivem
7. Promover	Promover melhores condições de saúde existentes nos organismos ou melhores condições no ambiente, físico ou social, em que vivem

Fonte: Botomé e Stédile (2012)

As classes apresentadas pelos autores apresentam tipos de atuação profissional na área da saúde de diferentes abrangências. Essas classes delimitam com precisão e possibilitam atuação em qualquer campo profissional na sociedade, como se enquadra, por exemplo, a situação de agentes de unidades de abrigo. Os agentes das unidades de abrigo precisam executar classes comportamentais compatíveis com a descrição das classes apresentadas por Botomé e Stédile (2012). Assim, suas atuações poderão estar não somente dirigidas a indivíduos (o que usualmente caracteriza a atuação profissional no campo da saúde: profissionais que atendem necessidades individuais relacionadas com problemas de saúde já instalados), mas também dirigidas à grupos, comunidades, atingindo outros âmbitos de atuação. As situações com as quais os agentes precisam estar aptos a lidar são situações que caracterizam classes de problemas já existentes e instalados (Sartorelli, 2004) e que precisam, portanto, serem solucionados com urgência para

uma adequada administração das contingências que operam na instituição.

Botomé e Stédile (2012) enfatizam ainda que atuar profissionalmente em níveis que ultrapassem classes de problemas já instalados exige uma preparação em conhecimento e tecnologia muito elaborada e específica, envolvendo várias áreas de conhecimento e, geralmente, mais de um campo de atuação profissional. “Exige, por exemplo, um conhecimento profundo sobre os fatores determinantes das condições de um organismo ou de qualquer outro processo, sobre como essas variáveis estão relacionadas entre si e influenciam-se mutuamente, a respeito de que tecnologia está disponível para lidar com cada tipo de variável envolvida e sobre que campos de atuação profissional precisam ser incluídos no trabalho sobre a complexa rede de relações entre as variáveis envolvidas”. (Botomé e Stédile, 2012, p.16)

## **12 As seis classes gerais constituintes do perfil profissional permitem um ponto de partida para organizar o processo de gestão das condições de vida das crianças que vivem em instituições**

É possível notar que as classes gerais de comportamentos descobertas por Botomé e col. (2003) fazem parte de qualquer processo de intervenção profissional. Essas classes de comportamentos englobam mais de um nível de atuação profissional e necessitam de um tipo imediato de identificação e execução por parte do planejador ou administrador da unidade de abrigo. Também é possível observar que o planejador ou administrador poderia ter facilitado seu trabalho no caso dessas classes serem utilizadas como um referencial, ou ponto de partida, para sua atuação profissional. Para cada classe de comportamento identificada, o agente responsável deverá ser capaz de executar determinadas classes de ações que indicam a necessidade de atuações específicas em relação às suas atribuições que devem gerar os resultados que interessam para a população abrigada.

Algumas dessas classes são mais diretamente de responsabilidade do planejador ou administrador, embora dependam também de serem executadas por profissionais com um grau de aperfeiçoamento mais sofisticado de compreensão do fenômeno, como por exemplo, as observadas na Tabela 3.1 “acompanhar o desenvolvimento da criança após ter sido identificado os maus tratos sofridos na família de origem” ou “diferenciar o tipo de atendimento que deve ser oferecido à criança

na unidade de abrigo em função do tipo de maus tratos sofrido na família de origem”.

Utilizar as classes gerais de comportamentos como possibilidade de intervenção traz como consequência o exame das possibilidades de percepção, compreensão e atuação de um profissional em relação ao seu campo de atuação. Existem diferentes maneiras de perceber, compreender e atuar frente às situações da realidade com as quais um profissional se depara em seu contexto de exercício profissional. Para que seja possível a investigação científica sobre um campo de atuação é necessário estabelecer uma distinção entre esses níveis de percepção, compreensão e atuação de um profissional.

Botomé e Kubo (2002) fazem esse exame, utilizando a proposição que Carlos Matus (1997) realiza sobre os limites de compreensão de um dirigente. Segundo os autores, existem cinco níveis de percepção, compreensão e possibilidades de atuação de um profissional. O primeiro desses níveis é caracterizado por uma orientação para rotinas, regras e normas do sistema em que esse profissional está inserido. A tendência do profissional que atua neste nível é fazer o que lhe é familiar e costumeiro, sem haver projeção ou elaboração em relação ao futuro. O profissional fica estagnado orientando suas ações por meio daquelas que já constituem seu repertório ou aquelas da profissão formalizada.

No segundo nível de percepção, compreensão e atuação de um profissional já estão incluídos processos de trabalho que utilizam informações e técnicas diferentes, adotadas simplesmente por justaposição àquelas já conhecidas. Nesse nível de compreensão, os novos processos adotados pelo profissional não entram em conflito com os existentes, ou seja, há inovação e mudanças, desde que não exista ameaça e insegurança em relação ao conhecido e ao familiar.

De acordo com os exames de Matus (1997, citado por de Botomé e Kubo 2002), e Botomé e Kubo (2002) é possível destacar que no terceiro nível começam a ser incluídas na percepção e compreensão do profissional as demandas e solicitações da população com a qual ele trabalha. As ações profissionais são justificadas simplesmente por haver essa demanda ou solicitação, e não por representarem a gênese de um processo de elaboração de uma atuação. A preocupação em superar esses limites e realizar uma atuação em que há distinção entre o que é problema e o que realmente precisa ser resolvido começa a ser delineada no quarto nível de atuação profissional.

Quando é examinado e caracterizado o que constitui o problema a ser resolvido, é possível projetar uma ação que o resolva de forma eficaz. No quarto nível de percepção, compreensão e atuação de um profissional, a ação passa a ser orientada pela natureza e pelas propriedades do problema, o que exige capacitação para caracterizar e elaborar soluções adequadas. Para que haja atuação e compreensão nesse nível, é necessário que novas atuações sejam realizadas e aprendidas, uma vez que não basta mais a prática de rotinas e regras pré-existentes e conhecidas. Trabalhar nesse nível exige dos profissionais capacidades mais complexas.

No caso de um administrador ou planejador de unidade de abrigo, exige que ele examine variáveis constituintes e determinantes das situações que necessitam de intervenção relacionadas às crianças e jovens, aos agentes que ali trabalham, as instituições associadas à unidade de abrigo, à população atingida por seu trabalho, a decorrências sociais, dentre outras, sendo capaz de diferenciar o que é “aparência” daquilo que realmente necessita intervenção. Para que um profissional seja capaz de atuar nesse nível há a exigência de que ele aprenda novos e diferenciados comportamentos. O procedimento de derivação utilizado para identificar classes comportamentais importantes para agentes de unidade de abrigo oferece um início para a efetivação desse processo, identificando “nomes” para as classes comportamentais que podem auxiliar no desempenho das atividades que constituem seu compromisso com a instituição.

O quinto e último nível de percepção, compreensão e atuação profissional proposto por Carlos Matus (1997, citado por Botomé e Kubo 2002), é impulsionado pela proposição de objetivos relevantes para a sociedade, incluindo a descoberta ou criação do que precisa ou pode ser feito. Nesse nível, a ação profissional é orientada para possibilidades de atuação (para o campo de atuação), para aperfeiçoamento e para superação do conhecido, do costumeiro, ou seja, ela é orientada para um futuro desejável. Além de superar as rotinas, é necessário que o profissional seja capaz de definir e propor esse futuro desejável, construindo-o pela própria atuação. As classes de comportamentos derivadas auxiliam os agentes, profissionais da unidade de abrigo, a atuar mais próximo deste nível, e o papel de mudar essa realidade precisa ser assumido pelos responsáveis destas instituições destinadas ao acolhimento de crianças e jovens.

Essas características, da maneira como são realizadas as atuações profissionais, contextualizam as práticas de procedimentos de

atendimento existentes em muitas instituições destinadas a promover o bem estar de crianças e jovens. É preciso conhecer a realidade para, a partir dela, propor soluções possíveis para que o administrador possa apresentar um nível de atuação condizente com as necessidades sociais com as quais ele se depara em seu exercício profissional. Em síntese, as classes gerais de comportamentos profissionais que caracterizam a atuação profissional criam possibilidade para uma melhor localização do trabalho do agente (administrador ou planejador) da unidade de abrigo, constituindo também outro avanço na maneira de conceber a atuação desses profissionais.

A derivação das classes comportamentais apresentadas nas Tabelas 3.1 a 3.13 permite que os agentes da unidade de abrigo tenham ações sob controle de um problema identificado e suficientemente caracterizado, para o qual devem procurar a solução (Botomé, 1996). Caso contrário, cada agente da instituição pode fazer sua interpretação particular sobre o que considera importante realizar em relação às crianças e jovens. Botomé (1996) assinala que uma instituição não pode ser reduzida às suas condições físicas e estruturais. Essas instituições são, muito mais, uma rede de relações entre as pessoas que as constituem. Assim, fica evidente a necessidade de produzir integração em cada uma das atividades desempenhadas pelas autoridades ou profissionais que trabalham com crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo. Quais aspectos em suas ações podem ser alterados a partir dos recursos existentes? Para haver uma modificação em suas ações, é necessário modificar as relações entre as pessoas e entre essas e o meio (Botomé, 1996). As normas, rotinas, as interações entre os responsáveis não podem ser mais importantes do que as reais necessidades da população que precisa ser atendida. A obediência às normas e regulamentos não podem substituir os objetivos propostos pelas instituições.

As classes comportamentais derivadas e representadas nas Tabelas 3.1 a 3.13 baseadas na proposta de Botomé e col. (2003) indicam algumas direções pertinentes para a administração das contingências que ocorrem nas unidades de abrigo. A classe geral *“Caracterizar intervenções relacionadas à gestão das condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”* indica que o profissional terá que produzir um conhecimento que não está dado a ele. Não basta ao agente da unidade de abrigo conforme pode ser observado, por exemplo, na quarta coluna da Tabela 3.2 “registrar em documentos a quantidade de crianças nas diferentes faixas etárias” ou

“nomear profissionais para atender crianças e jovens em diferentes faixas etárias” (nesse caso ele estaria simplesmente descrevendo algo que já está dado)’. É preciso que ele investigue colete informações para então poder produzir uma situação de interesse que, por sua vez, constituirá uma condição que possibilitará que ele execute outras classes de comportamentos de maior grau de complexidade.

O verbo “caracterizar” refere uma relação que o profissional pode estabelecer com o meio, estando em conformidade com o que é entendido como comportamento. Existem verbos que referem, ao invés de uma relação, uma ação que o organismo pode emitir. Escolher um verbo que refere apenas a uma ação do organismo (classe de resposta) significaria reduzir o conceito de comportamento e também, nesse caso, o de atuação profissional. O verbo “caracterizar” traz implícita a noção de que algo ou alguma coisa ainda não é conhecida, descrita (classes de estímulos antecedentes) e que, ao realizar uma determinada ação (classe de resposta), será possível produzir um efeito que interessa ao profissional (classes de estímulos conseqüentes). O que fica evidenciado ao utilizar o verbo “caracterizar” não é apenas o desempenho do profissional que atua, mas principalmente o efeito que ele deve obter.

Em relação à classe geral *“planejar intervenções sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”* é possível notar que ao utilizar o verbo da classe geral “planejar” assim como o “caracterizar”, esse verbo também estabelece uma relação com o meio além de possibilitar que o agente da unidade de abrigo esteja apto a manipular contingências, romper relações ineficazes entre classes de respostas “problemas” e as decorrências que mantém esta resposta além de impedir que situações problemas voltem a acontecer prejudicando as condições de vida das crianças e jovens abrigados. A classe *“desenvolver projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”* oferece a possibilidade de o gestor executar intervenções conforme o projeto institucional para os quais a instituição foi criada.

Outra classe comportamental de fundamental importância é a classe *“avaliar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”*. “Avaliar” permite ao agente institucional, por exemplo, criar condições necessárias para comparar intervenções realizadas em relação a comportamentos esperados em um contexto institucional. Em seguida há a classe *“aperfeiçoar projetos de intervenção sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”*. “Aperfeiçoar”



implica entre outros aspectos a necessidade de impedir que comportamentos não desejáveis voltem a ocorrer como parte das atividades que devem ser cumpridas pelos agentes da unidade de abrigo. A última classe geral descrita é a classe *“comunicar descobertas profissionais em relação a intervenção com crianças e jovens que vivem em abrigos”*.

Essa classe comportamental oferece a possibilidade de que as atividades dos agentes que trabalham na unidade de abrigo não sejam caracterizadas apenas por recuperar, reabilitar, compensar e atenuar danos comportamentais que já existem. Ao comunicar suas descobertas profissionais, estes podem propor uma atuação profissional diferente da usual onde se torna imprescindível a avaliação do próprio contexto de atuação do agente institucional. Enquanto o trabalho profissional de agentes de unidades de abrigo for identificado com um trabalho de “apagar incêndios”, em que o profissional atua para minimizar estragos que já estão feitos, sua atuação acaba sendo limitada e talvez até ineficaz.

Conceber uma nova forma de atuar implica conceber também uma atuação profissional mais abrangente orientada por um trabalho que extrapole a atuação “tradicional”. Sendo assim, as classes gerais descritas por Botomé e col. (2003) permitem um ponto de partida para organizar o processo de administrar condições de vida das crianças que vivem em unidades de abrigo. A partir dessas classes os agentes podem delimitar melhor seus procedimentos de trabalho por meio, por exemplo, de contingências melhor planejadas e de maior visibilidade sobre as variáveis que constituem o universo de funcionamento de uma instituição destinada ao atendimento de crianças e jovens.



**D****ANÁLISE COMPORTAMENTAL DE CLASSES DERIVADAS A PARTIR DE PROBLEMAS E NECESSIDADES DE CRIANÇAS E JOVENS QUE VIVEM EM UNIDADES DE ABRIGO COMO POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO EXIGIDA NO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES PROFISSIONAIS DE SEUS AGENTES**

Neste capítulo serão apresentadas algumas classes de comportamentos selecionadas e que caracterizam processos de interação entre aspectos sociais e físicos da instituição para oferecer maior visibilidade e aumentar a possibilidade de resolução das situações problemas enfrentadas pelos agentes institucionais. “Caracterizar” a partir da noção de comportamento como um sistema de interação com o meio significa incluir as variáveis específicas que estão determinando sua ocorrência em cada situação delimitada. A implantação de um sistema de atendimento a usuários dos serviços de saúde do município de São Paulo (Botomé, 1981) é um exemplo de iniciativa de programação de uma análise comportamental de natureza sistêmica. É possível perceber o quanto ainda é restrito em quantidade e amplitude este tipo de aplicação do conhecimento considerando a dimensão das necessidades das organizações que atendem crianças e jovens que ficaram desprovidos de um lar familiar.

Realizar a análise comportamental de algumas classes de comportamentos derivadas a partir das insuficiências e precariedades no atendimento caracterizadas no estudo de Sartorelli (2004) é uma das alternativas que podem auxiliar no aumento da visibilidade sobre o que deve ser feito e sobre as decorrências deste fazer pautadas em aspectos da realidade com os quais estes agentes devem lidar. Em relação a algumas das classes de comportamentos gerais derivadas no Capítulo 3, foi possível identificar outras mais específicas bem como caracterizar as condições diante das quais cada uma das classes de comportamentos gerais deve ocorrer (situação antecedente), ação pertinente (classe de resposta) e resultados, produtos e efeitos decorrentes delas (situação conseqüente). O estudo de Sartorelli (2004) produziu conhecimento sobre variáveis que interferem no atendimento de crianças e demonstrou amostras de resultados em termos de contingências a que ficaram expostos crianças e adolescentes, familiares, educadores e

administradores que constituem as condições que caracterizam a unidade de abrigo como uma organização destinada ao atendimento de crianças e jovens.

Um dos contextos que merece maior atenção por parte dos pesquisadores e profissionais da área diz respeito ao funcionamento das organizações. As organizações podem ser entendidas como entidades que funcionam em uma complexa rede de relações comportamentais que são estruturadas para cumprir uma finalidade comum. Segundo Schvarstein (1997), instituições são corpos normativos integrados por leis, idéias, valores que determinam as formas de intercâmbio social. As instituições são mantidas e instituídas pela sociedade. Exemplos são: família, educação, as profissões, trabalho, religião entre outras.

O conceito de organização configura a materialização das instituições e é nas organizações que as instituições exercem seus efeitos sobre pessoas ou grupos. As organizações podem ser entendidas, então, como mediadoras entre as pessoas e as instituições. Ao falar sobre uma unidade de abrigo “X”, por exemplo, é possível dizer que essa unidade de abrigo é uma organização na qual estão materializadas várias instituições, tais como família, saúde, educação etc. É necessário que as organizações destinadas ao atendimento de crianças e jovens tenham seus objetivos claramente definidos a fim de promover um serviço com ações fundamentadas, tecnicamente adequadas e socialmente significativas (Botomé, 1996).

Cortegoso (2006) ressalta que implementar uma agência de atendimento que busca tanto oferecer um serviço específico quanto produzir conhecimento sobre relações envolvidas com aquilo que já existe e o que ainda necessita existir em termos de atendimento à crianças e jovens desprovidos de um lar familiar, significa, como parte do processo de administrar, traduzir definições, decisões e conhecimento disponível em parte do ambiente em que vivem e se comportam todos os que fazem parte deste sistema comportamental. Cortegoso (2006) ainda destaca a importância de tornar operantes variáveis e valores de variáveis diversos daqueles que foram identificados como responsáveis pela produção dos problemas identificados em relação ao atendimento institucional de crianças e jovens.

O que de fato deve existir como condição para o desenvolvimento de comportamentos de crianças e jovens atendidos, profissionais responsáveis, famílias das crianças atendidas, para constituir em uma alternativa de atendimento eficaz e relevante? A

análise comportamental iniciada neste capítulo pretende aumentar a visibilidade sobre os aspectos relevantes do ambiente que devem ser alterados na unidade de abrigo criada para atender necessidades sociais. Ações profissionais baseadas em um serviço suficientemente caracterizado e planejado para intervir em relação ao atendimento de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo podem ter como decorrência maior amplitude na possibilidade de mudança nas variáveis que configuram a instituição e que estão em constante processo de transformação.

Este tipo de conhecimento auxilia também a identificar possibilidades de controles necessários para gerir uma unidade de abrigo que se afaste do mero cumprimento de rituais, rotinas, necessidades internas (Kauffmann, 1977; Botomé, 1996), para ser instrumento para construção de uma realidade diversa. Dessa forma, suas ações estarão sob controle de um problema suficientemente caracterizado para o qual devem buscar soluções e não sob controle apenas das rotinas institucionalizadas. Para que seja possível analisar comportamento de acordo com a noção sistematizada por Botomé (2001), é preciso identificar as classes de estímulos antecedentes, as classes de respostas e as classes de estímulos conseqüentes. Ainda é fundamental identificar os tipos de relações existentes entre os três elementos constituintes da noção de comportamento. Esta observação implica em dizer que o comportamento é um fenômeno não diretamente observável, mas inferido a partir das relações estabelecidas entre os seus componentes.

Além disso, é um fenômeno complexo na medida em que é caracterizado como um processo composto de várias relações entre variáveis e graus de variáveis que o compõem e não estão diretamente acessíveis à observação. Outro aspecto importante a levar em consideração em uma análise comportamental é o conceito de “classe”. O conceito de “classe” designa sempre um conjunto de eventos. À medida que uma Ciência vai se desenvolvendo, novas formas e exigências vão surgindo para o estudo do comportamento. Skinner (2000) percebeu ao estudar comportamentos que não seria possível falar apenas em “estímulos” e “respostas”, mas em “classes” de estímulos e respostas, já que estímulo e resposta se referem a eventos únicos, compostos por variáveis que jamais ocorreriam com as mesmas características novamente, jamais se repetiriam. Uma “classe” engloba diversos eventos com propriedades semelhantes que no caso de estímulos e respostas, são responsáveis pela existência de determinado tipo de relação comportamental. Para Skinner (2000), as classes se

definem na relação organismo-ambiente, à medida que dependem dos efeitos que cada resposta produz. A propriedade relevante para definir se uma resposta faz parte de uma mesma classe é justamente, se ela produz o mesmo efeito no ambiente que outras respostas. Dessa maneira, classes de respostas, tais como “pressionar a barra”, nos experimentos clássicos de Skinner, só seriam consideradas constituintes da classe de resposta “pressionar a barra”, se elas produzem a mesma consequência: barra pressionada. As demais respostas que não produziam esse efeito não eram consideradas parte dessa classe. Classe de comportamento pode então ser entendida como um conjunto de comportamentos que possuem a mesma função sobre o ambiente.

Se as ações executadas pelos agentes da unidade de abrigo não fazem parte da classe “administrar” então suas ações devem ser reformuladas. Se não houver classes comportamentais compatíveis com “administrar”, o nome será inapropriado e o que talvez esteja sendo feito deve ser outra coisa diferente, mesmo que as intenções do agente sejam as de “resolver os problemas existentes”. A exigência de uma clareza muito grande sobre o que seja o fenômeno comportamento humano é, novamente, algo que precisa ser considerado e atendido para possibilitar visibilidade do que acontece, decisão do que precisa ser feito, clareza e precisão na ação a ser realizada e possibilidade de avaliar se o que foi “feito” de fato produziu o resultado em um grau suficiente para merecer o nome de “administrar condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”. (Botomé, 1996).

Talvez os conceitos de “comportamento” e de “contingências de reforçamento” tais como a Análise Experimental do Comportamento e o Behaviorismo Radical os entende, sejam mais importantes para orientar o que fazer como atuação profissional em Psicologia do que apenas recursos para ser capaz de fazer. “Know what” e “know why” precedem “know how” e isso é um problema comportamental. Como capacitar pessoas a apresentarem comportamentos que atendam a essas três perguntas e não apenas ao adestramento puro e simples para a adaptação ao que existe garantido quando o “know how” é desenvolvido sem as respostas às perguntas relativas às duas outras expressões” (Botomé, 2012 p.5). As Tabelas 4.1 a 4.5 mostram uma análise comportamental mais completa de algumas situações escolhidas a partir das classes derivadas no Capítulo 3 para exemplificar uma maneira de trabalhar da análise do comportamento a partir da noção de comportamento sintetizada por Botomé (2001). Esse conceito possibilita um tipo de trabalho em que o pesquisador pode exemplificar a partir de

acontecimentos com os quais os funcionários da organização se defrontam, que tipo de ação seria mais apropriada e útil. Quais são as implicações desta forma de proceder para a definição de papéis (funções) institucionais e que sejam de valor para o tipo de serviço (comportamentos-objetivo) que a instituição deve prestar? Que aspectos da realidade e que ações são importantes para produzir que resultados na vida e na sociedade?

### **1 Exemplos de análise comportamental de algumas classes comportamentais que poderiam se constituir em um objetivo profissional derivadas para agentes de unidades de abrigo**

Na Tabela 4.1 é possível observar uma análise comportamental de um objetivo profissional de agentes de unidades de abrigo elaborado de acordo com a noção de comportamento. Na primeira coluna estão descritos os aspectos constituintes da noção de comportamento proposta por Botomé (2001). A noção de comportamento proposta enfatiza o comportamento como um complexo sistema de relações entre classes de estímulos antecedentes, classes de respostas e classes de estímulos conseqüentes (Botomé, 2001). Na primeira linha à esquerda está descrito um aspecto ou característica da realidade com a qual o agente que trabalha na unidade de abrigo deve lidar, ou seja, um aspecto ou característica de um problema identificado ( $S^A$ ). Na primeira linha a direita estão descritos aspectos da realidade com o qual o agente deve lidar: *‘Há oscilação na quantidade de crianças e adolescentes ingressos e egressos na unidade de abrigo ao longo dos meses’*; *‘Características do público atendido em relação à oscilação na faixa etária’*; *‘Registro em documentos das características do público atendido’*; *‘Necessidades do público atendido em relação a oscilação na quantidade de crianças e jovens abrigados’*; *‘Recursos disponíveis (equipe, dinheiro, materiais, alimentação, organização física do ambiente, condições habitacionais)’*.

A segunda linha a esquerda mostra a resposta (ação) que deve ser executada em relação ao problema identificado na situação antecedente ( $S^A$ ): *‘Controlar o fluxo de crianças e adolescentes ingressos e egressos ao longo dos meses’*. Na terceira linha a esquerda está descrito mais um elemento constituinte da noção de comportamento: estímulo conseqüente, ou, conseqüências, nesse caso, imediatas, de curto prazo, de ocorrer a ação que deve estar sob controle do aspecto identificado como um problema a ser resolvido pelo agente institucional. São cinco:

1) aumento da visibilidade sobre o fluxo de ingressos e egressos; 2) organização física do ambiente para atender a essa oscilação proporcionando conforto para quantidades diferentes de ingressos e egressos; 3) necessidades básicas atendidas das crianças e adolescentes relacionadas a materiais de higiene, alimentação, materiais escolares, roupas, calçados e condições habitacionais, 4) profissionais capacitados em quantidades suficientes para o atendimento da demanda de crianças e adolescentes ingressos e egressos, 5) acessibilidade a atividades lúdicas e educativas para atender a diferentes quantidades e faixa etária de crianças e jovens abrigados, 6) controle exercido do processo de gestão institucional; 7) capacidade aumentada de intervir sobre o fenômeno da oscilação de crianças e jovens.



Tabela 4.1: Análise comportamental de um objetivo profissional de agentes de unidades de abrigo elaborado de acordo com a noção de comportamento

<b>Características dos problemas identificados (S<sup>A</sup>)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Há oscilação na quantidade de crianças e adolescentes ingressos e egressos na unidade de abrigo ao longo dos meses</li> <li>❖ Características do público atendido em relação a oscilação na faixa etária</li> <li>❖ Registro em documentos das características do público atendido</li> <li>❖ Necessidades do público atendido em relação a oscilação na quantidade de crianças e jovens abrigados</li> <li>❖ Recursos disponíveis (equipe, dinheiro, materiais, alimentação, organização física do ambiente, condições habitacionais)</li> </ul>
<b>Resposta (ação)</b>	<b>CONTROLAR O FLUXO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INGRESSOS E EGRESSOS AO LONGO DOS MESES</b>
<b>Consequências imediatas (S<sup>C</sup>)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) aumento da visibilidade sobre o fluxo de ingressos e egressos</li> <li>2) organização física do ambiente para atender a essa oscilação proporcionando conforto para quantidades diferentes de crianças e adolescentes ingressos e egressos</li> <li>3) necessidades básicas atendidas das crianças e adolescentes relacionadas a materiais de higiene, alimentação, materiais escolares, roupas, calçados e condições habitacionais</li> <li>4) profissionais capacitados em quantidades suficientes para o atendimento da demanda de crianças e adolescentes ingressos e egressos</li> <li>5) acessibilidade a atividades lúdicas e educativas para atender a diferentes quantidades e faixa etária de crianças e jovens abrigados</li> <li>6) controle exercido do processo de gestão institucional</li> <li>7) capacidade aumentada de intervir sobre o fenômeno da oscilação de crianças e jovens</li> </ol>
<b>Consequências não imediatas (S<sup>C</sup>)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) estabilização no controle do fluxo de crianças e jovens ingressos e egressos da unidade de abrigo</li> <li>2) equipe técnica multidisciplinar especializada no atendimento de diferentes quantidades de crianças e jovens institucionalizados</li> <li>3) maior grau de adaptação das crianças e jovens à instituição</li> <li>4) criação de mecanismos para manter completas, atualizadas, organizadas e integradas as informações sobre o fluxo de crianças ingressas e egressas</li> <li>5) integração de informações de diferentes instituições de abrigo do município em relação a quantidade de crianças e jovens abrigados</li> <li>6) controle sobre variáveis constituintes e determinantes das condições de vida e saúde das crianças e adolescentes abrigados</li> <li>7) aumento do grau de avaliação sobre necessidades das crianças e jovens a fim de identificar o que é comum a todos os indivíduos de uma mesma faixa etária ou o que é exclusivo de um pequeno grupo</li> <li>8) capacidade aumentada de conforto, segurança e de intervir sobre o fenômeno apropriadamente</li> <li>9) informações registradas com fidedignidade nos documentos da unidade de abrigo</li> <li>10) categorias de registro da quantidade de crianças e jovens definidas com clareza e precisão</li> <li>11) alto grau de conhecimento dos colaboradores sobre as características das crianças e jovens abrigados</li> <li>12) instalações distribuídas e organizadas em função das características registradas</li> <li>13) informações registradas de forma a facilitar o acesso e a comunicação em relação ao que é registrado entre entidades de proteção e colaboradores do abrigo</li> <li>14) condições de vida de crianças e jovens com maior probabilidade de serem controladas de forma a minimizar interferências negativas no processo de gestão</li> <li>15) decisões avaliadas com eficácia e como instrumento para intervir em relação ao problema.</li> </ol>

Ainda há a quarta linha a esquerda que descreve quinze conseqüências não imediatas, a médio e longo prazo que são: 1) estabilização no controle do fluxo de crianças e jovens ingressos e egressos da unidade de abrigo, 2) equipe técnica multidisciplinar especializada no atendimento de diferentes quantidades de crianças e jovens institucionalizados, 3) maior grau de adaptação das crianças e jovens à instituição, 4) criação de mecanismos para manter completas, atualizadas, organizadas e integradas as informações sobre o fluxo de crianças ingressas e egressas, 5) integração de informações de diferentes instituições de abrigo do município em relação a quantidade de crianças e jovens abrigados, 6) controle sobre os determinantes das condições de vida e saúde das crianças e adolescentes abrigados, 7) avaliação do grau de necessidades das crianças e jovens a fim de identificar o que é comum a todos os indivíduos de uma mesma faixa etária ou o que é exclusivo de um pequeno grupo, 8) capacidade aumentada de conforto, segurança e de intervir sobre o fenômeno apropriadamente, 9) informações registradas com fidedignidade nos documentos da unidade de abrigo, 10) categorias de registro da quantidade de crianças e jovens definidas com clareza e precisão, 11) alto grau de conhecimento dos colaboradores sobre as características das crianças abrigadas, 12) instalações distribuídas e organizadas em função das características registradas, 13) informações registradas de forma a facilitar o acesso e a comunicação em relação ao que é registrado entre entidades de proteção e colaboradores do abrigo, 14) condições de vida de crianças e jovens com maior probabilidade de serem controladas de forma a minimizar interferências negativas no processo de gestão e 15) decisões avaliadas com eficácia e como instrumento para intervir em relação ao problema identificado.

Tabela 4.2: Análise comportamental de um objetivo profissional de agentes de unidades de abrigo elaborado de acordo com a noção de comportamento.

<p><b>Características dos problemas identificados (S<sup>A</sup>)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Há uma distribuição heterogênea quanto à variação por faixa etária de crianças e jovens abrigados.</li> <li>❖ Há opções limitadas de atividades para crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo (a principal atividade realizada pelas crianças e jovens no abrigo é assistir T.V)</li> <li>❖ Recursos disponíveis (facilidades, oportunidades)</li> <li>❖ Costumes, rotinas e atividades já existentes</li> <li>❖ Interesses pessoais e de grupos de crianças e adolescentes</li> </ul>
<p><b>Resposta (ação)</b></p>	<p><b>PROGRAMAR ATIVIDADES LÚDICAS E DE LAZER PARA CRIANÇAS E JOVENS DE DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS</b></p>
<p><b>Conseqüências imediatas (S<sup>C</sup>)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) atividades lúdicas e de lazer organizadas de acordo com as características das crianças e jovens em diferentes faixas etárias</li> <li>2) agentes capacitados no atendimento de necessidades lúdicas e de lazer para crianças e jovens de diferentes faixas etárias</li> <li>3) aumento da oferta de atividades sócio-educativas para os jovens e crianças na unidade de abrigo e fora da organização</li> <li>4) atividades lúdicas e de lazer apropriadas para as características das crianças e jovens em diferentes faixas etárias</li> <li>5) aumento da probabilidade das crianças desenvolverem atividades lúdicas e de lazer com mais conforto e aproveitamento</li> <li>6) desenvolvimento de comportamentos amigáveis, educativos e de confiança entre crianças, jovens e colaboradores</li> <li>7) atividades em grupo planejadas e coordenadas de acordo com as necessidades lúdicas e de lazer das crianças e jovens em diferentes faixas etárias</li> <li>8) atividades lúdicas e de lazer desenvolvidas de acordo com os recursos disponíveis</li> <li>9) atividades lúdicas e de lazer desenvolvidas em períodos do dia apropriados às diferentes faixas etárias</li> </ol>
<p><b>Conseqüências não imediatas (S<sup>C</sup>)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) maior convivência e integração entre as crianças e jovens de diferentes faixas etárias</li> <li>2) agentes altamente capacitados para lidar com as exigências e diferenças requisitadas nas diferentes faixas etárias</li> <li>3) aperfeiçoamento das atividades lúdicas e de lazer para as diferentes faixas etárias</li> <li>4) desenvolvimento de repertório comportamental compatível com o esperado nas diferentes faixas etárias em relação ao desenvolvimento social e educativo</li> <li>5) procedimentos eficazes na coordenação de atividades de lazer de maneira a facilitar a convivência e comunicação entre colaboradores, crianças e jovens</li> <li>6) decisões avaliadas com eficácia para intervir em relação ao problema</li> <li>7) colaboradores aptos a programar atividades para crianças e jovens abrigados</li> </ol>

Na Tabela 4.2 está descrito outra análise comportamental de um objetivo profissional de agentes de unidades de abrigo elaborado de acordo com a noção de comportamento. Na primeira coluna estão descritos os aspectos constituintes da noção de comportamento proposta por Botomé (2001). Na primeira linha a esquerda está descrito um aspecto ou característica da realidade com a qual o agente que trabalha na unidade de abrigo deve lidar, ou seja, um aspecto ou característica de um problema identificado ( $S^A$ ). Na primeira linha a direita estão descritos alguns aspectos da realidade com o qual o agente deve lidar: ‘Há uma distribuição heterogênea quanto à variação por faixa etária de crianças e jovens abrigados’; ‘Há opções limitadas de atividades para crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo (a principal atividade realizada pelas crianças e jovens no abrigo é assistir T.V)’; ‘Recursos disponíveis (facilidades, oportunidades)’; ‘Costumes, rotinas e atividades já existentes’; ‘Interesses pessoais e de grupos de crianças e adolescentes’.

A segunda linha a esquerda mostra a resposta (ação) que deve ser executada em relação ao problema identificado na situação antecedente ( $S^A$ ), neste caso, a resposta é ‘*Programar atividades lúdicas e de lazer para crianças e jovens de diferentes faixas etárias*’. Na terceira linha a esquerda está descrito mais um elemento constituinte da noção de comportamento: estímulo conseqüente, ou, conseqüências, nesse caso, imediatas, de curto prazo, de ocorrer a ação que deve estar sob controle do aspecto identificado como um problema a ser resolvido.

São nove as conseqüências imediatas, de curto prazo: 1) atividades lúdicas e de lazer organizadas de acordo com as características das crianças e jovens em diferentes faixas etárias; 2) agentes capacitados no atendimento de necessidades lúdicas e de lazer para crianças e jovens de diferentes faixas etárias; 3) aumento da oferta de atividades sócio-educativas para os jovens e crianças na unidade de abrigo e fora da organização; 4) atividades de lúdicas e de lazer apropriadas para as características das crianças e jovens em diferentes faixas etárias; 5) aumento da probabilidade das crianças desenvolverem atividades lúdicas e de lazer com mais conforto e aproveitamento; 6) desenvolvimento de comportamentos amigáveis, educativos e de confiança entre crianças, jovens e colaboradores; 7) atividades em grupo planejadas e coordenadas de acordo com as necessidades lúdicas e de lazer das crianças e jovens em diferentes faixas etárias; 8) atividades lúdicas e de lazer desenvolvidas de acordo com os recursos disponíveis;

9) atividades lúdicas e de lazer desenvolvidas em períodos do dia apropriados às diferentes faixas etárias.

Ainda há a quarta linha a esquerda que descreve seis conseqüências não imediatas: 1) maior convivência e integração entre as crianças e jovens de diferentes faixas etárias; 2) agentes altamente capacitados para lidar com as exigências e diferenças requisitadas nas diferentes faixas etárias; 3) aperfeiçoamento das atividades lúdicas e de lazer para as diferentes faixas etárias; 4) desenvolvimento de repertório comportamental compatível com o esperado nas diferentes faixas etárias em relação ao desenvolvimento social e educativo; 5) procedimentos eficazes na coordenação de atividades de lazer de maneira a facilitar a convivência e comunicação entre colaboradores, crianças e jovens; 6) decisões avaliadas com eficácia para intervir em relação ao problema; 7) colaboradores aptos a programar atividades para crianças e jovens abrigados.

Tabela 4.3: Análise comportamental de um objetivo profissional de agentes de unidades de abrigo elaborado de acordo com a noção de comportamento.

<p><b>Características dos problemas identificados (S<sup>A</sup>)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Há dificuldade em realizar o encaminhamento das crianças e jovens que vivem na unidade de abrigo quando o tempo de permanência é prolongado</li> <li>❖ Legislação que possibilita ou exige</li> <li>❖ Conhecimento disponível sobre os diversos aspectos envolvidos no atendimento de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</li> <li>❖ Experiência ou modelo de outras instituições ou grupos</li> <li>❖ Rotinas institucionais, Medidas administrativas</li> <li>❖ Famílias substitutas, lares de adoção</li> <li>❖ Programas de inserção profissional para jovens acima de 16 anos</li> </ul>
<p><b>Resposta (ação)</b></p>	<p><b>DESENVOLVER NOVAS ALTERNATIVAS DE ENCAMINHAMENTO (EXIGIR O CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, Capítulo II, Artigo 101, Parágrafo único).</b></p>
<p><b>Conseqüências imediatas (S<sup>C</sup>)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) encaminhamentos realizados de acordo com as necessidades das crianças e jovens abrigados</li> <li>2) encaminhamentos realizados com dados atualizados da situação escolar e de saúde psicológica dos moradores da unidade</li> <li>3) acompanhamento das crianças encaminhadas para lares de adoção, famílias substitutas e outras instituições para verificar sua adaptação e se necessário reencaminhamento para a unidade de abrigo</li> <li>4) menor distância entre possibilidades de encaminhamento e exigências legais</li> <li>5) condições apropriadas de adoção (necessidades sociais atendidas) para famílias substitutas</li> <li>6) utilização do conhecimento disponível em relação aos diversos aspectos envolvidos no atendimento de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo</li> </ol>
<p><b>Conseqüências não imediatas (S<sup>C</sup>)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) jovens capacitados e exercendo atividades profissionais que garantem seu sustento ao deixarem a unidade de abrigo</li> <li>2) maior quantidade de famílias interessadas em processos de adoção</li> <li>3) crianças encaminhadas para lares de adoção, famílias substitutas com condições apropriadas de acolhimento com novas perspectivas de vida e desenvolvimento de habilidades sociais</li> <li>4) crianças reencaminhadas em condições adequadas de saúde física e psicológica com maiores chances de adaptação em um novo lar ou instituição</li> <li>5) jovens mantendo atividades laborais com remuneração para a unidade e para ele prover seu próprio sustento</li> <li>6) convênio firmado com entidades e empresas interessadas em desenvolver profissionalmente jovens em situação de risco social</li> <li>7) aumento da eficácia do estabelecimento de diretrizes de uma política que promova o desenvolvimento integral das crianças</li> <li>8) alternativas de encaminhamentos que resultam em crescimento e recursos para jovens institucionalizados</li> <li>9) decisões avaliadas com eficácia e como instrumento para intervir em relação ao problema identificado</li> </ol>

Na Tabela 4.3 está descrita outra análise comportamental de um objetivo profissional de agentes de unidades de abrigo elaborado de acordo com a noção de comportamento. Na primeira coluna estão descritos os aspectos constituintes da noção de comportamento proposta por Botomé (2001). Na primeira linha à esquerda está descrito um aspecto ou característica da realidade com a qual o agente que trabalha na unidade de abrigo deve lidar, ou seja, um aspecto ou característica de um problema identificado ( $S^A$ ).

Na primeira linha à direita estão descritos aspectos da realidade com o qual o agente deve lidar: ‘Há dificuldade em realizar o encaminhamento das crianças e jovens que vivem na unidade de abrigo quando o tempo de permanência é prolongado’; ‘Legislação que possibilita ou exige’; ‘Conhecimento disponível sobre os diversos aspectos envolvidos no atendimento de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo’; ‘Experiência ou modelo de outras instituições ou grupos’; ‘Rotinas institucionais, Medidas administrativas’; ‘Famílias substitutas, lares de adoção’; ‘Programas de inserção profissional para jovens acima de 16 anos’.

A segunda linha à esquerda mostra a resposta (ação) que deve ser executada em relação ao problema identificado na Situação antecedente ( $S^A$ ), neste caso, a resposta é ‘Desenvolver novas alternativas de encaminhamento (exigir o cumprimento do Estatuto da Criança e Adolescente, capítulo II, Artigo 101, Parágrafo único)’. Na terceira linha à esquerda está descrito mais um elemento constituinte da noção de comportamento: estímulo conseqüente, ou, conseqüências, nesse caso, imediatas, de curto prazo, de ocorrer a ação que deve estar sob controle do aspecto identificado como um problema a ser resolvido pelo agente institucional.

São seis as conseqüências imediatas: 1) encaminhamentos realizados de acordo com as necessidades das crianças e jovens abrigados; 2) encaminhamentos realizados com dados atualizados da situação escolar e de saúde psicológica dos moradores da unidade; 3)acompanhamento das crianças encaminhadas para lares de adoção, famílias substitutas e outras instituições para verificar sua adaptação e se necessário reencaminhamento para a unidade de abrigo; 4) menor distância entre possibilidades de encaminhamento e exigências legais; 5) condições apropriadas de adoção (necessidades sociais atendidas) para famílias substitutas; 6) utilização do conhecimento disponível em relação aos diversos aspectos envolvidos no atendimento de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo.

Ainda há à quarta linha a esquerda que descreve nove conseqüências não imediatas, a médio e longo prazo que são: 1) jovens capacitados e exercendo atividades profissionais que garantem seu sustento ao deixarem a unidade de abrigo; 2) maior quantidade de famílias interessadas em processos de adoção; 3) crianças encaminhadas para lares de adoção, famílias substitutas com condições apropriadas de acolhimento com novas perspectivas de vida e desenvolvimento de habilidades sociais; 4) crianças reencaminhadas em condições adequadas de saúde física e psicológica com maiores chances de adaptação em um novo lar ou instituição; 5) jovens mantendo atividades laborais com remuneração para a unidade e para ele prover seu próprio sustento; 6) convênio firmado com entidades e empresas interessadas em desenvolver profissionalmente jovens em situação de risco social; 7) aumento da eficácia do estabelecimento de diretrizes de uma política que promova o desenvolvimento integral das crianças; 8) alternativas de encaminhamentos que resultam em crescimento e recursos para jovens institucionalizados; 9) decisões avaliadas com eficácia e como instrumento para intervir em relação ao problema identificado.



Tabela 4.4: Análise comportamental de um objetivo profissional de agentes de unidades de abrigo elaborado de acordo com a noção de comportamento.

<b>Características dos problemas identificados (S<sup>A</sup>)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Há perda no controle do destino dos encaminhamentos das crianças e jovens que vivem na unidade de abrigo</li> <li>❖ Registro de informações nos documentos da instituição</li> <li>❖ Necessidades sociais identificadas</li> <li>❖ Condições concretas e atuais dos registros de informações em documentos sobre a situação de crianças e jovens que vivem em abrigos</li> </ul>
<b>Resposta (ação)</b>	<b>CARACTERIZAR O DESTINO DOS ENCAMINHAMENTOS DAS CRIANÇAS E JOVENS EGRESSOS DA UNIDADE DE ABRIGO</b>
<b>Consequências imediatas (S<sup>C</sup>)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) destino dos encaminhamentos realizados caracterizados</li> <li>2) criação de programas de controle de assistência aos encaminhados egressos da unidade de abrigo</li> <li>3) manutenção de dados atualizados das famílias e instituições para as quais foram feitos os encaminhamentos</li> <li>4) contato constante estabelecido com as famílias e instituições para as quais foram feitos os encaminhamentos</li> </ol>
<b>Consequências não imediatas (S<sup>C</sup>)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) destino dos encaminhamentos controlado com eficácia em longo prazo</li> <li>2) criação de um centro de denúncias e ouvidoria para que a comunidade possa denunciar maus tratos entre outras situações</li> <li>3) encaminhamentos realizados com o consentimento da criança ou jovem no momento em que sentirem-se seguros com a mudança</li> <li>4) decisões avaliadas com eficácia e como instrumento para intervir em relação ao problema identificado</li> </ol>

Com base na Tabela 4.4 pode ser notada também a descrição de uma análise comportamental de um objetivo profissional de agentes de unidades de abrigo elaborado de acordo com a noção de comportamento. Na primeira coluna estão descritos os aspectos constituintes da noção de comportamento proposta por Botomé (2001). Na primeira linha a esquerda está descrito um aspecto ou característica da realidade com a qual o agente que trabalha na unidade de abrigo deve lidar, ou seja, um aspecto ou característica de um problema identificado ( $S^A$ ). Na primeira linha a direita está descrito este aspecto da realidade com o qual o agente deve lidar: ‘Há perda no controle do destino dos encaminhamentos das crianças e jovens que vivem na unidade de abrigo’; ‘Registro de informações nos documentos da instituição’; ‘Necessidades sociais identificadas’; ‘Condições concretas e atuais dos registros de informações em documentos sobre a situação de crianças e jovens que vivem em abrigos’..

A segunda linha à esquerda mostra a resposta (ação) que deve ser executada em relação ao problema identificado na Situação antecedente ( $S^A$ ), neste caso, a resposta é ‘ ‘Caracterizar o destino dos encaminhamentos das crianças e jovens egressos da unidade de abrigo’’. Na terceira linha à esquerda está descrito mais um elemento constituinte da noção de comportamento: estímulo conseqüente, ou, conseqüências, nesse caso, imediatas, de curto prazo, de ocorrer à ação que deve estar sob controle do aspecto identificado como um problema a ser resolvido pelo agente institucional. São quatro: 1) destino caracterizado dos encaminhamentos realizados 2) criação de programas de controle de assistência aos encaminhados egressos da unidade de abrigo; 3) manutenção de dados atualizados das famílias e instituições para as quais foram feitos os encaminhamentos; 4) contato constante estabelecido com as famílias e instituições para as quais foram feitos os encaminhamentos.

Ainda há à quarta linha a esquerda que descreve quatro conseqüências não imediatas, a médio e longo prazo que são: 1) destino dos encaminhamentos controlado com eficácia em longo prazo; 2) criação de um centro de denúncias e ouvidoria para que a comunidade possa denunciar maus tratos entre outras situações; 3) encaminhamentos realizados com o consentimento da criança ou jovem no momento em que sentirem-se seguros com a mudança; 4) decisões avaliadas com eficácia e como instrumento para intervir em relação ao problema identificado.

Tabela 4.5: Análise comportamental de um objetivo profissional de agentes de unidades de abrigo elaborado de acordo com a noção de comportamento

<b>Características dos problemas identificados (S<sup>A</sup>)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Há alto grau de <u>vitimização</u> sofrido pelas crianças nas famílias de origem</li> <li>❖ Condições de saúde das crianças e jovens abrigados</li> <li>❖ Necessidades sociais identificadas (prioridades)</li> <li>❖ <u>Possibilidades</u> de atendimento às crianças vítimas de violência</li> <li>❖ Agente <u>vitimizador</u></li> </ul>
<b>Resposta (ação)</b>	<b>MINIMIZAR A REVITIMIZAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS QUE VIVEM EM UNIDADES DE ABRIGO</b>
<b>Consequências imediatas (S<sup>C</sup>)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) assistência médica e psicológica prestada às crianças e jovens <u>vitimizados</u></li> <li>2) redução ou atenuação do sofrimento causado pelos maus tratos</li> <li>3) dados atualizados de informações das famílias onde crianças sofrem violência, qual o tipo de violência sofrida e a reincidência do ocorrido</li> <li>4) alto grau de verificação por parte dos responsáveis da necessidade de retirar as crianças da família de origem quando a violência é recorrente</li> <li>5) aumento do encaminhamento para lares com características acolhedoras para crianças que sofreram violência (com alto grau de afetividade para minimizar os traumas sofridos)</li> <li>6) afastamento providenciado com urgência do agente <u>vitimizador</u></li> </ol>
<b>Consequências não imediatas (S<sup>C</sup>)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) crianças retiradas de famílias com alto grau de reincidência violenta</li> <li>2) possibilidade de vivência em lares sem violências</li> <li>3) conflitos familiares reduzidos com agentes capazes de proporcionar condições de vida sem violência às antigas vítimas</li> <li>4) aumento do grau de conforto para a criança ou jovem vítima de violência</li> <li>5) decisões avaliadas com eficácia e como instrumento para intervir em relação ao problema identificado.</li> </ol>

Da mesma forma que as Tabelas anteriores 4.1 a 4.4, a Tabela 4.5 descreve a análise de mais um comportamento de agentes de unidades de abrigo elaborado de acordo com a noção de comportamento. Na primeira coluna estão descritos os aspectos constituintes da noção de comportamento proposta por Botomé (2001). Na primeira linha à esquerda está descrito um aspecto ou característica da realidade com a qual o agente que trabalha na unidade de abrigo deve lidar, ou seja, um aspecto ou característica de um problema identificado (S<sup>A</sup>). Na primeira

linha à direita está descrito este aspecto da realidade com o qual o agente deve lidar: ‘Há alto grau de vitimização sofrido pelas crianças nas famílias de origem’; ‘ Condições de saúde das crianças e jovens abrigados’; ‘Necessidades sociais identificadas (prioridades)’; ‘Possibilidades de atendimento às crianças vítimas de violência’; ‘Agente vitimizador’. A segunda linha à esquerda mostra a resposta (ação) que deve ser executada em relação ao problema identificado na Situação antecedente ( $S^A$ ), neste caso, a resposta é ‘Minimizar a revitimização de crianças e jovens que vivem na unidade de abrigo’.

Na terceira linha a esquerda está descrito mais um elemento constituinte da noção de comportamento: Estímulo conseqüente, ou, conseqüências, nesse caso, imediatas, de curto prazo, de ocorrer à ação que deve estar sob controle do aspecto identificado como um problema a ser resolvido pelo agente institucional. São seis: 1) assistência médica e psicológica prestada às crianças e jovens vitimizados; 2) redução ou atenuação do sofrimento causado pelos maus tratos; 3) dados atualizados de informações das famílias onde crianças sofrem violência, qual o tipo de violência sofrida e a reincidência do ocorrido; 4) alto grau de verificação por parte dos responsáveis da necessidade de retirar as crianças da família de origem quando a violência é recorrente; 5) aumento do encaminhamento para lares com características acolhedoras para crianças que sofreram violência (com alto grau de afetividade para minimizar os traumas sofridos); 6) afastamento providenciado com urgência do agente vitimizador. Ainda há a quarta linha à esquerda que descreve quatro conseqüências não imediatas, a médio e longo prazo que são: 1) crianças retiradas de famílias com alto grau de reincidência violenta; 2) possibilidade de vivência em lares sem violências; 3) conflitos familiares reduzidos com agentes capazes de proporcionar condições de vida sem violência às antigas vítimas; 4) aumento do grau de conforto para a criança ou jovem vítima de violência; 5) decisões avaliadas com eficácia e como instrumento para intervir em relação ao problema identificado.

## **2 Cada elemento componente de uma classe pode variar ao longo de um continuum até onde essas variações cheguem a um limite onde a classe de comportamentos “administrar unidades de abrigo” estivesse constituída de forma específica e encadeada para a eficácia dos processos de gestão**

A partir da caracterização das condições de vida de crianças e jovens e da incidência desse problema nas instituições responsáveis pelo acolhimento foi possível apresentar por meio da análise comportamental iniciada (Tabelas 4.1 a 4.5) um ponto de partida para uma intervenção profissional. Os procedimentos para a tomada de decisão quanto à execução das atividades por parte dos agentes do abrigo pode ser feita quase ao contrário do que é usual. Melchiori (1987) ressalta que o conhecimento sobre administração, planejamento e, principalmente, sobre os comportamentos envolvidos nestes processos, permite avançar bastante nos procedimentos relativos às decisões do que fazer, como fazer, com que fazer e, principalmente da administração e avaliação de tudo isso. “Administrar condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo” abrange classes de comportamentos que embora constituídas por cadeias complexas e classes comportamentais específicas são passíveis de identificação e análise. A análise realizada permite verificar que as classes de respostas de um profissional, no caso deste trabalho, de um administrador, devem ocorrer em função de aspectos da realidade (ou ambiente) relevantes e suficientes para uma atuação que promova um modelo de desenvolvimento e não de deterioração crescente dos problemas. Os dados apresentados nas Tabelas 4.1 a 4.5 mostram que aspectos da realidade devem ser objeto de atuação do agente responsável. O que precisa ser levado em consideração, o que controla a decisão e o que precisa ser feito não é meramente o fato de existir uma técnica ou um procedimento disponível para a aplicação. A técnica pode estar na “moda” (Botomé, 1977) ou pode ser aquela com a qual o profissional já obteve sucesso. O que deveria controlar a intervenção dessa maneira, se caracteriza fundamentalmente como uma proposta de solução para algum problema que perde essa característica de trabalho voltado para um fim - obter uma solução- e transforma-se em fim em si mesma (Botomé, 1977).

A caracterização comportamental realizada como uma proposta nas Tabelas 4.1 a 4.5 permite que as soluções encontradas não sejam arbitrárias no sentido de não haver clareza para que irão servir. Os problemas a serem enfrentados pelos administradores exigem que tipos

de soluções? Fica claro, portanto, que para propor uma solução é necessário ter claro qual é o problema sobre o qual é preciso intervir. Botomé (1977) chama a atenção para a alta probabilidade de erro em que se pode incorrer ao planejar, programar até mesmo implementar uma intervenção caso este trabalho não esteja fundamentado com informações claras e fidedignas sobre as características e extensão do problema. Em que âmbito é necessário atuar? As informações necessárias nem sempre estão acessíveis. É tarefa do administrador descobri-las, organizá-las e descrevê-las até produzir um conhecimento que seja suficiente para assegurar melhores decisões na direção de resolver o problema.

Uma análise comportamental contribui para que os tipos de problemas que envolvem comportamento humano (relações entre o que as pessoas fazem e seu ambiente) sejam soluções adequadas e significativas. Em outras palavras, a análise comportamental estará aumentando a visibilidade do administrador a respeito dos “controles” que se exercerão sobre o seu comportamento profissional (Botomé, 1977, p.8) Ou seja, o administrador estará baseando sua atuação em critérios melhores e mais seguros sobre o que deve ser feito para atender as necessidades de crianças e jovens abrigados. Quais são as relações comportamentais que o administrador deve garantir em sua intervenção para que seja eficientemente caracterizada, desenvolvida, planejada, avaliada, aperfeiçoada e comunicada? Esse procedimento científico partindo da noção de comportamento entendida neste trabalho como a relação entre o que um organismo faz e os aspectos do ambiente em que o faz (aspectos da situação ou classes de estímulos antecedentes e resultados da ação ou classes de estímulos consequentes) (Botomé, 2001) garante maior visibilidade em relação à direção da intervenção. Quais são os “controles” gerais para o que deve ser feito? Quais são os aspectos antecedentes e os transformados pela ação do profissional? É preciso identificar níveis específicos de descrição desses componentes. As soluções para os problemas são constituídas de múltiplos aspectos, com diferentes dimensões, níveis de complexidade, o mesmo ocorre com as ações dos profissionais. Uma classe de ações gerais pode abranger muitas outras ações mais específicas e de diferentes tipos. Sendo assim, dada a natureza de uma relação comportamental, há muitas possibilidades de variação nos três componentes (situação-ação-resultado), ou em aspectos deles, que entram em interação.

As que interessam no contexto da atuação profissional do agente que trabalha no abrigo são as que têm implicações para a vida das

crianças e jovens. São essas as situações que ele precisa administrar de forma eficaz. A análise realizada contribui para que o administrador mantenha o foco de seu trabalho sob controle e desvie sua atuação de situações irrelevantes ou inadequadas. Há um levantamento de alternativas de ações sob controle do que foi detectado no estudo de Sartorelli (2004). Botomé (1981) ressalta que ao identificar as variáveis mais relevantes – tanto em termos dos aspectos da situação, como das ações e de seus produtos – para compor relações comportamentais significativas, torna-se possível propor com maior clareza e segurança os comportamentos que deverão caracterizar a atuação do profissional. Realizar uma intervenção envolve em nível geral, pelo menos cinco outros comportamentos propostos por Melchiori (1983) e Botomé (1981): caracterizar o problema, planejar a intervenção, implantar as condições planejadas, administrar as condições que caracterizam e avaliar seus efeitos. Os autores destacam que o problema continua sendo proposto como a situação inicial em relação à qual é preciso agir e que, a partir daí, o que resultar (produto) das ações envolvidas em cada comportamento se constituirá em condição antecedente ou situação que possibilitará (ou exigirá) a ocorrência de ações componentes de um novo comportamento (síntese comportamental).

Botomé (1981) ainda destaca que quando tais comportamentos não existem no repertório do profissional, eles precisam ser ensinados e constituem o que se considera comportamentos-objetivo, ou seja, os comportamentos que deverão ser obtidos ou resultar da aplicação de um programa de ensino. De acordo com essa maneira de proceder, esses comportamentos passam a ser soluções (produto final a obter, objetivos) propostas para resolver problemas que requerem intervenção. Sendo assim, a parte dois deste capítulo pretende dar alguns exemplos de que maneira os produtos intermediários podem ser obtidos para auxiliar na programação de ensino do trabalho de agentes de unidades de abrigo a partir dos diversos tipos de problemas descritos no estudo de Sartorelli (2004), a começar pela caracterização de classes comportamentais fundamentais para sua atuação.

### **3 Processos que podem ser desenvolvidos para programar o ensino das classes e comportamentos “Administrar condições de vida de crianças e jovens”**

#### **3.1 Caracterização dos comportamentos que compõem as classes de comportamentos “administrar condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”**

Alguns comportamentos que compõem a classe de comportamentos “administrar condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo” identificadas a partir das situações problemas caracterizadas por meio do estudo de Sartorelli (2004) podem ser decompostas e organizadas em um sistema comportamental para a programação de condições de ensino para agentes de unidades de abrigo. Contudo, serão apresentadas apenas as análises iniciais (não configura uma análise comportamental completa) dos comportamentos que poderiam constituir objetivos do programa de ensino baseadas nas situações problemas identificadas e nas classes de comportamentos de maior abrangência que compõem o comportamento de administrar. A caracterização dos comportamentos objetivos do que poderia ser o ponto de partida para a construção de um programa de ensino direcionado para gestores de unidades de abrigo está apresentada em 36 tabelas (Tabelas 4.6 a 4.42).

É importante destacar que as mesmas expressões utilizadas para nomear os comportamentos analisados, foram utilizadas para referir as classes de respostas que os compõem. Isso, em função da dificuldade para identificar expressões apropriadas para denotar ações observáveis (as expressões que nomeiam os comportamentos analisados foram utilizadas para indicar as classes de respostas que os compõem). O uso das mesmas expressões também foi um recurso para garantir que a caracterização de todos os comportamentos objetivos do programa fosse realizada em um mesmo nível de especificidade ou pelo menos em um dos cinco níveis delimitados por Botomé (1977). Há cinco aspectos delimitadores da abrangência de classes de comportamentos que foram elaboradas a partir da análise de ocupações apresentada por Mechner (1974) e de decomposição de comportamentos complexos proposta por Botomé (1977).

A classe mais abrangente de comportamentos está relacionada à função social de uma profissão e delimita o que precisa ser feito pelo profissional. A categoria referente a essa classe mais abrangente é



denominada “*o que fazer*”. Neste nível de abrangência está representada a maior parte das classes analisadas como comportamentos-objetivo do que poderia ser o ponto de partida de um programa de ensino para agentes de unidades de abrigo. É classificada como mais abrangente por ser constituída pelas outras quatro categorias. Isso significa de acordo com Botomé (1977) que as quatro categorias estão “contidas” na categoria “*o que fazer*” pelo fato desta categoria mais abrangente envolver as menos abrangentes (“*como fazer*”, “*com que fazer*”, “*em que situações fazer*”, “*o que precisa decorrer do fazer*”). O segundo grau de abrangência é constituído pelas classes de comportamentos que caracterizam o modo de fazer (procedimentos para fazer) o que precisa ser feito. Esta categoria é denominada “*como fazer*”. Essa categoria e as duas a seguir (“*com que fazer*” e “*em que situações fazer*”) possuem um grau de abrangência intermediário. O terceiro grau de abrangência é constituído pelas classes de comportamentos relacionadas à utilização de instrumentos ou recursos para fazer o que precisa ser feito, da maneira como precisa ser feito. Esse terceiro grau é denominado “*com que fazer*”. O quarto grau de abrangência é constituído pelas classes de comportamentos relacionadas a situações ou ocasiões nas quais o profissional terá que fazer (ou deixar de fazer) algo. Esse quarto grau é denominado “*em que situações fazer*”. Por fim, há o quinto grau de abrangência, o qual delimita as razões pelas quais o profissional deverá fazer (ou deixar de fazer) algo. É denominado “*o que precisa decorrer do fazer*” e se refere a resultados de importância, de valor e até definidores do “fazer” em termos de decorrências. Esta categoria é a menos abrangente sendo constituída das outras quatro categorias apresentadas.

Tabela 4.6: Análise do comportamento “caracterizar atendimento apropriado para crianças e jovens em diferentes faixas etárias”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQÜENTE (Para obter...)</b>
- Crianças e jovens em diferentes faixas etárias e períodos de desenvolvimento	-Caracterizar atendimento apropriado para crianças e jovens em diferentes faixas etárias e períodos de desenvolvimento	- Atendimento caracterizado para crianças e jovens em diferentes faixas etárias e períodos de desenvolvimento

Na Tabela 4.6 está apresentada a análise do comportamento “caracterizar atendimento apropriado para crianças e jovens em diferentes faixas etárias”.

Tabela 4.7: Análise do comportamento “avaliar os problemas dos encaminhamentos existentes”.

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQÜENTE (Para obter...)</b>
- Problemas nos encaminhamentos existentes	-Avaliar os problemas dos encaminhamentos existentes	-Problemas nos encaminhamentos avaliados de forma a garantir o bem estar das crianças

Na Tabela 4.7 está apresentada a análise do comportamento “avaliar os problemas dos encaminhamentos existentes”.

Tabela 4.8: Análise do comportamento “reduzir o tempo de permanência das crianças e jovens na unidade de abrigo”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Tempo de permanência das crianças na unidade de abrigo	- Reduzir o tempo de permanência das crianças e jovens na unidade de abrigo	- Tempo de permanência da criança e dos jovens no abrigo reduzido

Na Tabela 4.8 está apresentada a análise do comportamento “reduzir o tempo de permanência das crianças e jovens na unidade de abrigo”.

Tabela 4.9: Análise do comportamento “controlar o fluxo de ingressos e egressos de acordo com a capacidade de atendimento da unidade”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Fluxo de crianças (ingressos e egressos)	-Controlar o fluxo de ingressos e egressos de acordo com a capacidade de atendimento da unidade de abrigo	- Fluxo de crianças controlado de acordo com a capacidade de atendimento da unidade de abrigo

Na Tabela 4.9 está apresentada a análise do comportamento “controlar o fluxo de ingressos e egressos de acordo com a capacidade de atendimento da unidade”

Tabela 4.10: Análise do comportamento “cuidar das condições de saúde de crianças e jovens abrigados”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQÜENTE (Para obter...)</b>
- Condições insatisfatórias nas condições de saúde das crianças e jovens abrigados	- Cuidar das condições de saúde de crianças e jovens abrigados	- Crianças cuidadas com condições de saúde satisfatórias

Na Tabela 4.10 está apresentada a análise do comportamento “cuidar das condições de saúde de crianças e jovens abrigados”.

Tabela 4.11: Análise do comportamento “organizar atividades de lazer para crianças e jovens abrigados de diferentes faixas etárias”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQÜENTE (Para obter...)</b>
- Atividades de lazer para crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo em diferentes faixas etárias	- Organizar atividades de lazer para crianças e jovens abrigados de diferentes faixas etárias	- Atividades de lazer organizadas para crianças e jovens de diferentes faixas etárias que vivem na unidade de abrigo

Na Tabela 4.11 está apresentada a análise do comportamento “organizar atividades de lazer para crianças e jovens abrigados de diferentes faixas etárias”.

Tabela 4.12: Análise do comportamento “desenvolver comportamentos amigáveis e de confiança com os familiares das crianças e jovens abrigados”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Comportamentos agressivos dos familiares das crianças no contexto dos horários das visitas	-Desenvolver comportamentos amigáveis e de confiança com os familiares das crianças e jovens abrigados	- Comportamentos desenvolvidos de amizade e confiança com os familiares das crianças e jovens abrigados

Na Tabela 4.12 está apresentada a análise do comportamento “desenvolver comportamentos amigáveis e de confiança com os familiares das crianças e jovens abrigados”.

Tabela 4.13: Análise do comportamento “administrar recursos financeiros para gerenciamento das necessidades básicas das crianças e jovens abrigados”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Escassez de recursos financeiros	- Administrar recursos financeiros para gerenciamento das necessidades básicas das crianças e jovens abrigados	- Recursos financeiros administrados de forma a atender as principais necessidades básicas das crianças e jovens abrigados

Na Tabela 4.13 está apresentada a análise do comportamento “administrar recursos financeiros para gerenciamento das necessidades básicas das crianças e jovens abrigados”.

Tabela 4.14: Análise do comportamento “registrar informações nos documentos da unidade de abrigo relativos às condições de vida e saúde das crianças e jovens abrigados”.

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Procedimentos de registro das informações nos documentos da unidade de abrigo	- Registrar informações nos documentos da unidade de abrigo relativos às condições de vida e saúde das crianças e jovens abrigados	- Informações registradas com fidedignidade de forma a facilitar o acesso e a comunicação em relação ao que é registrado sobre as condições de vida e de saúde de crianças e jovens abrigados

Na Tabela 4.14 está apresentada a análise do comportamento “registrar informações nos documentos da unidade de abrigo relativos às condições de vida e saúde das crianças e jovens abrigados”.

Tabela 4.15: Análise do comportamento “garantir a implementação de leis que regulamentam a situação de crianças e jovens abrigados”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Leis que regulamentam a situação de crianças abrigadas	-Garantir a implementação de leis que regulamentam a situação de crianças e jovens abrigados	- Leis garantidas e implementadas de acordo com as regulamentações legais para a situação de crianças e jovens abrigados

Na Tabela 4.15 está apresentada a análise do comportamento “garantir a implementação de leis que regulamentam a situação de crianças e jovens abrigados”.

Tabela 4.16: Análise do comportamento “interagir profissionalmente com representantes de entidades de proteção de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Representantes de entidades de proteção de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	- Interagir profissionalmente com representantes de entidades de proteção de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	- Interação profissional compatível com o cargo de representantes dessas instituições

Na Tabela 4.16 está apresentada a análise do comportamento “interagir profissionalmente com representantes de entidades de proteção de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”.

Tabela 4.17: Análise do comportamento “desmistificar o processo de adoção de crianças e jovens que vivem em instituições”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Comportamentos supersticiosos das famílias em relação à adoção de crianças	- Desmistificar o processo de adoção de crianças e jovens que vivem em instituições	- Comportamentos desmistificados e compatíveis com o processo de adoção de crianças

Na Tabela 4.17 está apresentada a análise do comportamento “desmistificar o processo de adoção de crianças e jovens que vivem em instituições”.

Tabela 4.18: Análise do comportamento “avaliar as condições econômicas das famílias que possuem filhos vivendo em unidades de abrigo”.

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Restrições das condições econômicas das famílias que possuem filhos vivendo em unidades de abrigo	-Avaliar as condições econômicas das famílias que possuem filhos vivendo em unidades de abrigo	- Condições econômicas avaliadas para viabilizar os cuidados que devem ser dispensados às crianças

Na Tabela 4.18 está apresentada a análise do comportamento “avaliar as condições econômicas das famílias que possuem filhos vivendo em unidades de abrigo”.

Tabela 4.19: Análise do comportamento “definir as categorias de encaminhamento com clareza e precisão”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Categorias imprecisas utilizadas para indicar o motivo do encaminhamento	- Definir as categorias de encaminhamento com clareza e precisão	-Categorias dos encaminhamentos definidas com clareza e precisão

Na Tabela 4.19 está apresentada a análise do comportamento “definir as categorias de encaminhamento com clareza e precisão”.



Tabela 4.20: Análise do comportamento “evitar a fuga de crianças e jovens da unidade de abrigo”.

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Possibilidade de fuga das crianças e jovens da unidade de abrigo	- Evitar a fuga de crianças e jovens da unidade de abrigo	- Fugas controladas de forma a garantir a proteção das crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo

Na Tabela 4.20 está apresentada a análise do comportamento “evitar a fuga de crianças e jovens da unidade de abrigo”.

Tabela 4.21: Análise do comportamento “planejar condições habitacionais para crianças e jovens de diferentes faixas etárias”.

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Condições habitacionais impróprias para crianças de diferentes faixas etárias	-Planejar condições habitacionais para crianças e jovens de diferentes faixas etárias	- Condições habitacionais apropriadas para atendimento de necessidades em relação às diferentes faixas etárias

Na Tabela 4.21 está apresentada a análise do comportamento “planejar condições habitacionais para crianças e jovens de diferentes faixas etárias”.

Tabela 4.22: Análise do comportamento “modelar formas adequadas de interação entre crianças e jovens”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
-Comportamentos agressivos de interação entre crianças	- Modelar formas adequadas de interação entre crianças e jovens	- Comportamentos de interação modelados de maneira a propiciar o bem estar das crianças e jovens abrigados

Na Tabela 4.22 está apresentada a análise do comportamento “modelar formas adequadas de interação entre crianças e jovens”.

Tabela 4.23: Análise do comportamento “atender as necessidades de conforto e bem estar das crianças por meio dos móveis disponíveis na unidade de abrigo”.

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Móveis de diferentes tipos	- Atender as necessidades de conforto e bem estar das crianças por meio dos móveis disponíveis na unidade de abrigo	- Necessidades de conforto, bem estar das crianças atendidas por meio dos móveis disponíveis na unidade de abrigo

Na Tabela 4.23 está apresentada a análise do comportamento “atender as necessidades de conforto e bem estar das crianças por meio dos móveis disponíveis na unidade de abrigo”.

Tabela 4.24: Análise do comportamento “preservar os móveis existentes nas instalações da unidade de abrigo”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Estado de conservação dos móveis	- Preservar os móveis existentes nas instalações da unidade de abrigo	- Móveis bem conservados de forma a atender as necessidades de conforto e bem estar das crianças e dos jovens abrigados

Na Tabela 4.24 está apresentada a análise do comportamento “preservar os móveis existentes nas instalações da unidade de abrigo”.

Tabela 4.25: Análise do comportamento “avaliar o grau de limpeza dos espaços físicos da unidade de abrigo”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Estado de higiene dos espaços físicos da unidade de abrigo	- Avaliar o grau de limpeza dos espaços físicos da unidade de abrigo	- Espaços físicos com estado de higiene satisfatório de forma a promover o bem estar das crianças e jovens

Na Tabela 4.25 está apresentada a análise do comportamento “avaliar o grau de limpeza dos espaços físicos da unidade de abrigo”.

Tabela 4.26: Análise do comportamento “desenvolver por meio de ensino aprendizagens relacionadas a cada função na unidade de abrigo”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQÜENTE (Para obter...)</b>
- Diferentes graus de conhecimento dos colaboradores em relação as suas funções	-Desenvolver por meio de ensino aprendizagens relacionadas a cada função na unidade de abrigo	- Alto grau de conhecimento dos colaboradores em relação as suas funções na unidade de abrigo

Na Tabela 4.26 está apresentada a análise do comportamento “desenvolver por meio de ensino aprendizagens relacionadas a cada função na unidade de abrigo”.

Tabela 4.27: Análise do comportamento “delimitar expressão que define os objetivos institucionais referentes ao atendimento de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQÜENTE (Para obter...)</b>
- Expressão que define os objetivos da instituição	-Delimitar expressão que define os objetivos institucionais referentes ao atendimento de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	-Objetivos da instituição delimitados com clareza, precisão e relevância

Na Tabela 4.27 está apresentada a análise do comportamento “delimitar expressão que define os objetivos institucionais referentes ao atendimento de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”.

Tabela 4.28: Análise do comportamento “avaliar habilidades e competências dos colaboradores”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Processo de contratação de colaboradores	- Avaliar habilidades e competências dos colaboradores	- Colaboradores avaliados com alto grau de percepção e conhecimento sobre suas funções

Na Tabela 4.28 está apresentada a análise do comportamento “avaliar habilidades e competências dos colaboradores”.

Tabela 4.29: Análise do comportamento “organizar procedimentos de visitantes na unidade de abrigo”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
-Visitas de familiares e parentes das crianças e jovens abrigados	-Organizar procedimentos de visitantes na unidade de abrigo	-Procedimentos estabelecidos de maneira a facilitar a convivência e comunicação entre visitantes, familiares e crianças

Na Tabela 4.29 está apresentada a análise do comportamento “organizar procedimentos de visitantes na unidade de abrigo”.

Tabela 4.30: Análise do comportamento “desenvolver repertório comportamental das crianças e jovens abrigados nos âmbitos físico, social e emocional”.

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Repertório comportamental das crianças	- Desenvolver repertório comportamental das crianças e jovens abrigados nos âmbitos físico, social e emocional	- Repertório comportamental desenvolvido, compatível com o desenvolvimento físico, social e emocional das crianças esperado para cada faixa etária

Na Tabela 4.30 está apresentada a análise do comportamento “desenvolver repertório comportamental das crianças e jovens abrigados nos âmbitos físico, social e emocional”.

Tabela 4.31: Análise do comportamento “controlar a rotatividade de colaboradores na unidade de abrigo”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Alta rotatividade de colaboradores na unidade de abrigo	- Controlar a rotatividade de colaboradores na unidade de abrigo	- Rotatividade de colaboradores controlada

Na Tabela 4.31 está apresentada a análise do comportamento “controlar a rotatividade de colaboradores na unidade de abrigo”.

Tabela 4.32: Análise do comportamento “resolver imprevistos por meio de atuações profissionais compatíveis com a exigência da situação”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Imprevistos que ocorrem no ambiente de trabalho dos colaboradores da unidade de abrigo	- Resolver imprevistos por meio de atuações profissionais compatíveis com a exigência da situação	- Imprevistos resolvidos por meio de atuações profissionais compatíveis com a situação

Na Tabela 4.32 está apresentada a análise do comportamento “resolver imprevistos por meio de atuações profissionais compatíveis com a exigência da situação”.

Tabela 4.33: Análise do comportamento “atenuar grau de vitimização sofrido na família de origem”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Vitimização sofrida pelas crianças e jovens nas famílias de origem	- Atenuar grau de vitimização sofrido na família de origem	- Grau de vitimização atenuado

Na Tabela 4.33 está apresentada a análise do comportamento “atenuar grau de vitimização sofrido na família de origem”.

Tabela 4.34: Análise do comportamento “proporcionar as crianças e jovens alimentos de qualidade para atender suas necessidades nutricionais”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Alimentação das crianças na unidade de abrigo	-Proporcionar as crianças e jovens alimentos de qualidade para atender suas necessidades nutricionais	- Crianças alimentadas com qualidade de forma a atender suas necessidades nutricionais

Na Tabela 4.34 está apresentada a análise do comportamento “proporcionar as crianças e jovens alimentos de qualidade para atender suas necessidades nutricionais”.

Tabela 4.35: Análise do comportamento “distribuir vestuário de forma a atender diferentes faixas etárias e variações climáticas”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Vestuário disponível para as crianças na unidade de abrigo	- Distribuir vestuário de forma a atender diferentes faixas etárias e variações climáticas	-Vestuário distribuído de forma a atender as necessidades de vestimentas das crianças e jovens nas diferentes faixas etárias e de acordo com as variações climáticas

Na Tabela 4.35 está apresentada a análise do comportamento “distribuir vestuário de forma a atender diferentes faixas etárias e variações climáticas”.



Tabela 4.36: Análise do comportamento “caracterizar variáveis que interferem no processo de gestão da unidade de abrigo”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Variáveis que podem interferir no processo de gestão da unidade de abrigo	- Caracterizar variáveis que interferem no processo de gestão da unidade de abrigo	- Variáveis caracterizadas e controladas de forma a minimizar interferências negativas no processo de gestão

Na Tabela 4.36 está apresentada a análise do comportamento “caracterizar variáveis que interferem no processo de gestão da unidade de abrigo”.

Tabela 4.37: Análise do comportamento “gerir condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”

<b>SITUAÇÃO ANTECEDENTE (Diante de...)</b>	<b>AÇÃO (O organismo deverá fazer...)</b>	<b>SITUAÇÃO CONSEQUENTE (Para obter...)</b>
- Comportamentos de administrador ou planejador de unidade de abrigo	-Gerir condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo	33-Comportamentos de gerir instituições de abrigo para crianças e jovens altamente caracterizados, identificados, desenvolvidos, avaliados e aperfeiçoados com condições apropriadas para serem aprendidos e executados

Na Tabela 4.37 está apresentada a análise do comportamento “gerir condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo”. A partir da Tabela 4.38 há a apresentação das características de variáveis relacionadas à elaboração de um programa de ensino para agentes de unidades de abrigo.

### 3.2 Variáveis relacionadas ao planejamento da apresentação dos comportamentos-objetivo de um programa para ensinar agentes de unidades de abrigo comportamentos envolvidos na classe geral “administrar condições de vida de crianças e jovens que vivem em abrigos”

Tabela 4.38: Características de variáveis relacionadas ao planejamento da apresentação dos comportamentos-objetivo de um programa para ensinar agentes de unidades de abrigo comportamentos envolvidos na classe geral “administrar”

<p><b>Variáveis a serem consideradas para elaborar o programa de ensino:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Tipo de programa de ensino a ser elaborado</li> <li>b) Viabilidade de execução</li> <li>c) Tipos de recursos disponíveis para elaborar o programa de ensino</li> <li>d) Características dos aprendizes</li> <li>e) Tipo de material a ser utilizado</li> <li>f) Tipo de atividades</li> <li>g) Aprendizagens a serem desenvolvidas</li> <li>h) Tipos de objetivos de ensino</li> <li>i) Especificação de comportamentos propostos como objetivos de ensino</li> <li>j) Elaboração de objetivos de ensino</li> <li>k) Natureza do objetivo de ensino</li> <li>l) Procedimentos a serem especificados</li> <li>m) Especificação das condições de ensino</li> <li>n) Descrição de condições antecedentes facilitadoras</li> <li>o) Descrição de respostas de aprendizagem</li> <li>p) Descrição de <u>consequências</u> para as respostas de aprendizagem</li> <li>q) Decomposição de comportamentos a serem ensinados</li> <li>r) Nível em que o aprendiz já é capaz de realizar tais comportamentos antes de iniciar o programa de ensino</li> <li>s) <u>Seqüência</u> de aprendizagens relevantes para os participantes do programa</li> <li>t) Quantidade de objetivos aprendidos</li> </ul>
--	---

Na Tabela 4.38 podem ser observadas algumas variáveis relacionadas às características das variáveis relacionadas ao planejamento da apresentação dos comportamentos objetivo de um programa para ensinar agentes de unidades de abrigo comportamentos envolvidos na classe geral “administrar”.

### 3.3 Variáveis relacionadas a condições de ensino que podem viabilizar a aprendizagem dessas classes de comportamentos envolvidos na classe geral “administrar” e tornar o programa de ensino eficiente e eficaz

Tabela 4.39: Variáveis relacionadas a condições de ensino que podem viabilizar a aprendizagem dessas classes de comportamentos envolvidos na classe geral “administrar” e tornar o programa de ensino eficiente

<p><b>Variáveis a serem consideradas para elaborar condições de ensino:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Local de aplicação</li> <li>b) Tipo de instituição</li> <li>c) Tipo de material</li> <li>d) Tipo de espaço disponível</li> <li>e) Tipos de técnicas disponíveis</li> <li>f) Procedimentos de aplicação</li> <li>g) Tipo de participantes</li> <li>h) Procedimentos de avaliação em um programa de aprendizagem</li> <li>i) Tipos de atividades a serem desenvolvidas</li> <li>j) Tipos de interesses dos aprendizes</li> <li>k) Quantidade de sessões de ensino</li> <li>l) Duração de cada sessão de ensino</li> <li>m) Tipos de dificuldades que os aprendizes apresentaram</li> <li>n) Aproveitamento do tempo</li> <li>o) Desempenho antes de iniciar o programa de ensino</li> <li>p) Desempenho durante o programa de ensino</li> <li>q) Desempenho depois do programa de ensino</li> <li>r) Tipo de folha de registro</li> <li>s) Tipo de arranjo do delineamento experimental</li> <li>t) Procedimento de ensino com maior grau de eficiência</li> <li>u) Revisão das condições que constituem cada unidade de ensino</li> <li>v) Tipo de unidades de ensino.....</li> </ul>
---	--

Na Tabela 4.39 podem ser observadas variáveis relacionadas a condições de ensino que podem viabilizar a aprendizagem dessas classes de comportamentos envolvidos na classe geral “administrar” e tornar o programa de ensino eficiente.

Tabela 4.40: Variáveis relacionadas às características do grau de eficácia de um programa de ensino de classes de comportamentos que constituem o processo de administrar unidades de abrigo

<p style="text-align: center;"><b>Variáveis a serem consideradas para elaborar condições de ensino:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Tipos de decorrências do programa de ensino</li> <li>b) Tipos de alterações nas condições de vida de crianças e jovens</li> <li>c) Classes de comportamentos apresentadas pelos aprendizes em seu ambiente de trabalho</li> <li>d) Período de tempo posterior à aplicação do programa de ensino</li> <li>e) Procedimentos para garantir a demonstração da eficácia</li> <li>f) Tipos de resultados produzidos pela intervenção profissional</li> <li>g) Instrumentos de medida da eficácia do programa de ensino</li> <li>h) Avaliar decorrências para as crianças e jovens abrigados</li> <li>i) Avaliar decorrências para os participantes do programa de ensino</li> <li>j) Avaliar decorrências para os familiares e parentes das crianças</li> <li>k) Avaliar decorrências para a sociedade</li> </ul>
---	---

Na Tabela 4.40 podem ser observadas variáveis relacionadas às características do grau de eficácia de um programa de ensino de classes de comportamentos que constituem o processo de administrar unidades de abrigo.

### **3.4 Há problemas e confusões relacionados aos conceitos de “eficácia” e “eficiência”: o que o agente da unidade de abrigo deverá ser capaz de fazer para que possa caracterizar adequadamente o problema a ser resolvido por meio de ensino?**

É útil um exame da diferença entre esses dois conceitos, até certo ponto, interdependentes: avaliar a eficácia de um programa de ensino e avaliar sua eficiência. Segundo Botomé e Kubo (2001) quando um professor propõe determinados objetivos e verifica o quanto e de que forma seus alunos conseguem atingi-los, no âmbito do próprio curso, ele está realizando uma avaliação da eficiência. Esses mesmos autores relatam que caso o professor estivesse interessado em realizar uma avaliação do que acontece com o desempenho dos alunos, fora e depois das situações de ensino, ele estaria verificando a eficácia de seu ensino. O que o aluno consegue fazer como decorrência do que aprendeu no programa de ensino desenvolvido?

Muito do que ele será capaz de fazer dependerá das condições de ensino utilizadas pelo programador. Sendo assim, é importante que para cada unidade de ensino (situação de ensino) sejam especificados comportamentos propostos como objetivos de ensino e as respectivas condições de ensino (condições antecedentes facilitadoras, respostas de aprendizagem e conseqüências para as respostas de aprendizagem) que poderão facilitar o processo de ensinar e aprender. Algumas perguntas precisam ser formuladas e respondidas para realizar a descrição das condições antecedentes facilitadoras, das respostas de aprendizagem e das conseqüências planejadas para as respostas de aprendizagem: a que aspectos do ambiente o aprendiz deve estar atento para que possa apresentar o desempenho desejável? Quais as classes de respostas são mais viáveis para as situações de ensino propostas? Quais as conseqüências mais apropriadas para cada tipo de desempenho do aprendiz?

Dessa forma, cada objetivo de ensino terá definido as condições antecedentes facilitadoras, respostas de aprendizagem e conseqüências planejadas para as respostas de aprendizagem relativas a um comportamento objetivo considerado relevante para o programa de

ensino. Essas condições de ensino podem ser programadas de acordo com a natureza do objetivo de ensino. As conseqüências planejadas deverão ocorrer imediatamente após o desempenho do aprendiz, serem orientadoras, contínuas e próximas às situações cotidianas vivenciadas pelo aprendiz (Botomé e Rizzon,1997). Matos (2001) afirma que conseqüências naturais são mais eficientes, uma vez que apresentam efeitos mais duradouros na apresentação de comportamentos e permitem a generalização para diversas situações. As formas de conseqüenciação em um programa de ensino são um dos aspectos mais importantes para garantir a ocorrência efetiva de aprendizagem.

É útil que o critério utilizado para a indicação das condições de ensino seja a viabilidade de execução de tais condições durante a aplicação do programa, em função dos recursos disponíveis, das características dos aprendizes e do estágio de aprendizagem desenvolvido. Algumas condições precisam ser garantidas para a eficiência das aprendizagens: 1- cada objetivo de ensino a ser aprendido pelos agentes poderia ter um material por escrito (instrução de trabalho), a ser redigido pelo aplicador do programa; 2- nessa instrução de trabalho deverão estar explícitos os objetivos, as respectivas atividades e a ordem em que necessitam ser executadas; 3- Serão consideradas atividades: leituras com linguagem acessível, resolução de exercícios, debates sobre conceitos, suas relações e implicações e outras, que servirão como instrumentos (condições antecedentes facilitadoras) para viabilizar a aprendizagem de comportamentos; 4-contingências de reforço positivo serão utilizadas para conseqüenciar as respostas desejadas e fortalecer assim, a relação desejada.

Botomé (1979) descreve que o ensino programado tem produzido inúmeras técnicas para isto. Gabaritos para os aprendizes conferirem imediatamente suas respostas, questões de estudo com conseqüências planejadas em relação ao desempenho do aprendiz, questões em folhas impressas com espaço para preencher a resposta e outras técnicas que podem ser consideradas como possibilidades para construir as conseqüências apropriadas para o desempenho do aprendiz. No caso de o aprendiz emitir uma resposta na direção desejada (acertar) sempre essa resposta precisa ser valorizada por meio de reforço social. No caso de erro (em diferentes graus) o aplicador pode, por exemplo, solicitar que o aprendiz realize nova tentativa com o auxílio de seus colegas. Quando ocorrer mais de três erros por parte do aprendiz, o aplicador deverá reprogramar as condições de ensino.

É importante também que todos os desempenhos dos aprendizes sejam observados e registrados em cada etapa do curso. Nessa etapa, pode ser avaliada a eficiência do programa de ensino. Que objetivos aprenderam? Que tipos de dificuldades tiveram? De que forma ocorreu o aproveitamento do tempo? Esses aspectos necessitam de observação e registro em relação a cada desempenho do aprendiz em cada unidade de estudo apresentada no programa, de forma a obter, examinar e comparar o desempenho do aprendiz ao longo do tempo e durante toda a aplicação do programa.

Outro aspecto a levar em consideração é que pode ser útil a aplicação de um programa de ensino para os agentes por meio de “blocos de intervenção”, de maneira gradual e programada para obter maior grau de controle em relação às variáveis de interesse. Cada módulo de intervenção terá caracterizado os objetivos de ensino, as estratégias (procedimentos) de desenvolvimento das aprendizagens dos objetivos intermediários e os procedimentos de avaliação das aprendizagens a serem desenvolvidas. De acordo com Frare e col. (2005) elaborar programas de ensino exige que o programador seja capaz de: caracterizar com precisão os comportamentos que deverão ser aprendidos e conhecer os procedimentos apropriados para programar o ensino das classes de comportamentos escolhidas como objetivos de ensino. Os princípios norteadores do trabalho com Programação de Ensino foram descritos em um texto programado sobre programação de ensino desenvolvido por “Teaching Machines Incorporated” (1961). Esses princípios são: 1- princípio dos pequenos passos (pequenas unidades de aprendizagem; 2- princípio da resposta ativa (atuação explícita) 3- princípio da verificação imediata (conferência imediata da adequação de seu desempenho); 4- respeito ao ritmo de aprendizagem do aluno; 5- princípio do teste de avaliação (o programa é revisado e aperfeiçoado). Esses princípios de aprendizagem foram descobertos por meio de diversas pesquisas em Psicologia e são orientadores na construção de condições de aprendizagens.

Os princípios, procedimentos e técnicas de programação de ensino estão apoiados nos princípios da análise do comportamento. Há uma linguagem específica para designar os conceitos que fazem parte da análise experimental do comportamento. Compreender o significado desses conceitos é essencial para aperfeiçoar os comportamentos profissionais que precisam ser desenvolvidos. Matos (2001) define alguns conceitos que constituem o núcleo da análise do comportamento. Esclarece que o analista do comportamento está interessado em estudar

as variáveis que afetam o comportamento e de que maneira afetam. A autora também enfatiza a importância do estudo dos antecedentes e conseqüentes para a compreensão do comportamento dos organismos. Um dos conceitos fundamentais apresentados por Matos (2001) é o de modelagem de comportamentos.

Modelar (aprender uma nova relação) um comportamento por meio de aproximações sucessivas até alcançar o comportamento final desejado. O fato de o aluno conseguir aprender em pequenos passos (aprendizagens intermediárias) facilita o desenvolvimento de seu repertório e cria condições para prosseguir de maneira gradual para outras etapas de aprendizagem. Skinner (1972) também enfatiza que aprender implica em uma mudança de comportamento. Tanto por parte de professores quanto por parte dos alunos. Cabe aos professores identificar as contingências de reforçamento importantes para evidenciar as mudanças na direção almejada por meio de um procedimento de modelagem de comportamento.

Os procedimentos aversivos utilizados na educação de forma geral, não contribuíram significativamente para a aprendizagem eficiente e eficaz. Em grande parte das vezes, é possível observar professores mais preocupados com a utilização de equipamentos, cor do material, do que com as reais contingências que podem ser planejadas para ensinar determinadas classes de comportamentos, embora esses aspectos possam favorecer em algum momento o processo de aprendizagem, mas não são o núcleo central do processo.

O aprendiz necessita estar envolvido por meio de respostas ativas, apresentado respostas que configuram uma determinada classe de comportamento a ser aprendida e não apenas ouvindo e repetindo frases de autoridades. Parece que de maneira geral, os profissionais que trabalham com o ensino não conseguiram ainda aproveitar todo o conhecimento existente a respeito das descobertas sobre o comportamento para aperfeiçoarem seus procedimentos de ensinar e aprender. Por vezes, são desconsiderados aspectos básicos que já são conhecidos pela Ciência. No entanto, alguns professores preferem adotar conceitos apenas porque que estão “na moda”. Há mais uma preocupação com o nome, o rótulo do que com o processo comportamental que está ocorrendo.

Em geral, os professores começam ensinando como foram ensinados. Não há uma preocupação em caracterizar as necessidades de aprendizagem. Ensinam da maneira como foram ensinados e da maneira que lhes é mais conveniente. Algumas vezes, são considerados “bons



professores” aqueles que possuem retórica e não os que programam atividades congruentes com a natureza dos comportamentos que precisam ser aprendidos. Skinner (1972) enfatiza que o aluno pode aprender por si só. É impressionante descobrir o quanto os aprendizes não percebem essa afirmação. Há uma extrema dependência do professor como uma autoridade que sabe tudo. Os alunos precisam descobrir os elementos reforçadores na surpresa e no sucesso de uma descoberta pessoal, mas a descoberta não é a solução para os problemas da educação. Os estudantes devem ser encorajados a explorar, fazer perguntas, estudar sozinhos, serem criativos. Esses comportamentos podem ser ensinados por professores que conheçam melhor os fenômenos envolvidos nos processos de ensinar e aprender.

Outro aspecto a considerar e que deve estar sob a atenção do programador são as características individuais e o ritmo de aprendizagem de cada aluno, ou neste caso, de agentes de unidades de abrigo. Quais são as características dos aprendizes? O que já aprenderam em outras circunstâncias? O que precisam aprender? Especificar as necessidades dos agentes, delimitar os objetivos de ensino, identificar os aspectos do meio com os quais os agentes precisam lidar são comportamentos profissionais a serem considerados por parte de quem programa condições de ensino. O que precisa ser aprendido? Essa pergunta parece ser o núcleo de qualquer programa de aprendizagem. É a partir da resposta a essa pergunta que o programador poderá planejar todo o restante do processo. É também por isso, que essa pergunta necessita ser avaliada no contexto de elaboração de condições de ensino. Que novas relações o aprendiz consegue estabelecer com o meio depois de ter passado por um processo de ensino de determinadas classes de comportamentos? Que conseqüências são importantes para serem apresentadas pelos aplicadores dos programas (professores) aos aprendizes? De que forma um professor pode construir e disponibilizar aos seus alunos reforçadores naturais?

Os aspectos discutidos acima e as perguntas formuladas precisam ser consideradas no processo de produção do conhecimento em relação a descoberta das características das classes de comportamentos que constituem o processo de administrar e de criar procedimentos eficazes para orientar possíveis processos de intervenção por meio da construção de novos comportamentos nos agentes. Matos (2001) descreve que ensinar envolve diversas decisões que o professor precisa executar para poder planejar condições onde ocorram aprendizagens. Quando essas decisões são planejadas de maneira apropriada aumenta a probabilidade

de o aluno aprender para ser capaz de identificar situações que necessitem de sua ação profissional e realizar intervenções que promovam o bem estar das pessoas que dependem de suas ações. O comportamento profissional adequado, no caso do interesse desse trabalho, o comportamento profissional de agentes de unidades de abrigo, deve ocorrer sob controle das condições de vida e das características da população do local onde se insere ou vai se inserir a atividade do profissional (Melchiori, 1987).

A última etapa seria avaliar a decorrência do programa de ensino em relação a alterações (em diferentes graus) nas condições de vida das crianças e jovens abrigados. As classes de respostas ensinadas estão ocorrendo, de fato, na vida diária das crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo? A avaliação da eficácia necessita ser realizada em momentos posteriores a aplicação do programa de ensino por meio de procedimentos experimentais, que é um nome dado às múltiplas maneiras de verificar e demonstrar o que é responsável pelas mudanças que possam ocorrer com o comportamento. O que ocorre com o que é alvo da intervenção? Muda, não muda quanto muda, em que intensidade, com que variabilidade? Nesse caso, a análise e o tratamento dos dados serão um instrumento importante para demonstrar em que direções estão ocorrendo as mudanças. Há muitos graus de elaboração, sofisticação para garantir esses procedimentos. Esses procedimentos de controle experimental das variáveis têm a função de verificar e demonstrar que resultados estão sendo produzidos pela intervenção profissional.

### 3.5 Variáveis relacionadas à sequência de classes de comportamentos que podem constituir as aprendizagens de agentes de unidades de abrigo

Tabela 4.41: Sequência de sub-classes de comportamentos que compõem a classe “programar atividades de lazer para crianças em diferentes faixas etárias que vivem em unidades de abrigo” que podem constituir os objetivos de aprendizagem de agentes de unidades de abrigo.

- 
1. Conceituar atividades de lazer para crianças em diferentes faixas etárias;
  2. Identificar atividades de lazer para crianças em diferentes faixas etárias;
  3. Caracterizar atividades de lazer para crianças em diferentes faixas etárias;
  4. Distinguir entre diferentes tipos de atividades de lazer;
  5. Comparar diferentes tipos de atividades de lazer;
  6. Selecionar atividades de lazer apropriadas para as diferentes faixas etárias;
  7. Descrever diferentes tipos de atividades de lazer para crianças;
  8. Distribuir as atividades de lazer de acordo com a faixa etária das crianças abrigadas;
  9. Identificar a função das atividades de lazer para crianças abrigadas;
  10. Caracterizar a função das atividades de lazer para crianças abrigadas;
  11. Avaliar a função das atividades de lazer para crianças abrigadas;
  12. Identificar as decorrências das atividades de lazer para as crianças abrigadas;
  13. Caracterizar as decorrências das atividades de lazer para as crianças abrigadas;
  14. Avaliar as decorrências das atividades de lazer para as crianças abrigadas;
  15. Escolher atividades de lazer compatíveis com a faixa etária da criança;
  16. Avaliar atividades de lazer compatíveis com a faixa etária da criança;
  17. Identificar situações nas quais as atividades de lazer são apropriadas para as crianças abrigadas;
  18. Caracterizar situações nas quais as atividades de lazer são apropriadas para as crianças abrigadas;
  19. Avaliar situações nas quais as atividades de lazer são apropriadas para as crianças abrigadas;
  20. Registrar em documentos diferentes tipos de atividades de lazer possíveis de serem realizadas com crianças em diferentes faixas etárias;
  21. PROGRAMAR ATIVIDADES DE LAZER PARA CRIANÇAS EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS QUE VIVEM EM UNIDADES DE ABRIGO
- 

Na Tabela 4.41 está apresentada a sequência de sub-classes de comportamentos que compõem a classe “programar atividades de lazer para crianças em diferentes faixas etárias que vivem em unidades de abrigo” que podem constituir os objetivos de aprendizagem de agentes de unidades de abrigo. As classes de comportamentos que podem ser observadas estão descritas para orientar a direção do processo de aprendizagem e constituem as aprendizagens intermediárias necessárias

para o programador atingir o objetivo terminal, que nesse caso, é indicado na última linha da Tabela 4.41.

Tabela 4.42: Sequência de sub-classes de comportamentos que compõem a classe “coordenar atividades de lazer para crianças em diferentes faixas etárias que vivem em unidades de abrigo” que podem constituir os objetivos de aprendizagem de agentes de unidades de abrigo.

- 
1. Identificar com as crianças abrigadas diferentes tipos de atividades de lazer;
  2. Caracterizar com as crianças abrigadas diferentes tipos de atividades de lazer;
  3. Avaliar com as crianças abrigadas diferentes tipos de atividades de lazer;
  4. Identificar tipos de interação que ocorrem durante as atividades de lazer com crianças;
  5. Caracterizar tipos de interação que ocorrem durante as atividades de lazer com crianças;
  6. Avaliar tipos de interação que ocorrem durante as atividades de lazer com crianças;
  7. Identificar formas de interação com função reforçadora para as crianças abrigadas durante as atividades de lazer;
  8. Caracterizar formas de interação com função reforçadora para as crianças abrigadas durante as atividades de lazer;
  9. Projetar formas de interação com função reforçadora para as crianças abrigadas durante as atividades de lazer;
  10. Testar formas de interação com função reforçadora para as crianças abrigadas durante as atividades de lazer;
  11. Identificar diferentes tipos de materiais que podem ser utilizados durante as atividades de lazer com crianças abrigadas;
  12. Caracterizar diferentes tipos de materiais que podem ser utilizados durante as atividades de lazer com crianças abrigadas;
  13. Distinguir diferentes tipos de materiais que podem ser utilizados durante as atividades de lazer com crianças abrigadas;
  14. Comparar diferentes tipos de materiais que podem ser utilizados durante as atividades de lazer com crianças abrigadas;
  15. Selecionar materiais apropriados para as atividades de lazer com crianças abrigadas;
  16. Fornecer materiais apropriados para as crianças abrigadas durante as atividades de lazer;
  17. Identificar local apropriado para o material utilizado durante a atividade de lazer;
  18. Caracterizar local apropriado para o material utilizado durante a atividade de lazer;
  19. Avaliar local apropriado para o material utilizado durante a atividade de lazer;
  20. Guardar com as crianças o material utilizado na atividade de lazer;
- COORDENAR ATIVIDADES DE LAZER PARA CRIANÇAS EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS QUE VIVEM EM UNIDADES DE ABRIGO.**
- 

Na Tabela 4.42 pode ser observado a sequência de sub-classes de comportamentos que compõem a classe “coordenar atividades de lazer para crianças em diferentes faixas etárias que vivem em unidades de

abrigo” que podem constituir os objetivos de aprendizagem de agentes de unidades de abrigo. As classes de comportamentos estão descritas para orientar a direção do processo de aprendizagem e constituem as aprendizagens intermediárias necessárias para o programador atingir o objetivo terminal, que nesse caso, é indicado na última linha da Tabela 4.42. As sub-classes estão apresentadas em uma sequência de conjuntos. As sub-classes indicadas pelos números 1,2 e 3 estão relacionadas a classes de comportamentos de mesma natureza: “Identificar com as crianças abrigadas diferentes tipos de atividades de lazer”, “Caracterizar com as crianças abrigadas diferentes tipos de atividades de lazer e “Avaliar com as crianças abrigadas diferentes tipos de atividades de lazer. Quando são observadas as classes de comportamentos indicadas pelos números 4, 5 e 6, pode ser notado que são classes de outra natureza também relacionadas a classe geral “Coordenar atividades de lazer para crianças em diferentes faixas etárias que vivem em unidades de abrigo. As classes descritas são: “Identificar tipos de interação que ocorrem durante as atividades de lazer”, “Caracterizar tipos de interação que ocorrem durante as atividades de lazer” e “Avaliar tipos de interação que ocorrem durante as atividades de lazer”. As demais classes indicadas na Tabela 4.42 também constituem conjuntos ou unidades de ensino.

### **3.6 Decompor classes de comportamentos possibilita ampliar a quantidade de classes componentes para administrar uma unidade de abrigo**

O processo de decompor comportamentos de classes mais gerais para as mais simples permitem encontrar aprendizagens intermediárias. Esses comportamentos intermediários são identificados por meio de respostas à pergunta: “O que o aprendiz precisa estar apto a fazer para conseguir realizar este comportamento?” (Botomé, 1996, p.2). Dessa forma, poderá ser construído um mapa de ensino. À esquerda, localiza-se o comportamento mais complexo (comportamento de administrar, por, exemplo), e à direita, comportamentos mais simples. Esses comportamentos podem ser decompostos até em um nível em que o aprendiz provavelmente já seja capaz de realizar tais comportamentos antes de iniciar o programa de ensino (Botomé, 1996, p.4). Programar o ensino dessa maneira permite maior visibilidade em relação ao que deve ser ensinado e orienta também a sequência de aprendizagens relevantes para os participantes do programa.

### **3.7 O processo de derivar classes comportamentais se constitui em uma amostra de procedimento que auxilia a avançar e nortear a maneira de intervir de agentes de unidades de abrigo**

As características das condições de vida de crianças e jovens são afetadas pelos processos de administração dos que cuidam da unidade de abrigo. Sendo assim, algumas perguntas precisam ser respondidas: Condições de apoio de que tipos devem ser oferecidas às crianças e jovens? Será que apenas condições de vivência? Ou também é necessário oferecer condições que proporcionem mudanças de comportamento? Mudança de comportamento de quem? Das crianças e jovens? Das famílias das crianças? Dos que cuidam das crianças e jovens? Dos que administram? Quais procedimentos de atendimento permitem obter avanços em relação aos que já existem? Parece que o trabalho a ser desenvolvido pelos agentes nas instituições que funcionam como unidades de abrigo precisa ser realizado em várias direções. Uma delas consiste em definir claramente qual a função das unidades de abrigo.

Os dados obtidos e os exames feitos revelam que as características presentes na unidade de abrigo investigada estão oportunizando mais condições de vivência do que de mudanças de comportamento. Não foi possível verificar nenhum planejamento ou procedimento que garantisse maior efetividade em relação aos problemas identificados que precisam ser solucionados. Alguns dos resultados obtidos mostram que há crianças e jovens abrigados que permanecem na instituição por um período de tempo maior do que o determinado legalmente. Mostram também que há dificuldade em realizar encaminhamento quando o tempo de permanência das crianças e jovens é prolongado, que há falhas nos registros das informações nos documentos além de não haver acompanhamento dos egressos.

A falta de condição material é o principal motivo que faz com que as crianças e jovens cheguem na unidade de abrigo. A estrutura social oferecida à população, marcada pela desigualdade social e concentração de renda, influência e contribui para que crianças e jovens vivam em uma situação não favorável ao desenvolvimento pleno e saudável. Há também incongruência entre as propostas legislativas e as reais condições institucionais. Esses dados revelam que há uma série de problemas que necessitam de uma intervenção imediata, de maneira a resolver os problemas existentes ou mesmo impedir a ocorrência desses problemas. Tornar acessível aos agentes que classes comportamentais

são importantes para administrar a unidade de abrigo é fundamental para a ocorrência de mudança nos processos já instalados. Além disso, é necessário que a abrangência dos resultados obtidos com as várias modalidades de atuação não permaneçam apenas no âmbito de resolver os problemas existentes. As atuações para serem eficazes precisam abranger outros níveis.

Botomé e Stédile (2012) mostram alguns objetivos do exercício profissional de outras formas de atuar diferente da usual. Há um tipo de atuação profissional chamada de “promoção” (ou, mais apropriadamente, “promover”). Os autores enfatizam que o objetivo do exercício profissional nesta forma de atuar é melhorar as condições existentes, sejam elas as de saúde de um organismo, sejam elas as de alimentação, moradia, transporte ou qualquer outra que constitua parte do meio ou da vida de qualquer ser humano. A produção de novos conhecimentos e tecnologias é uma exigência básica importante para viabilizar uma atuação profissional desse tipo. Ou seja, é importante aperfeiçoar classes comportamentais apropriadas e desenvolver novas classes compatíveis com as reais necessidades das crianças e jovens. (síntese comportamental).

O trabalho dos agentes da unidade de abrigo precisa ir além do atendimento direto a problemas já instalados. O que acontece ou pode vir a acontecer por meio de uma cuidadosa caracterização do problema que precisa ser resolvido pela atuação de qualquer profissional? Há necessidade, portanto, de os agentes institucionais conhecerem outros tipos de atuação que poderiam aumentar e muito a probabilidade de melhorias nos serviços prestados à população, como a categoria de atuação conhecida como preventiva. Botomé e Stédile (2012) descrevem nesse sentido, que prevenir significa agir sobre o ambiente (desenvolver ações profissionais) de forma a impedir que os fatores determinantes (múltiplas variáveis) da ocorrência de um problema ocorram ou exerçam sua ação, provocando tal ocorrência. Os autores continuam: “Em síntese, isso equivale a dizer, de uma maneira genérica: atuar em relação à ocorrência de um fenômeno ou processo, antes que ele ocorra e de tal forma que ele não venha a ocorrer. É trabalhar com a probabilidade de algo acontecer e não com o acontecimento de algo em si mesmo” (p.24).

Em outras palavras, quando a atuação profissional tem como objetivo controlar variáveis que compõem e determinam condições de vida dos indivíduos, de forma a impedir sua ação lesiva aos organismos, há alta probabilidade de que os efeitos produzidos pelo controle dessas

variáveis modifiquem a qualidade de vida do conjunto das pessoas que sofrem influência dessas variáveis e, como um aspecto dessa qualidade melhore ou proteja a própria saúde dos indivíduos. Botomé e Stédile (2012, p.5) ressaltam a importância de que a “noção de comportamento precisa estar no núcleo desse exame ou dificilmente vai ser possível transformar o conceito de “prevenção” em capacidade (ou procedimentos) de atuação (técnicas, inclusive) das pessoas ou indivíduos, sejam eles os profissionais que devem realizar comportamentos de prevenir problemas na sociedade, sejam eles de pessoas comuns que precisam prevenir qualquer acontecimento desagradável em suas vidas cotidianas.”

Os agentes responsáveis pelas unidades de abrigo devem ser capazes de identificar os problemas relativos a institucionalização de crianças e jovens, devem examinar e analisar os problemas existentes assim como devem ser capazes de propor alternativas de solução diferentes das já existentes que parecem não ter melhorado as condições de vida da população que necessita de instituições desse tipo. As classes comportamentais derivadas para os agentes a partir do estudo de Sartorelli (2004) podem ser úteis para reformular o planejamento das ações dos agentes institucionais. Isso seria facilitado caso ocorresse mudanças em sua maneira de intervir. Essas mudanças podem ser também facilitadas por meio do desenvolvimento de novas aprendizagens que podem ser propiciadas por meio da elaboração de condições de ensino focadas em comportamentos-objetivo relevantes. As condições de vida das crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo, assim como seus comportamentos e o comportamento dos agentes institucionais dependem da estruturação e do relacionamento de diferentes variáveis do meio em que tais condições de vida e comportamento ocorrem. Os comportamentos dos administradores não dizem respeito às necessidades das crianças e aos problemas que precisam ser resolvidos pela instituição por meio de seus gestores.

Os comportamentos de intervir, administrar, planejar, corrigir procedimentos ou alterar condições existentes nos processos de administrar ainda dependem de um conhecimento mais preciso e completo das variáveis que constituem condições e comportamentos que são importantes para os agentes e que possibilitem mudanças específicas nas condições existentes. As classes derivadas apresentadas se constituem em um início para que as intervenções dos agentes da unidade de abrigo fiquem sob controle de um problema suficientemente caracterizado e para o qual devem buscar solução (Botomé, 1996).



Novos comportamentos talvez sejam urgentes para que as crianças e jovens abrigados tenham melhores condições de vida e de saúde. Isso pode ser facilitado por resultados promovidos por meio de ações humanas eficazes em contraposição a comportamentos que produzam resultados contraproducentes e que não auxiliam em nada nas melhorias das condições existentes. É urgente, portanto, descobrir e desenvolver comportamentos significativos para haver melhorias nas condições de vida e saúde de crianças e jovens que dependem de instituições deste tipo para viver.

Comportamentos que podem ser desenvolvidos por meio da produção de conhecimento sobre a eficácia de um programa para ensinar agentes a lidarem melhor com as condições de vida de crianças e jovens (administrar). Esse programa de ensino possibilitaria maior visibilidade sobre os processos inerentes à programação de ensino como a proposição de comportamentos objetivos, a decomposição de objetivos terminais em objetivos intermediários; a caracterização dos comportamentos objetivos; a sequenciação dos comportamentos objetivos de acordo com seus níveis de complexidade e a elaboração de atividades de ensino. Além disso, a produção de conhecimento sobre a eficácia de um programa para ensinar agentes que trabalham em unidades de abrigo contribui para sanar lacunas no conhecimento existente sobre programas de orientação e treinamento para esses agentes com perspectivas de melhorias na formulação de objetivos, maior controle experimental dentre outros.

Os resultados obtidos sobre as condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo deixam clara a necessidade de continuar investigando esse tipo de fenômeno. Investigar em outras unidades de abrigo, em outras cidades com características diferentes pode ser uma nova possibilidade de estudo. Continuar aprofundando a caracterização de classes comportamentais, investigando quais classes de comportamentos são mais apropriadas para um gerenciamento eficaz e quais devem fazer parte do repertório dos agentes institucionais, dos colaboradores, dos técnicos é importante e parece não estar suficientemente estudado para atender a população que precisa viver em instituições. A derivação e decomposição de comportamentos são possibilidades para a descoberta de classes de comportamentos que compõem profissões ou funções sociais quaisquer relevantes para a sociedade.



## REFERÊNCIAS

Alves, E. S. (2000). *Abrigamento de crianças e realidade familiar: A desmistificação do abandono*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Benetti, S.P.C. (2002). Maus-tratos da Criança: Abordagem preventiva. In Hutz, C.S. (Org.). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e adolescência: Aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bolwby, J. (1990). *Apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes.

Botomé, S.P. (2012). *Algumas considerações sobre a relação entre comportamento e epidemiologia social como considerada no campo da saúde*. Texto didático, não publicado, escrito em janeiro de 2012, no Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, por Sílvio Paulo Botomé, como parte da orientação da tese de doutorado em Psicologia de Jeisa Benevenuti. Florianópolis (SC).

Botomé, S. P; Stédile, N.L.R. (2012). *O núcleo do conceito “prevenção de problemas”: perigos e possibilidades para os comportamentos profissionais em diferentes campos de atuação na sociedade*. Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade de Caxias do Sul. (Texto didático, não publicado).

Botomé, S.P; Kubo, O.M. (2004). *Por que a Análise do Comportamento inclui a experimentação como parte do seu nome: Análise Experimental do Comportamento?* (Texto didático, não publicado, escrito em 2004, no Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina): 9 páginas.

Botomé, S. P.; Kubo, O. M.; Mattana, P.E; Kienen, N. & Schimbo, I. (2003). *Processos comportamentais básicos como objetivos gerais, ou como classes gerais de comportamentos ou como competências para a formação do Psicólogo*. Trabalho apresentado no XII Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental, em Londrina (PR).

Botomé, S.P. & Kubo, O. M. (2002). *Responsabilidade social dos programas de pós-graduação e formação de novos cientistas e professores de nível superior*. *Interação em Psicologia*, 6 (1), pp.81-110.

Botomé, S.P & Kubo, O.M. (2001). *Planejar a avaliação da eficiência de um programa de ensino*. (Texto didático, não publicado, escrito em 2001, na disciplina de análise e programação de condições de ensino do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.): 7 páginas.

Botomé, S.P (2001). *Sobre a noção de comportamento*. Em: U. Zilles, H.P.M. Feltes, (Orgs.). *Filosofia: diálogo de horizontes*. 685-708. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Botomé, S. P.& Rizzon, L. A. (1997). *Medidas de desempenho ou avaliação da aprendizagem em um processo de ensino: práticas usuais e possibilidades de renovação*. *Chronos*, 30, (1), 7-34.

Botomé, S. P. (1996). *Serviço à população ou submissão ao poder: o exercício do controle na intervenção social do psicólogo*. *Estudos de psicologia*, 1(2), 173

Botomé, S.P. (1981). *Administração de comportamento humano em instituições de saúde- Uma experiência para serviço público*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.

Botomé, S.P. (1977). *Atividades de ensino e objetivos comportamentais: no que diferem?* São Paulo, (texto não publicado).

Botomé, S. P. (1979). *Um procedimento para explicar as características específicas dos três componentes de um comportamento-objetivo de interesse para ensino*. Texto não publicado, produzido como material didático para o curso de especialização em análise e programação de condições de ensino. São Carlos (SP): Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos.

Botomé, S. P. (1975). *Um procedimento para encontrar os comportamentos que constituem as aprendizagens envolvidas em um objetivo de ensino*. Texto construído como material didático. Universidade Federal de São Carlos (texto não publicado).

Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei nº8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, D.F: Senado.

Brofenbrenner, U. & Morris, P. (1998). *The ecology of developmental processes*. In W. Damon (Org.). *Handbook of child psychology*. (pp.993-1027). New York: John Wiley & Sons.

Carvalho, A.M. (1999). *Interações pró-sociais entre crianças e seus contextos de emergência*. In A.M. Carvalho, (Org). *O mundo social da criança: natureza e cultura em ação*. (pp.71-88). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Carvalho, A. M, (2002). *Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios*. Em: Lordelo, E. da R; Carvalho, A. M. A; Koller, S. H. (Org.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*.(pp.19-44). São Paulo: Casa do Psicólogo: Salvador: editora da Universidade Federal da Bahia.

Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2000). *Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza*. Em: *Estudos em psicologia* (Natal), 5(1).(SciELO).

Cortegoso, A. L. (2006). *Análise e programação de contingências ao administrar agência de atendimento educacional a crianças e jovens: da caracterização de necessidades sociais à implementação do funcionamento*. Em: Guilhaardi, H.J, Madi, M.B.B.P; Queiroz, P.P.; Scoz, M.C.; Amorim, C. (Orgs). *Sobre Comportamento e Cognição – Expondo a variabilidade*. v.8, pp. 386-419. Santo André (SP): ESEtec Editores Associados.

Cortegoso, A. L; Ronca, A.C; Botomé, S.P.(1997). *Integração dos processos comportamentais de intervir em situações e de produzir conhecimentos como objetivos de ensino e como objetivo de intervenção profissional*. Em: Chronos. Caxias do Sul, v.30,pp.70-102.

De Antoni, C. & Koller, S. H. (2001). *O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência*. *Psicologia, ciência e profissão*, 21(1), 14-29.

Fachini, P.G. (1997) *O trabalho do psicólogo junto à Febem*. Em: Aletheia. Canoas: Ed.Ulbra.

Frare, A.V.E; Souza, F.C; Queiroz, F.P; Luca, G.G; Moskorz, L; Kubo, O.M. (2005). *Avaliação de um programa para ensinar comportamento empático para crianças em contexto clínico*. Em, *Interação em Psicologia*, 9 (2).pp.355-369.

Freud, A. & Burlinghan, D. ( 1954). *Meninos sem lar*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

Garnezy, N. & Masten, A (1994). *Chronic adversities*. In M. Rutter, E. Taylor, & L. Herson (Orgs.). *Child and adolescent psychiatry*. (pp.191-207). Oxford: Blackwell Scientific.

Guirado, M. (1986). *Instituição e relações afetivas - o vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus.

Kaufman, R.A. (1977). *Evaluaciones de necesidades: internas e externas*. *Revista de Tecnologia Educativa*, 1977,1 (3), 84-91.

Kubo, O.M; Botomé (2003). *A transformação do conhecimento em comportamentos profissionais na formação do psicólogo: as possibilidades nas diretrizes curriculares*. Em: Brandão, M.Z da S.; Conte, F.C.de S.; Brandão, F.S.; Ingberman, Y.K.; Moura,C.B.de, Silva,V.M.da, Oliani, S.M.(Orgs). Sobre comportamento e cognição – a histórias e os avanços, a seleção por conseqüências em ação. v.11. Santo André (SP): ESEtec Editores Associados.

Kubo, O.M; Botomé, S. P. (2001). *Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais*. Em: Interação em Psicologia, 5, pp.133-171.

Keller, F.S. Schoenfeld, W.N. (1968). *Princípios de Psicologia: texto sistemático na ciência do comportamento*. São Paulo, Herder.

Matos, M.A. (2001). *Análise de contingências no aprender e no ensinar*. Em E.S. de Alencar (Org.). *Novas contribuições da Psicologia aos processos de ensino e aprendizagem*. pp. 141-165. São Paulo: Cortez Editora.

Mechner (1974),F. *Análise comportamental de tarefas*. EDUTEK – Tecnologia da Educação. S/C, Ltda. p. 1-53.

Melchiori, L.E.(1987). *Derivação de comportamentos institucionais e profissionais em relação a pessoas com “deficiência mental” a partir da caracterização da incidência desse problema na população de um município*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos.

Ministry of Foeing Affairs (2001). *Children in institutions*. Estocolmo: International Development Cooperation.

Outeiral, J. (2008). *Adolescer*. São Paulo: Editora Revinter, 196p.

Postman, N. & Weingartner, C. (1971). *Contestação: nova fórmula de ensino*. Expressão e Cultura.

Rebelatto, J.R e Botomé, S.P. (1999). *Fisioterapia no Brasil*. (2ªed).São Paulo: Manole.

Rizzini, I & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 95p.

Rizzini, I. (1997). *A criança no Brasil hoje - desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa

Rizzini, I. (1995). *A arte de governar crianças: A história das políticas da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Amais.

Sartorelli, J.B. (2004). *Condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo: a percepção pelos jovens e pelas crianças e os processos de gestão dessas condições pelos que cuidam da instituição*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

Schvarstein, L. (1997). *Psicología social de las organizaciones: nuevos aportes*. Argentina, Buenos Aires: Paidós.

Sidman, M. (2001). *Coerção e suas implicações*. (M.A.Andery, T.M. Sério, Trad). Campinas (SP): Livro Pleno.

Silva, D. F. M. & Hutz, C. S. (2002). *Abuso infantil e comportamento delinqüente na adolescência: prevenção e intervenção*. Em: Hutz, C.S. (Org.). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Skinner, B.F. (2000). *Ciência e comportamento humano*. 10ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Skinner, B. F. (1972). *Tecnologia de ensino*. São Paulo: Ed. Herder e Ed. Da Universidade de São Paulo.

Spitz, R. A. (1996). *O primeiro ano de vida*. São Paulo: Martins Fontes.



Souza, A.A.G.S. (2001). *O Judiciário protege a criança e o adolescente?* Em: *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção. Conhecendo, articulando, integrando e multiplicando.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

Vanistendael, S. (1995). *Como crescer superando los percances: Resiliência: capitalizar las fuerzas del individuo.* Oficina Internacional católica de la Infancia.

Zimmerman, M. A & Arunkumar, R. (1994). *Resiliency research: implications for schools and policy.* In *Social Policy Report*, 8 (1), 1-18.

Weber, L. N. D. (2002). *Pais e filhos por adoção no Brasil - características, expectativas e sentimentos.* Curitiba: Juruá.

Weber, L. N. D. (1999). *Laços de ternura.* Curitiba: Juruá.

Weber, L. N. D. (1998). *Quero que alguém me chame de filho - abandono, pobreza, institucionalização e o direito à convivência familiar.* Resumo da Conferência-Abandon des enfants: regards sur l'Amérique Latine, apresentado no Congresso "Lê bébe face à l'adoption. Moutrouge (França)".

Weber, L. N. D. & Kossobudzki, L. H. M. (1996). *Filhos da solidão: institucionalização, abandono e adoção.* Curitiba: Governo do Estado do Paraná.